

Conceitos

ANO XXII - DEZEMBRO.2021



28

DOSSIÊ: Mulheres em Resistência

ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN

2021



Conceitos

ISSN 1519-7204

Conceitos — N. 28

Dossiê: Mulheres em Resistência

Dezembro 2021

136 páginas

Sandra Luna

Rita Porto

Organizadoras

A revista **Conceitos** é uma publicação para divulgação de artigos científicos-pedagógicos, produzidos por docentes da Universidade Federal da Paraíba e colaboradores, promovida pela ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN, com distribuição gratuita e dirigida aos filiados da entidade.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

C744 Conceitos / Sandra Luna e Rita Porto (Orgs.). – n. 28 (Dez 2021)
- João Pessoa: ADUFPB-Seção Sindical do ANDES-SN, 2021.
134 p.

Semestral

ISSN 1519-7204

Descrição baseada em:

V. I, n.1 (1996)

1. Ensino superior - periódicos.
 2. Política da educação - periódicos.
 3. Ensino público - periódicos.
- I. Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba

CDU: 378

Conceitos

É UMA PUBLICAÇÃO DA ADUFPB/SSIND. DO ANDES-SN

Centro de Vivência da UFPB — Campus I — Cx. Postal 5001

CEP 58051-970 — João Pessoa/Paraíba — Fones: (83) 3214-7450 / 3216-7388 / 3224-8375

Site: www.adufpb.org.br — E-mail: adufpb@terra.com.br

João Pessoa — Paraíba — Dezembro de 2021 — Edição número 28

CONSELHO EDITORIAL:

Albergio Claudino Diniz Soares (UFPB)
Celi Neuza Zulke Taffarel (UFAL)
Cristiane Monteiro (UECE)
Cristiano Bonneau (UFPB)
Danielle Dayse Marques de Lima (UFPB)
Genivaldo Monteiro (UEPB)
Jaldes Reis de Meneses (UFPB)
Maria Aparecida Ramos de Meneses (UFPB)
Maria Lúcia Abaurre Gnerre (UFPB)
Mirian Alves da Silva (UFPB)
Regina Behar (UFPB)
Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPB)
Romero Venâncio (UFS)
Suzi Frankl Sperber (UNICAMP)



IMAGEM DA CAPA
Pilar Roca

PILAR ROCA

Na tentativa de encontrar nos traços casuais formas que levem do des/conhecido para o reconhecível, Pilar Roca (Cádiz, Espanha) tem realizado várias exposições em tinta preta sobre cartolina: Casa das crianças com câncer (2009); Estação Ciência (2010); Energisa (2015); Usina cultural (2016); sala Alice Vinagre (2018) e Sala Alexandre Filho (2020). Mora na Paraíba desde 1999 e é professora titular da UFPB, atuando no campo acadêmico do hispanismo, com ênfase no estudo das manifestações estéticas e literárias nas sociedades sob governos totalitários.



■ ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ

Sandra Luna
Rita Porto

■ PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ricardo da Silva Araújo

■ FOTOS/ILUSTRAÇÕES/GRÁFICOS:

Originais digitais fornecidos pelos autores.

■ REVISÃO DOS ARTIGOS:

Sandra Luna, Sheila Raposo e Klara Schenkel

■ FICHA CATALOGRÁFICA:

Biblioteca Central da UFPB

■ IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ADUFPB (ASCOM/ADUFPB)

■ JORNALISTAS RESPONSÁVEIS/ASCOM ADUFPB

Renata Ferreira (DRT/PB 3235)
Ricardo Araújo (DRT/PB 631)
Maurício Melo (DRT/PB 3876/02)

■ COLABORAÇÃO E LOGÍSTICA:

Maria Célia Lopes da Silva, Eliane Viscardi, Maria da Guia Silva, José Balbino de Souza e Luzinete de Souza Almeida.

■ DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

Gratuita e dirigida aos filiados do sindicato.
disponibilizada digitalmente no site da ADUFPB

Os textos assinados são de responsabilidade integral do autor e não refletem, necessariamente, a opinião da revista. É permitida a reprodução total ou parcial de textos, fotos e ilustrações, desde que seja citada a fonte e o autor da obra.

■ CONTATOS:

E-mails:
adufpb@terra.com.br (Célia Lopes)
revistaconceitos.adufpb@gmail.com
(Ricardo Araújo)

■ NÚMEROS ANTERIORES:

A ADUFPB disponibiliza no site do sindicato (www.adufpb.org.br), na seção Revistas, todos as edições da Revista Conceitos em formato digital (PDF), que podem ser adquiridas gratuitamente (downloads) para consulta.



33ª DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB - GESTÃO 2019/2021

PRESIDENTE

FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA (CCS)

VICE-PRESIDENTE

FRANCILEIDE DE ARAÚJO RODRIGUES (CCS)

SECRETÁRIO GERAL

EDSON FRANCO DE MORAES (CCSA)

TESOUREIRA

MARTA MARIA DINIZ CORDEIRO (CCS)

DIRETORA DE POLÍTICA EDUCACIONAL E CIENTÍFICA

RITA DE CÁSSIA CAVALCANTI PORTO (CE)

DIRETORA DE POLÍTICA SOCIAL

TEREZINHA DINIZ (CE) - In Memoriam

DIRETORA CULTURAL

SANDRA AMÉLIA LUNA CIRNE DE AZEVEDO (CCHLA)

DIRETOR DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CRISTIANO BONNEAU (CCA)

DIRETOR DE POLÍTICA SINDICAL

ANTÔNIO JOAQUIM RODRIGUES FEITOSA (CCEN)

DIRETORA PARA ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

MARIA IVETE MARTINS CORREIA (CE)

SUPLENTE DA SECRETARIA GERAL

ALEXANDRE ANTONIO GILI NADER (CE)

SUPLENTE DA TESOUREARIA

NORMA MARIA MEIRELES MACEDO MAFALDO (CCTA)

DIRETOR DA SECRETARIA-ADJUNTA DO CAMPUS DE AREIA

GUTTEMBERG DA SILVA SILVINO (CCA)

SUPLENTE DA SECRETARIA-ADJUNTA DO CAMPUS DE AREIA

SAULO CABRAL GONDIM (CCA)

DIRETORA DA SECRETARIA-ADJUNTA DE BANANEIRAS

IRANICE GONÇALVES MUNIZ (CCHSA)

SUPLENTE DA SECRETARIA-ADJUNTA DE BANANEIRAS

NILVANIA DOS SANTOS SILVA (CCHSA)

DIRETORA DA SECRETARIA-ADJUNTA DO LITORAL NORTE

MARIA DA PENHA CAETANO DE FIGUEIREDO GILL (CCA)

SUPLENTE DA SECRETARIA-ADJUNTA DO LITORAL NORTE

SAULO EMMANUEL VIEIRA MACIEL (CCA)

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONCEITOS

(Atualizadas em Agosto de 2019 - Também disponível no *site*: www.adufpb.org.br)

A **Revista Conceitos** é uma publicação para divulgação da produção acadêmica dos docentes da UFPB, filiados à ADUFPB — Seção Sindical do ANDES-SN —, e que privilegia artigos e ensaios para divulgação científica. Os docentes interessados em publicar artigos na Revista Conceitos, deverão seguir rigorosamente as normas estabelecidas pelo Conselho Editorial da revista:

1. Serão aceitos textos em língua portuguesa com no máximo 15 (quinze) laudas e no mínimo 10 (dez) laudas, incluindo RESUMO, palavras-chave, ABSTRACT, referências bibliográficas, notas, ilustrações gráficas ou fotografias (no corpo do texto). Textos em língua estrangeira deverão submetidos à consulta prévia com o Conselho Editorial.

2. Os textos devem estar devidamente atualizados e revisados com o Novo Acordo Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (ABL). Após a inscrição e aprovação pelos Conselhos de Pareceristas e Editorial, o autor não poderá solicitar o artigo para modificações ou atualizações, salvo autorização dos referidos conselhos.

3. Não serão aceitos trabalhos que não apresentem RESUMO E ABSTRACT.

4. O(s) autor(es) deve(m) ser sindicalizado(s) na ADUFPB ou colaborador(es) formalmente convidado(s) pelo Conselho Editorial da Revista.

5. A primeira página do artigo deverá conter, além do RESUMO e do ABSTRACT, informações como nome completo do autor(es), função, departamento ou Centro onde leciona(m), bem como a instituição (Campi João Pessoa, Bananeiras, Areia, Litoral Norte, Santa Rita ou outros), titulação e e-mail para contato.

6. Cada docente colaborador poderá publicar 01 (um) artigo por edição da revista como autor-titular do texto. As co-autorias serão avaliadas pelo Conselho Editorial, dando prioridade aos autores titulares dos artigos para contemplar maior número de docentes sindicalizados na ADUFPB por edição da revista. Só será aceita 01 (uma) co-autoria por artigo.

7. Em parcerias com discentes da UFPB ou de outras instituições, o primeiro nome assinado deverá ser o nome do professor filiado à ADUFPB como autor-titular do artigo.

ESTRUTURA DOS TRABALHOS

Os artigos deverão ser redigidos em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5 e não devem exceder 15 páginas ou ser menor que 10 páginas, incluindo os títulos, resumos, palavras-chave, ilustrações, fotos e referências bibliográficas. Deve constar na estrutura dos trabalhos, a partir da primeira página:

1) Nome do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es), seguidos de titulação*, local de atividade, e-mail para contato.

(*) Esses dados podem ser incluídos no documento como nota de rodapé, sem numeração.

2) Título do artigo

3) Resumo e palavras chaves - Com até 100 palavras

4) Abstract e palavras chaves - Em língua estrangeira (inglês)

5) Texto propriamente dito

6) Referências

A lista de referências deve ser ordenada alfabeticamente, alinhada à margem esquerda e colocada ao final do artigo, citando as fontes utilizadas. Para a melhor compreensão e visualização, no final deste

regulamento são transcritos exemplos de referências de diversos tipos de materiais.

7) Ilustrações (fotografias, desenhos, gráficos, etc.).

As imagens publicadas na **Revista Conceitos** são impressas em preto e branco. Devem estar inseridas no corpo do texto para indicar sua localização para a diagramação do artigo, acompanhadas de legendas caso seja necessário, e com a indicação: Figura 1, Figura 2, Figura 3...

Os arquivos de fotografias digitais, ilustrações ou gráficos devem ser enviados separadamente no corpo do e-mail do autor. Devem ter boa resolução e legibilidade, nomeadas conforme as legendas no artigo (Figura 1, Figura 2, Figura 3).

As ilustrações devem permitir uma perfeita reprodução. É importante indicar a fonte ou crédito de autoria da imagem, seja ela ilustração, gráfico ou fotografia. A ADUFPB não se responsabiliza por reprodução de imagens não autorizadas pelos autores.

9) Notas de rodapé

As notas de rodapé deverão ser citadas de acordo com as normas da ABNT. <http://www.trabalhosabnt.com/regras-normas-da-abnt-formatacao/nbr-6023>

10) Observações:

- Nos artigos inscritos, utilizar itálico somente para palavras estrangeiras.
- Os trabalhos que não atenderem a estrutura proposta pelo Conselho Editorial poderão ser devolvidos aos autores a critério do Conselho de Pareceristas, sem avaliação de mérito.

11) AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos encaminhados à **Revista Conceitos** serão avaliados, individualmente, por três pareceristas *ad hoc*, reconhecidos por seu notório saber acerca dos temas inscritos. Para esta tarefa, será utilizado o sistema triplo cego e, com base nos pareceres obtidos, a Comissão Editorial emitirá um dos seguintes conceitos:

- aprovado para publicação;
- aprovado com correções;
- rejeitado para publicação.

Quanto aos trabalhos não aceitos o autor será comunicado da decisão. Os editores não assumem a responsabilidade por opiniões/conceitos emitidos em artigos assinados e matéria transcrita. Os editores se reservam o direito de selecionar os artigos para publicação; ouvir parecer de especialista para averiguar a qualidade do trabalho; proceder à revisão gramatical dos textos e fazer correções desde que não alterem o conteúdo.

FORMA DE ENCAMINHAMENTO

Os artigos devem ser enviados em formato digital exclusivamente para o e-mail da Comissão Editorial: revistaconceitos.adufpb@gmail.com. Sugerimos incluir na mensagem de e-mail um telefone (fixo ou celular) para uso do Conselho Editorial em caso de problemas no recebimento digital do arquivo.

IMPORTANTE: Os editores não se responsabilizam por extravio de artigos enviados para outros e-mails de contato do sindicato. Qualquer dúvida, entrar em contato através do e-mail: revistaconceitos.adufpb@gmail.com ou adufpb@terra.com.br.

Sumário

Revista Conceitos - N. 28
Dossiê: Mulheres em Resistência
Dezembro 2021

PÁG. 10

**APRESENTAÇÃO:
MULHERES EM RESISTÊNCIA**

Sandra Luna
Rita Porto

PÁG. 27

**MEMÓRIA, PROTAGONISMO E
RESISTÊNCIA DE MULHERES NO BRASIL**

Iranice Gonçalves Muniz

PÁG. 40

**TRANSVERSALIZAR GÊNERO
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

PÁG. 52

**AS MULHERES NO CENTRO
DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**

Anita Leocádia Pereira dos Santos

PÁG. 65

**ESCRITORAS LATINO-AMERICANAS EM DIÁLOGO:
A PROBLEMATIZAÇÃO DO CÂNONE
DURANTE O SÉCULO XX**

Juliana de Luna Freire

PÁG. 77

**O ÚTERO POLÍTICO DE OXUM:
UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL
SOBRE A MATERNIDADE**

Leyla Thays Brito da Silva

PÁG. 88

**IMPACTOS DA PANDEMIA PROVOCADA PELA
COVID-19 NA VIDA DOS(AS) DOCENTES
APOSENTADOS(AS) DA UFPB**

Maria Ivete Martins Correia
Marísia Oliveira da Silva

PÁG. 104

**VIOLÊNCIA E DESAMPARO DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NO BRASIL, NA LONGA DURAÇÃO**

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

ANEXOS

PÁG. 121

1ª SEMANA MULHERES EM RESISTÊNCIA

PÁG. 128

2ª SEMANA MULHERES EM RESISTÊNCIA

PÁG. 134

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Sandra Luna e Rita Porto

Mulheres em Resistência

Março de 2020. A diretoria da ADUFPB ultimava os preparativos para a realização da **I Semana Mulheres em Resistência**, evento que abriria oficialmente o calendário de atividades do sindicato em nosso primeiro ano de mandato. Para a nossa gestão, composta, paritariamente, por dez mulheres – professoras universitárias eleitas dirigentes sindicais –, essa seria uma oportunidade ímpar de reunir acadêmicas e militantes em um evento destinado a promover reflexões e motivar ações conjuntas sobre temas diversos associados às causas feministas.

Havíamos participado ativamente da organização, no dia 8 de março, do Festival Basta de Violações! Juntas por Direitos, promovido pelo Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba em alusão ao Dia Internacional da Mulher. De caráter político-cultural, o festival havia sido um grande sucesso, congregando mais de 80 entidades associadas às lutas feministas na Paraíba, e representadas por sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Cerca de 1.500 pessoas circularam pelo evento festivo naquela tarde de domingo em João Pessoa, mobilizadas em torno do enorme palco erguido no Busto de Tamandaré, ali, onde as areias das praias de Tambaú e Cabo Branco se abraçam. O envolvimento das companheiras era contagiante, e nosso entusiasmo, imenso. Na manhã do dia seguinte, teria início a **I Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB**.

Durante cinco dias, de 9 a 12 de março de 2020, mais de 40 palestrantes e debatedoras ocuparam os diversos espaços de realização do nosso evento, alocado pelo sindicato, por meio de suas sedes, nos quatro *campi* da UFPB – em João Pessoa, Bananeiras, Areia e Mamanguape/RioTinto. Nas palestras e mesas-redondas contempladas na programação da **I Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB**, as participantes se debruçaram sobre os temas mais relevantes e as lutas mais prementes respeitantes aos movimentos de mulheres e à militância feminista em suas várias frentes, debatendo, dentre outros tópicos: Memória dos Movimentos de Mulheres – da Cidade e do Campo; Mulheres, Diversidade e Direitos Humanos; Violência e Femicídio; Mulheres, Educação e Políticas Públicas; Relações Étnico-Raciais; Mulheres, Arte e Cultura; Mulheres e Qualidade de Vida; Feminismo, Política e Sindicalismo; Mulheres e Movimentos Sociais. Uma roda de conversa encerrou o evento, reunindo representantes de diversas entidades que compõem atualmente o Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, além de companheiras da universidade e

outras mulheres que fazem a luta feminista de forma independente. No encerramento do evento, instituímos o comitê **Mulheres em Resistência da ADUFPB**, que haveria de assegurar a continuidade das ações do sindicato nos movimentos de mulheres.

Sequer suspeitávamos, então, que aquela semana de atividades político-culturais, intensa, calorosa e produtiva, encerrada com um rito festivo de celebração à vida e às lutas das mulheres, seria a última ocasião, em 2020, para um conagraçamento coletivo presencial. Em 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a elevação do estado de contaminação da covid-19 à condição de pandemia, considerando a rápida disseminação geográfica do novo coronavírus em níveis já então alarmantes. Nos dias imediatamente seguintes ao evento, a diretoria da ADUFPB se ocupou de providenciar o fechamento das sedes do sindicato e a instauração do nosso trabalho em regime de *home office*. Estava decretada a pandemia e, com ela, os meses de dor e luto...

Naqueles idos de março, quando criamos o comitê **Mulheres em Resistência da ADUFPB**, não era ainda possível imaginar que as lutas então delineadas em nosso horizonte de mulheres militantes iriam assumir contornos tão dramáticos. A irrupção da pandemia, no entanto, exigiria de nós muito mais que a reengenharia de nossa dinâmica de trabalho. A diretoria do sindicato logo precisou fazer-se força-tarefa para atender a demandas impostas pela deflagração da crise sanitária. Era preciso, com urgência, prover máscaras, álcool 70 – líquido e em gel – , respiradores, alimentos, produtos de higiene e limpeza... Em toda parte, nas cidades e comunidades nas quais estão estabelecidas as nossas sedes, era possível ouvir os apelos de uma população surpreendida em sua vulnerabilidade. A própria UFPB, submetida a severos cortes orçamentários desde o golpe de 2016 e sujeita a entraves burocráticos, também carecia de recursos para suprir materiais necessários ao desenvolvimento imediato de produtos e serviços de enfrentamento à pandemia.

A ADUFPB assumiu papel protagonista frente a esses e outros desafios. O negacionismo explícito do governo federal e seu descaso em relação à gravidade da covid-19 nos instava também a defender a ciência e a disseminar informações seguras sobre a pandemia. Nosso sindicato logo criou espaço em seu *site* e redes sociais para veicular e manter atualizadas notícias de fontes confiáveis. Deflagramos campanhas educativas em prol do uso de máscaras e de medidas de higiene e limpeza, defendemos a necessidade de isolamento e distanciamento social, divulgando, com rigor e responsabilidade, recomendações das autoridades sanitárias no tocante à prevenção e contenção do contágio.

Tempos desafiadores, esses primeiros meses da pandemia. Tudo clamava por mudança e adaptação. Era preciso ficar em casa, reinventar os espaços, a vida e a vida doméstica, modificar hábitos, assumir protocolos de conduta pessoal e coletiva, aprender o trabalho remoto, tudo ao mesmo tempo, no turbilhão da luta, porque salvar vidas era preciso e, para um sindicato docente, era preciso também salvar a Educação. Fez-se urgente discutir educação a distância, atividades remotas, descobrir as possibilidades e os limites do aprendizado virtual, reconhecer carências, refazer metas e ideais pedagógicos, lidar com as resistências ao novo, confrontar o autoritarismo institucional, demandar treinamento virtual, exigir da universidade período letivo experimental, condições de trabalho digno, acesso universal, denunciar excessos, reivindicar direitos...

O ano de 2020 foi tudo isso e muito mais. A vida em modo *hard* diante do computador, numa sucessão de telas e imagens que nos inseriam em batalhas cotidianas: reuniões, plenárias, assembleias, *lives*... tudo o que pudesse nos ajudar a aprender – e ensinar – a driblar a morte... E tudo nos convocava à reflexão, à ação, à reinvenção. A diretoria da ADUFPB não recuou um passo em suas responsabilidades, e as **Mulheres em Resistência** do sindicato tiveram papel fundamental nesse enfrentamento sem tréguas, que já dura quase dois anos e que ainda não nos legou um salvo conduto para o retorno seguro às atividades presenciais.

Nesses meses de confronto com a pandemia, o luto foi devastador. Mais de 60 docentes sindicalizados tiveram suas vidas ceifadas nesse período de isolamento, e essas mortes sem despedidas presenciais agudizavam mais e mais a desolação. Não houve talvez uma semana sequer sem registro de adoecimentos e perdas que nos afetassem, direta ou indiretamente, e a expressão “Ninguém solta a mão de ninguém”, cunhada para fins de resistência política em nosso país, assumiu, para nós, no sindicato, significados mais veementes, sentidos mais profundos. Estávamos, ao mesmo tempo, isolados uns dos outros, mas, como equipe, estávamos talvez mais unidos do que seria possível estar presencialmente. A premência da luta nos irmanava. Havíamos sido eleitos/as com um projeto de gestão sindical que tomava por referência o que até então havia caracterizado a ADUFPB em seus 43 anos de existência: um sindicato sempre atuante, corajoso e combativo, mas um sindicato reconhecidamente alegre, pulsante, festivo. Nossa diretoria, que tem mantido o sindicato ativo e criativo, nessas circunstâncias em tudo adversas, ficará marcada na história da ADUFPB como a gestão confrontada com lutas de vida ou morte.

Em meio às vicissitudes e à desolação, perdemos companheiros e companheiras valorosos e muito queridos, alguns dos quais exemplarmente devotados ao cotidiano da nossa vida sindical. Com a pandemia, partiu Terezinha Diniz, diretora de Políticas Sociais de nossa gestão, militante cuja vida se confundia com a história da própria ADUFPB, onde atuou como dirigente em vários mandatos. Não foi menor o desamparo provocado pela partida de Marcelo Barbosa, responsável pela contabilidade do sindicato, e que, por sua competência, presteza e generosidade, postava-se na linha de frente no atendimento aos filiados e se empenhava em solucionar as mais diversas demandas surgidas na lida sindical. As dores da pandemia também incluíram nossos lamentos pela partida de Valdete Veloso, a querida Val, sempre pronta a nos receber com um sorriso largo e cativante. Agravando ainda mais essa pungente realidade, as imposições do distanciamento não nos facultavam visitas, nem ritos de despedidas presenciais, nos quais pudéssemos externar nossa saudade, nosso afeto e gratidão.

Falta dizer que o luto devastador, que se perpetuava de uma morte a outra, tornava-se ainda mais penoso – e revoltante – diante do cinismo perverso de um governante que não perdeu oportunidade de desdenhar da gravidade da pandemia, esmerando-se em desautorizar a ciência, desprezando e ridicularizando cada uma das medidas de prevenção e combate à covid-19 recomendadas por autoridades sanitárias do mundo inteiro. Um presidente da República que sonegou a compra das vacinas e que permanece, até hoje, negando sua eficácia, expondo criminosamente o povo brasileiro a uma consternação que já se estende a mais de 615 mil mortos e submetendo o país, no cenário internacional, a um isolacionismo vexatório sem precedentes. Enquanto chorávamos os mortos, essa criatura insensata, insensível, ignorante, ignóbil, zombava do ronco apavorante da asfixia e exibia publicamente sua desumanidade, oferecendo ao povo remédio para vermes. De forma vigorosa e contundente, nós, **Mulheres em Resistência da ADUFPB**, em consonância com as linhas de atuação política do sindicato, assumimos, em cada um dos fóruns que promovemos ou dos quais participamos, a defesa intransigente da vida. Por isso mesmo jamais deixamos de denunciar o governo negacionista, genocida, em todas as instâncias em que nos fizemos representar e o “Fora Bolsonaro e Mourão!” foram – e permanecem sendo – nossas palavras de ordem.

Mantendo nossa participação ativa no **Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba**, reforçamos a luta por políticas públicas para atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade. Diante do agravamento da fome no Brasil, especialmente na região Nordeste – e em nosso estado –, não poderíamos deixar de

ressaltar o valoroso empenho das companheiras ativistas do referido movimento no sentido de suprir, nos limites de suas forças e arriscando as próprias vidas, as carências das mulheres em situação de insegurança alimentar nas periferias de João Pessoa e em localidades adjacentes. A elas nos juntamos em um projeto voltado à promoção de *lives* culturais solidárias, destinadas à arrecadação de doações. Produzidas em parceria com a Diretoria de Cultura da ADUFPB e transmitidas pelo canal do sindicato no YouTube, no qual permanecem hospedadas, essas *lives* constituem valioso acervo de vídeos que documentam, a um só tempo, o talento de várias artistas locais e a luta das mulheres militantes da Paraíba contra a fome generalizada – por comida, por cultura, por arte, por respeito, por direitos, por vida digna – durante a pandemia.

O ano de 2020 haveria ainda de nos golpear com uma situação não menos afrontosa aos que defendem a democracia e a autonomia das universidades públicas. Em novembro de 2020, as professoras doutoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, eleitas pela nossa comunidade acadêmica, respectivamente, para as funções de reitora e vice-reitora da UFPB, ficaram impedidas de tomar posse, tendo sido nomeados pelo – inominável – presidente da República, para gestores da instituição, os professores Valdiney Gouveia e Liana Albuquerque, que obtiveram zero voto no Colégio Eleitoral. Embora permaneçam, até hoje, exercendo seus mandatos, os protestos e enfrentamentos veementes contra essa gestão intervencionista permanecem como pauta prioritária na agenda de lutas em nosso sindicato e nos demais segmentos e instâncias da comunidade universitária que prezam pela autonomia das universidades de escolherem seus dirigentes e pelo respeito aos valores e práticas democráticas em nossas instituições de ensino superior e em nosso país.

Foi assim, de batalha em batalha, que chegamos juntas, companheiras de luta, à **II Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB**, realizada de 8 a 11 de março de 2021. Produzida integralmente em modo virtual, a segunda edição do evento mais uma vez fez parte da agenda de atividades promovidas pelo **Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba** em alusão ao Dia Internacional da Mulher. A despeito das dificuldades enfrentadas no início de 2021, quando a pandemia atingia os mais elevados índices de contágio e morte, a programação do evento não foi menos expressiva do que aquela contemplada em sua primeira edição. Se não pudemos, desta vez, experimentar a energia vigorosa que emana dos corpos presencialmente reunidos em assembleia, conseguimos compensar a falta de contato físico, a carência dos abraços e dos ritos festivos, com o afeto, a generosidade, o espírito de

cooperação e a sororidade que nos irmana em torno das causas defendidas pelas mulheres em luta.

Desta feita, pautamos para debate o próprio tema do evento, examinando, sob várias perspectivas, as lutas travadas pelas “Mulheres em Resistência”. Também assumiu importância capital no evento a reflexão sobre a saúde mental das mulheres na pandemia. Momento de destaque na programação da semana foi a vigília “Pela vida das mulheres”, que reuniu 30 ativistas dos movimentos feministas em uma sessão memorável de sucessivas falas em defesa da vida daquelas cujas existências se tornaram ainda mais vulneráveis em tempos de crise pandêmica. Finalmente, fazendo jus às preocupações e responsabilidades de um sindicato docente, encerramos o evento com uma Mesa-Redonda sobre o tema: Mulher, Educação e Trabalho Digno.

Concluída com êxito, a **II Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB** legitima a inclusão deste evento no calendário das atividades do sindicato. Com o intuito de melhor documentar as duas edições do evento, homenageando as participantes e contribuindo para a continuidade dessa iniciativa por parte de futuras gestões do sindicato, optamos por fazer constar, como anexos, na sequência dos artigos que compõem esta publicação, cópias da programação da **I** e da **II Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB**.

Chegamos, enfim, à edição deste dossiê, Mulheres em Resistência, da Revista *Conceitos*, da ADUFPB. Concebido como volume especial na série histórica de publicações da revista, esta edição apresenta ao público uma coleção de textos produzidos por companheiras que representam, com excelência, o ativismo das Mulheres em Resistência, seja porque trabalham diretamente com temáticas feministas, seja porque se fazem, elas próprias, escritoras, pesquisadoras, militantes, atuando nas variadas esferas da vida acadêmica e da *práxis* política, sob perspectivas que contemplam as questões de gênero. Em atenção ao caráter acadêmico do periódico, todas as autoras dos artigos reunidos nesta publicação especial são docentes da UFPB, professoras doutoras representativas de campos diversos do conhecimento. Por seus méritos e sua formação, ao apresentarmos os textos que nos oferecem para leitura, não poderíamos deixar de perfilar cada uma, ainda que em poucas linhas. Na apresentação das autoras, observaremos a ordem em que seus artigos estão dispostos no periódico, organizado em uma sequência que parte de ensaios mais específicos sobre os estudos de gênero e se encaminha para textos que abordam temas mais amplos, investigados, no entanto, sob olhares atentos a premissas e pautas fundamentais à crítica e à ação feminista. São estas as nossas colaboradoras, autoras dos artigos que compõem o presente dossiê:

● **Iranice Gonçalves Muniz** é doutora e mestre em Direito Público pela Universitat Pompeu Fabra, em Barcelona, Espanha. Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, da Universidade Federal da Paraíba, *Campus III – Bananeiras*, atua, também, como docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes do *Campus I* da UFPB. Atual diretora adjunta da ADUFPB no *campus* de Bananeiras, seu artigo, intitulado **MEMÓRIA, PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA DE MULHERES NO BRASIL**, oferta-se, ele próprio, como documento sobre a nossa luta, pois se trata de uma transcrição da palestra proferida pela autora na sessão de abertura da **I Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB**. Em seu texto, Iranice Muniz optou por manter as marcas da oralidade vivaz e entusiasta da conferência original, na qual resgatou a memória de mulheres cujas histórias de vida permanecem como inspiração para as lutas por direitos, no espaço urbano, assim como no espaço rural no Brasil. Focalizando três períodos históricos, o artigo enquadra, em sua cronologia, mulheres que se destacam no Brasil Colonial, no Brasil Império e no Brasil República, concedendo especial atenção, nesse último período, às mulheres que lutaram pelo sufrágio universal, pela liberdade de seus corpos, encerrando com aquelas que se impuseram contra o regime militar. Ao final do texto, Iranice Muniz – cujas atuações como advogada de camponesas e camponeses em luta pela Reforma Agrária, ativista dos Direitos Humanos e membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba nos permitem incluir ela própria nesse quadro de guerreiras que se eternizam em lutas – presta comovente homenagem às Mulheres em Resistência na Paraíba durante a Ditadura Militar. Embora o texto não contenha a transcrição dos aplausos recebidos na abertura do evento em que foi proferida a palestra, não poderíamos deixar de registrar, nessa apresentação, a comoção que representou para nós a proclamação, de viva voz, dos nomes dessas heroínas paraibanas pela companheira Iranice Muniz.



Iranice Gonçalves Muniz

● **Maria Eulina Pessoa de Carvalho** é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1978), mestra em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e PhD em Currículo, Ensino e Política Educacional pela Michigan State University, USA (1997). Realizou pós-doutorado na Universidade de Valencia, Espanha (2011). É Professora Titular do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, onde tem uma longa e reconhecida trajetória, lecionando disciplinas sobre pesquisa educacional e gênero, no curso de graduação em Pedagogia e também no Programa de Pós Graduação em Educação. Dentre seus vários e importantes espaços de atuação institucional, lidera o grupo de pesquisa Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão, sendo bolsista de produtividade do CNPq. É fundadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), do Centro de Educação da UFPB. Coordenou o Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola e atualmente é coordenadora do GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). O artigo que nos apresenta, cujo título é **TRANSVERSALIZAR GÊNERO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**, focaliza o tema sob múltiplas perspectivas, históricas e teóricas, das quais emergem importantes reflexões sobre questões epistemológicas e ações pedagógicas. Contextualizando o debate em relação às políticas públicas, a autora enfatiza a responsabilidade social da educação superior no que diz respeito à equidade de gênero – nas esferas do ensino, da pesquisa, da extensão, assim como nos domínios da própria gestão, o que clama por políticas institucionais que favoreçam a transversalização de gênero. O artigo é um convite irrecusável à reflexão consciente e informada sobre a necessidade de consolidação e expansão, em nosso sistema educacional – e, especificamente, na Universidade Federal da Paraíba – , de medidas já adotadas no sentido de assegurar, por via da transversalização de gênero, políticas direcionadas à paridade de sexo e à superação de problemas sociais, dos quais ressalta, entre outros, a violência de gênero.



Maria Eulina Pessoa de Carvalho

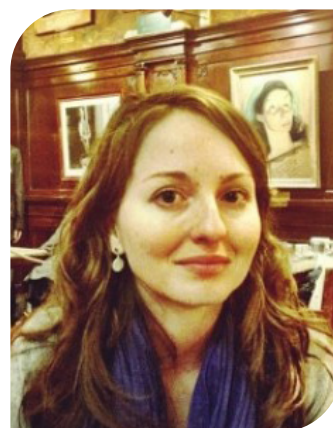
● **Anita Leocádia Pereira dos Santos**, Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do *Campus II*, do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais-DCFS, é doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2013/2007). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (2001) e especialista em Novas Tecnologias na Educação pela UEPB (2008), é graduada em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional, pela Universidade Regional do Nordeste (1991). Membro e atual coordenadora do Conselho Técnico Científico do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo/Gênero - NIPAM/ CE/UFPB, Anita Leocádia dos Santos é também representante da UFPB na Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres da Paraíba (REAMCAV) e membro da CPI do Femicídio da Paraíba – ALPB (2019-2021). Desenvolve ações de ensino, pesquisa, extensão e formação docente sobre Violências de Gênero, Violências contra as mulheres, Educação Sexual, Educação e Movimentos Sociais, Didática e Práticas Pedagógicas. Seu artigo, **AS MULHERES NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB**, fundamentado em um recorte de sua tese de Doutorado, apresenta, por meio de dados quantitativos e análises qualitativas, o processo histórico de entrada e crescente inclusão de mulheres na Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), instituição criada no município de Areia-PB, com o propósito de prover educação superior para rapazes. A partir de criteriosa pesquisa documental, que revisita registros anuais de conclusão de cursos na referida instituição entre 1936 e 2012, a autora acompanha o crescimento do número de mulheres admitidas na EAN, que se tornaria o Centro de Ciências Agrárias, primeiro *campus* da UFPB, atualmente o *Campus II*. O *corpus* da pesquisa, também composto por entrevistas com alunas pioneiras, permite a ampliação e o aprofundamento das análises para além dos resultados evidenciados pelos dados numéricos. Ao narrarem suas aventuras e desventuras nesse universo masculino de ensino superior, as entrevistadas nos ofertam uma rica e diversificada amostra de costumes, valores e comportamentos típicos de uma sociedade



Anita Leocádia Pereira dos Santos

patriarcal nos períodos contemporâneos às situações por elas relatadas. O resultado é, ao mesmo tempo, um trabalho de significativo valor histórico-documental sobre os temas e problemas abordados, um arquivo valioso para os estudos de gênero e uma chamada para a ação feminista, considerando que, a despeito da crescente inserção das mulheres no atual Centro de Ciências Agrárias da UFPB, nos três segmentos – docente, técnico-administrativo e discente – é ainda um espaço dominado pelo masculino, que prevalece na instituição, principalmente nos espaços de poder.

● **Juliana de Luna Freire** é doutora e mestra em Literatura Comparada pela Universidade do Arizona. É Professora Adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi Professora Adjunta na Framingham State University e Professora Assistente na Boston University. Em ambas as universidades estadunidenses, lecionou Literatura, Cinema Espanhol e Luso-Brasileiro. Tem ministrado uma variedade de cursos sobre teatro, literatura contemporânea e subjetividades de gênero. Sua atuação profissional é também marcada por uma ampla participação como palestrante em importantes eventos acadêmicos nos Estados Unidos e no Brasil. Sua pesquisa trata de grupos minoritários, estudos culturais e subjetividade, incluindo minorias indígenas e comunidades ciganas da Espanha e do Brasil. Atualmente, está explorando a violência como uma experiência epistêmica e investigando suas implicações nas formas como são moldadas nossas percepções da arte. No artigo produzido para este dossiê, **ESCRITORAS LATINO-AMERICANAS EM DIÁLOGO: A PROBLEMATIZAÇÃO DO CÂNONE DURANTE O SÉCULO XX**, a autora retoma e amplia discussões sobre a produção literária de mulheres escritoras latino-americanas, focalizando questões imprescindíveis à problemática que se propõe a investigar, dentre as quais se destacam debates acerca de teorizações próprias à escrita feminina, assim como noções associadas à “ansiedade autoral”. Sem descuidar da dimensão transgressora implicada no próprio gesto de



Juliana de Luna Freire

escrita das mulheres, cujos textos referendam a ousadia de adentrar em universos caracterizados por referências e valores masculinos, o artigo enquadra a produção literária das escritoras como resistência ao silenciamento intelectual. E faz mais. Busca, nas linhagens em que se inserem as autoras latino-americanas, paradigmas que indiciam tradições distintas, embora marcadas por influentes relações dialógicas. Na tentativa de mapeamento dos diferentes feminismos implicados nessa produção latino-americana, a escritora argentina Victoria Ocampo e a inglesa Virginia Woolf apresentam-se como marcos fundamentais na origem de um produtivo diálogo transnacional, significativamente influente para as subsequentes gerações de escritoras de língua espanhola.

● **Leyla Thays Brito da Silva** tem mestrado e doutorado em Letras, na área de Literatura e Cultura, pela UFPB. É Professora Adjunta do Departamento de Ciências das Religiões (UFPB), coordena o grupo de estudos Eros: Literatura, Erotismo e Sagrado, no qual desenvolve pesquisas voltadas às relações entre feminino e sagrado na literatura de autoria feminina, na literatura negrobrasileira e nas narrativas míticas greco-romanas e yorubás, com base na categoria do “gozo feminino” da psicanálise lacaniana e nos estudos de gênero. Dedica-se ainda a atividades de extensão com o projeto Entre Espiritualidade, Religião e Arte: um respiro em tempo de pandemia, no qual leva ao público vivências artísticas por meio de oficinas de poesia, fotografia, escrita emocional, dentre outras. Em seu artigo, **O ÚTERO POLÍTICO DE OXUM: UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL SOBRE A MATERNIDADE**, a problemática da maternidade nas lutas das mulheres por emancipação – um dos temas fundamentais às tradições teórico-críticas do feminismo – é revista sob perspectivas decoloniais que refazem, ampliam e aprofundam o debate sob a ótica do feminismo negro. A maternidade, que desde as origens do feminismo, em suas mais reconhecidas vertentes europeias e estadunidenses, esteve associada à opressão da cultura patriarcal sobre os corpos e as vidas das mulheres, apreendida no



Leyla Thays Brito da Silva

texto em relação a outras tradições culturais, assume distintas e vigorosas significações, inclusive de empoderamento político. Conhecer, com base nas tradições do candomblé, o mito nagô de Oxum, interpretado pela autora à luz de discussões sobre temas complexos e muito atuais (por exemplo, política do corpo, direito reprodutivo, divisão sexual do trabalho, entre outros), é entrever a complexidade e a ambiguidade da instituição da maternidade na vida das mulheres negras. É também muito aprender e, sobretudo, reconhecer a urgência da crítica ao eurocentrismo e a necessidade premente de incorporação de novas chaves de leitura para a revisão de velhas formas de ver e viver o universo das mulheres e suas lutas por emancipação.

● **Maria Ivete Martins Correia**, graduada em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar e Prática de Ensino em Psicologia da Educação, é especialista em Alfabetização, também em Educação Básica, mestre em Educação Popular e doutora em Educação, com área de concentração em Estudos Culturais, pela UFPB, com ênfase na educação católica e na educação laica, na perspectiva das relações de gênero. Professora aposentada do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da UFPB, concursada para a disciplina Educação Sexual, atuou também como professora de Educação Infantil e de Psicologia do Desenvolvimento em nível de graduação, lecionando ainda História da Sexualidade e Tópicos em Sexualidade em nível de pós-graduação *lato sensu* e Ética no Serviço Público, em nível de pós-graduação *strictu sensu*, no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação (MPPGAV). Atualmente, é diretora de Segurança Social e Assuntos de Aposentadoria da ADUFPB – gestão 2019-2021, com destacada atuação junto aos docentes aposentados sindicalizados.

● **Marísia Oliveira da Silva** é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB. Doutora em Educação (UFPB), é psicóloga humanista, com formação em Psicoterapia individual e de grupo, desenvolve extensão e estudos com



Maria Ivete Martins Correia



Marísia Oliveira da Silva

foco na Educação Popular em Saúde e Comunidades, envolvendo questões de gênero, diversidade e empoderamento popular. Facilita grupos de empoderamento de mulheres há mais de 20 anos. Atualmente, é vice-coordenadora da Clínica de Psicologia da UFPB. No artigo por elas produzido, em coautoria, **IMPACTOS DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19 NA VIDA DOS(AS) DOCENTES APOSENTADOS(AS) DA UFPB**, temas e problemas associados ao envelhecimento são abordados a partir de reflexões teórica e historicamente informadas sobre aspectos que se fazem relevantes à compreensão da gravidade da crise pandêmica em relação aos idosos. Trata-se de um texto criterioso, que enquadra fatores fundamentais à vida em tempos de aposentadoria, sem perder de vista especificidades inerentes às condições dos docentes aposentados da UFPB, recorte que consubstancia o *corpus* da investigação. No estudo, desenvolvido à luz da psicologia humanista de Carl Rogers, linhas de força distintas implicadas no contexto da pandemia são contempladas nas vertentes investigativas adotadas pelas autoras. A complexidade de suas interações reverbera nos resultados da pesquisa, que tanto ressalta os perigos reais da covid-19 para os idosos e as formas de sofrimento psíquico associadas aos riscos e às imposições de isolamento quanto afirma, a partir da própria condição atemorizante da crise, as possibilidades criativas de sua superação e da afirmação da vida.

● **Maria de Fátima Ferreira Rodrigues**, Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é pós-doutora pela Université Paris IV – Sorbonne. cursou o doutorado (2001) e o mestrado (1995) em Geografia Humana, na Universidade de São Paulo (USP). Possui especialização em Educação e sobre o Nordeste: Questão Regional e Ambiental, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo licenciada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (1982). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nas áreas de políticas públicas, agricultura campones-



Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

sa com ênfase em Agroecologia, territorialidades étnicas, cultura sertaneja e movimentos sociais no campo. É membro da Comissão Científica dos seguintes periódicos: Revista Mercator (UFC), Revista Agrária (USP), Revista Raega (UFPR), Revista Geonordeste (UFS), Revista MSEU (UFPE) e CaderNau. Em seu artigo para este dossiê, **VIOLÊNCIA E DESAMPARO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL, NA LONGA DURAÇÃO**, a autora aborda a problemática da violência praticada em nosso país – pelo Estado e pela sociedade – contra os movimentos sociais. Revisitando princípios fundamentais à construção do Estado de Direito e dos Direitos Humanos e tomando por base outras referências que tensionam criticamente esses quadros conceituais, como o materialismo histórico dialético e teorias da linguagem, o artigo focaliza a “terra de trabalho” como direito humano, assim como enquadra o “direito à propriedade” em relação à sua função social, o que indicia o prevaletimento do direito público sobre o direito privado. Ao recuperar a memória das lutas camponesas no Brasil, a autora estende um olhar especial às mulheres do campo, ao tempo em que discute, na série histórica e sob várias perspectivas críticas, a concentração de terras e a questão agrária como raízes dos mais graves problemas, rurais e urbanos, que afetam a vida social no Brasil.

Ao encerrarmos esta apresentação, dirigimos, em nome de toda a diretoria da ADUFPB, especialmente em nome das companheiras que conosco compõem o comitê Mulheres em Resistência do sindicato, nossos agradecimentos a cada uma das autoras acima referidas, extensivos a todas e todos que contribuíram para a publicação da presente edição.

Que a leitura deste dossiê especial da *Conceitos: Mulheres em Resistência* seja inspiradora, pois o plano feminista nos convida à reflexão crítica e à ação. Sigamos na luta. Pelas mulheres, por um mundo melhor, socialmente mais justo, mais igual e sustentável.

As organizadoras

Profa. Dra. Sandra Luna e Profa. Dra. Rita Porto





Foto: Nathalia/Movimento Levante



MEMÓRIA, PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA DE MULHERES NO BRASIL

Iranice Gonçalves Muniz *

RESUMO

“8 de março” é o dia internacional de visibilidade das lutas das mulheres. O presente trabalho tem como objetivo geral resgatar a história e a memória de mulheres que serviram de inspiração para as lutas por direitos, tanto no espaço urbano como no espaço rural brasileiro, ao longo dos anos; e possui como objetivo específico dar visibilidade às experiências singulares e vozes distintas dessas mulheres. Metodologicamente, dividimos o trabalho em três períodos: (i) Mulheres no Brasil Colonial (500-1822), no qual destacamos as “Mulheres de Tejucupapo” e a importância de Dandara do Quilombo dos Palmares; (ii) Mulheres no Brasil Império, no qual abordamos a trajetória de Chiquinha Gonzaga, uma brasileira de vanguarda, compositora, pianista e maestrina, e de Nísia Floresta Brasileira Augusta, primeira mulher a publicar textos em jornais; e, por fim, (iii) Mulheres no Brasil República, momento em que traçamos considerações acerca da história de algumas mulheres que tiveram papel de destaque na luta pelo sufrágio universal, pela liberdade de seus corpos, e na luta contra o regime militar (1964-1985).

Palavras-chave: Dia Internacional das Mulheres; Feminismo; Mulheres em luta.

ABSTRACT

“March 8” is the international day of visibility of women’s struggles. Thus, the present work has the general objective of rescuing the history and memory of women who have served as inspiration for the struggles for rights, both in urban and in rural Brazil, over the years; and its specific objective is to give visibility to the singular experiences and distinct voices of these women. Methodologically, we divided the work into three periods: (i) Women

* Professora no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas do CCHLA/UFPB. Doutorado e Mestrado em Direito Público (Constitucional) pela Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha. Professora adjunta do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrária, no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, Campus III - Bananeiras. E-mail: iranicemuniz@yahoo.com.br

in Colonial Brazil (500-1822), in which we highlight the women of Teju- cupapo and the importance of Dandara do Quilombo dos Palmares; (ii) Women in Brazil Empire, in which we discuss the trajectory of Chiquinha Gonzaga, a vanguard Brazilian composer, pianist and conductor, and Ní- sia Floresta Brasileira Augusta, the first woman to publish texts in news- papers; and, finally, (iii) Women in Brazil Republic, a moment in which we outline considerations about the history of some women who played a prominent role in the struggle for universal suffrage, for the freedom of their bodies, and in the fight against the military regime (1964 -1985).

Keywords: International Women’s Day; Feminism; Women in struggle.

INTRODUÇÃO

Senti-me honrada em participar, como palestrante, na I Semana de Mulheres em Resistência da ADUFPB — para comemorar o dia Internacional de luta das mulheres, 8 de março — com o tema “Memória do Movimento de Mulheres no Brasil”. Foi possível trazer um breve resgate da história de várias mulheres que serviram de inspiração para as lutas tanto no espaço urbano, como no espaço rural brasileiro ao longo dos anos¹.

Por se tratar de memória, dividimos o tema em três tópicos, tentando sempre o recorte dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) reconhecidos pelos Tratados Internacionais e pela Constituição Brasileira de 1988. No primeiro tópico, Mulheres no Brasil Colonial (500-1822); no segundo tópico, Mulheres no Brasil Monárquico (1822-1889); e no terceiro tópico, Mulheres no Brasil República.

Ao traçar a linha do tempo, preferimos não nominar os movimentos feministas, nem os numerar, que são muitos. Preferimos destacar a participação das mulheres em diferentes momentos históricos, com suas experiências singulares e vozes distintas.

No final, apresentamos as mulheres que, no período da ditadura militar no Brasil, destacaram-se nos movimentos políticos e sociais, e as mulheres que tiveram participações importantes, a maioria delas ficaram no anonimato, enquanto seus maridos, amores e amantes sobressaíram na história, registrada, na maioria das vezes, por homens.

Para Le Goff (1990), a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais a pessoa pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ela representa como passadas. Segundo o autor: “[o] estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento²”.

1. Neste trabalho optamos pela transcrição da oralidade para garantir a originalidade da conferência realizada no dia internacional da luta das mulheres em março de 2020.

2. Le Goff, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990, p. 368.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) oficializou o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher em homenagem às suas lutas e conquistas. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, ou Convenção da Mulher, é o primeiro tratado internacional que dispõe sobre os direitos humanos das mulheres.

1. MULHERES NO BRASIL COLONIAL (500-1822)

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, eles ocuparam um mundo — do outro lado do Oceano Atlântico — com milhões de quilômetros quadrados de terra fértil, rios, lagos, lagoas, baías e uma fauna e flora até então desconhecidas. Porém, deram pouca importância ao “novo” território e, quando resolveram colonizá-lo, em meados do século XVI, cometeram inúmeras atrocidades com as nações indígenas, as quais, aos olhos daqueles colonizadores, pareciam confusas e perigosas.

Ao tratar da condição da mulher no período colonial, observamos que muitos livros apenas evocam a supremacia determinada por um Brasil de traço fortemente patriarcal. Sem dúvida, as mulheres, salvo algumas exceções, estavam subordinadas aos mandos de seus pais e maridos. A história documentou episódios de agressão, de clausura e de perseguição, inclusive pela igreja católica.

O Brasil Colônia se organizou desde o século XVI numa estrutura patriarcal, na qual as filhas mulheres saíam da dominação do pai para passarem à dominação de seu marido. E pouco foi conquistado. No entanto, não podemos deixar de destacar o papel das mulheres na luta por direitos ao longo dos séculos. Devemos também sublinhar a participação de mulheres que encontraram algumas formas de inverter a lógica da dominação. Desse período, destacamos dois episódios:

Mulheres de Tejucupapo³. Em 24 de abril de 1646, precisamente num domingo, quando a maioria dos homens estava fora de Tejucupapo — distrito de Goiana, pertencente à então Capitania de Pernambuco — uma tropa com mais de seiscentos homens holandeses tentou invadir o vilarejo. Só não contavam que, sabedoras da aproximação dos invasores, quatro mulheres — **Maria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Maria Joaquina** — lideravam o contra-ataque e conclamavam a população ao enfrentamento. Após várias horas na batalha, usando água fervente e pimenta, foi cessada a luta com mais de 300 cadáveres dos invasores, espalhados pelo vilarejo, num testemunho convincente da força de articulação dessas mulheres, pondo-se um fim à dominação holandesa⁴ no Brasil.

3. Na base do obelisco instalado a poucos metros do povoado, consta: “Aqui, em 1646, as mulheres de Tejucupapo conquistaram o tratamento de heroínas por terem, com as armas, ao lado dos maridos, filhos e irmãos, repellido 600 holandeses que recuaram derrotados”. Existe em Tejucupapo um esforço coletivo da população para manter a sua história viva. Anualmente, no último domingo de abril, as mulheres da região reencenam a batalha em um grande teatro ao ar livre.

4. Os holandeses estavam enfraquecidos, já haviam perdido quase todo o domínio de terras da Capitania. A solução seria ocupar Tejucupapo, uma área tradicional de plantio da mandioca.

Dandara dos Palmares. Dandara lutou pelo fim da escravidão. Uma guerreira negra que dominava técnicas de capoeira, lutou ao lado de suas companheiras e companheiros nas várias batalhas para libertar o Quilombo dos Palmares contra os ataques dos escravagistas. Dandara e Zumbi foram contra o “Tratado de Paz”, em 1678, entre Ganga-Zumba e o governo da então Capitania de Pernambuco. O tratado não previa o fim da escravidão; previa apenas a liberdade para poucos escravos. Ela preferiu o suicídio à escravidão.

Dandara, em 27 de março de 2019, entrou para o *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. O senador Humberto Costa, em seu discurso no Senado, explicou que Dandara “foi conselheira e parceira de Zumbi de Palmares na luta pela libertação do quilombo e pela superação da escravidão no Brasil”⁵.

2. MULHERES NO BRASIL MONÁRQUICO (1822-1889)

A Carta Constitucional de 1824, outorgada por D. Pedro I, não reconhecia as mulheres como possuidoras de direitos, portanto elas não participavam da vida política. Embora as mulheres tenham feito várias tentativas de alistamento eleitoral, mesmo sem sucesso, os direitos políticos só lhes foram atribuídos um século depois, através da continuidade da luta feminista por sua emancipação.

Nessa época, a grande maioria das mulheres, quando tinham a oportunidade de ir à escola e aprender, só lhes era ensinado a costurar, a cuidar do lar, as boas maneiras e as “virtudes” de uma boa mãe e de uma esposa recatada. Nesse cenário, muitos dos direitos civis também lhes eram negados, como o direito de dispor do próprio corpo, o direito à propriedade, o direito à igualdade perante a lei.

No entanto, é importante destacar que no movimento feminista com maior visibilidade na Europa⁶ — tempos depois denominado como a “Primeira Onda”, que chegou ao Brasil no final do século XIX —, as mulheres utilizaram as letras como estratégia na luta pela emancipação feminina e pela conquista de direitos civis e políticos. Ao adentrar no espaço jornalístico tradicionalmente reservado aos homens, as mulheres começaram a ganhar visibilidade e força para suas lutas feministas⁷, passaram a contestar de forma mais contundente a questão do poder político da época e a ocupar espaços importantes na vida social e política. Desse período monárquico, destacamos duas mulheres de luta:

Francisca Edwiges Neves Gonzaga - Chiquinha Gonzaga – uma brasileira de vanguarda: compositora, pianista e maestrina. Era filha de um militar com uma mulher mes-

5. O Plenário aprovou, em 27 de março de 2019, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 55/2017, que inscreve no *Livro dos Heróis da Pátria* o nome de Dandara dos Palmares. (Fonte: Agência Senado) (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/27/nomes-de-dandara-dos-palmares-e-luiza-mahin-vaio-para-livro-dos-herois-da-patria>).

6. Em 1791, por exemplo, a “revolucionária” Olímpia de Gouges compôs uma célebre declaração (embora não aceita), proclamando que a mulher possuía direitos idênticos aos dos homens e, por essa razão, tinha o direito de participar, direta ou indiretamente, da formulação das leis e da política.

7. A Primeira Onda do movimento feminista no Brasil foi destaque por meio do jornal *A Família*. O jornal, criado por Josephina Álvares de Azevedo, veiculado inicialmente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, foi importante na construção da rede feminista, que contava com a participação de mulheres de norte a sul do Brasil.

tiça, neta de uma mulher preta escravizada. Desde criança, Chiquinha Gonzaga⁸ se mostrou fascinada pelo universo da música. Casou-se duas vezes, teve três filhos e uma filha, e conseguiu lidar muito bem com a carreira profissional musical: compôs várias obras, viajou pelo país e ministrou aulas de piano. Ela foi autora da primeira marcha carnavalesca com letra e também a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Enfrentou a opressora sociedade patriarcal, viveu da sua profissão, até então inédita para as mulheres. Na política, Chiquinha Gonzaga militava em prol da abolição da escravidão e pelo fim da monarquia.

Nísia Floresta Brasileira Augusta⁹ — pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885) — era ativista pela emancipação feminina e foi a fundadora da primeira escola para meninas no Brasil, em 1838, tempo e cenário de mulheres reclusas ao casamento e maternidade. Através do *Jornal do Comércio*, ela anunciou a inauguração de seu colégio no centro da então capital do país¹⁰, Rio de Janeiro. Surgiria, assim, a primeira educadora “feminista”. Nísia Floresta Brasileira Augusta é considerada pioneira do feminismo no Brasil – primeira mulher a publicar textos em jornais, denunciar as injustiças contra escravos e indígenas, e a lançar uma tradução livre da obra da feminista inglesa Mary Wollstonecraft, com o título *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Wollstonecraft defendia a igualdade entre os sexos.

Embora as mulheres da época fossem proibidas de eleger seus representantes, o interesse de participar das escolhas políticas não deixou de ser evidenciado. Apesar de impedidas de votar, continuavam nas campanhas pelos direitos sexuais, econômicos e reprodutivos. Ou seja, estavam sempre preocupadas com o reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

3. MULHERES NO BRASIL REPÚBLICA

O século XX foi marcado pelas mudanças que começam a ocorrer no mercado de trabalho durante as greves realizadas em 1907 (greve das costureiras) e em 1917. Imigrantes europeus (italianos e espanhóis), que buscavam melhores condições de trabalho nas fábricas brasileiras (em sua maioria têxteis, onde predominava a força de trabalho feminina), influenciavam o movimento grevista. Entre as exigências das paralisações, estavam a regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres. Na primeira metade do século XX, podemos destacar várias conquistas das mulheres em diferentes espaços.

Maria José de Castro Rebello Mendes — foi a primeira mulher a ser aprovada em um concurso público para diplomata. Em sua edição de 31 de agosto de 1918, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, então Capital da República, afirmava que se chamava de “feminismo o

8. Chiquinha Gonzaga, compositora, pianista e maestrina (1847-1935).

9. Em 12 de outubro de 1810, nascia Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. Natural de Papari, no Rio Grande do Norte, ela é considerada a primeira feminista brasileira.

10. Em 1827, no Brasil, é editada a primeira legislação relativa à educação de mulheres. A referida lei admitia meninas apenas para as escolas elementares.

exercício de profissões liberais pelas mulheres, porque nas classes proletárias sempre houve feminismo”. Em seguida, anunciava-se e iniciava-se o debate sobre a inscrição de uma mulher no concurso do Itamaraty¹¹. A baiana Maria José de Castro Rebello Mendes foi aprovada em primeiro lugar e, em 27 de setembro de 1919, o Ministério das Relações Exteriores dava posse à primeira mulher diplomata da história do Itamaraty.

Nesse início de século, são retomadas as discussões acerca da participação de mulheres na política do Brasil. É fundada então, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujos principais objetivos eram batalhar pelo direito ao voto (escolha dos representantes) e ter livre acesso ao mundo do trabalho.

Na Semana de Arte Moderna de 1922, as mulheres provocaram a sociedade conservadora paulistana a pensar de uma maneira mais vanguardista. Fizeram obras que fugiam do tradicional e questionaram os valores da família brasileira. Participando do evento, **Anita Malfatti**¹² e **Tereza Aita** (conhecida como Zina Aita)¹³ expuseram seus quadros. Elas foram pioneiras, pois inovaram usando técnicas artísticas que não eram de “bom tom” para as mulheres adotarem; e **Guiomar Novaes** se atreveu a tocar Chopin no piano.

Tarsila do Amaral — em 1928, apresenta sua arte por meio da obra *Abaporú* — nome de origem tupi guarani, que significa “homem que come gente” — enfatizando o valor do trabalho braçal (pé e mão grandes) em relação ao trabalho intelectual (cabeça pequena), a tela foi ofertada como presente de aniversário ao poeta e escritor Oswald de Andrade, então marido da artista. A tela de Tarsila serviria de inspiração para Oswald e Raul Bopp criarem o Movimento Antropofágico, que revolucionou a estética modernista brasileira. Hoje, esta obra faz parte do acervo do Museu de Arte Latino-Americana (MALB), em Buenos Aires, Argentina. Tarsila foi uma mulher à frente do seu tempo: experimentou viver em vários lugares do mundo, pintou como e quando quis, foi uma mulher pensante no mundo das artes plásticas e teve amante (amado) e maridos quando lhe (bem) apeteceu.

No cenário político, em 1928, é autorizado o primeiro voto feminino (o de Celina Guimarães Viana, Mossoró/RN), mesmo ano em que é eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza, em Lajes/RN). Ambos os atos foram anulados. No entanto, esses dois fatos abriram um excelente precedente para a discussão sobre o direito ao exercício de cidadania das mulheres.

Celina Guimarães Viana — em Mossoró/RN, foi a primeira eleitora do Brasil, alistando-se aos 29 anos de idade. Com o advento da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado da federação que estabeleceu que não haveria distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Assim, em 25 de novembro de 1927, na cidade de Mossoró, foi incluído o nome de Celina Guimarães Vianna na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte. O fato repercutiu nacional e internacionalmente, por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, como também da América Latina.

11. A inscrição de Maria José no concurso chegou a ser contestada por setores da opinião pública e virou polêmica na imprensa da época.

12. Anita Malfatti foi uma das mais importantes artistas plásticas brasileiras da primeira fase do Modernismo.

13. Pintora e ceramista, nascida em Belo Horizonte, que foi decisiva no Modernismo brasileiro.

Alzira Soriano de Souza — em Lajes/RN, foi a primeira mulher a ser eleita prefeita de um município na América Latina. Durante a campanha eleitoral de 1928, Alzira foi atacada com ofensas misóginas, entretanto, foi eleita prefeita com mais de 60% dos votos, assumindo o cargo em 1929. Permaneceu no executivo municipal até o advento da Revolução de 1930 e só voltou a ocupar um cargo público, o de vereadora, em 1947. Após sua morte, recebeu diversas homenagens, incluindo o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, outorgado pela Câmara dos Deputados, e um feriado municipal em sua cidade natal.

Somente em 24 de fevereiro de 1932 foi garantido o sufrágio feminino, sendo inserido no corpo do texto do Código Eleitoral Provisório (Decreto 21.076/1932) o direito de as mulheres votarem e serem votadas, conquista que só seria consolidada em 1946, no artigo 131 da Constituição Federal.

Carlota Pereira de Queirós — Um ano após o Decreto de 1932, é eleita a primeira deputada federal brasileira, integrante da Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição de 1934; a primeira que, inspirada na Constituição Mexicana de 1917 e na Constituição Alemã de 1919, vai tratar dos direitos sociais, da função social da propriedade e do reconhecimento do sufrágio feminino.

Quando o sufrágio feminino ressurgiu, de uma certa forma, ele traz uma nova perspectiva política de compreensão do poder, a sexualidade desvinculada da reprodução é uma bandeira de luta.

Essa nova perspectiva vai, então, trazer ao debate a ideia da mulher como sujeito da história. Ao mesmo tempo em que entende a mulher como sujeito, é o movimento feminista que denuncia a ausência da mulher nos espaços públicos, seu silenciamento e sua opressão. Assim, o movimento feminista começa a se lançar no cenário político de forma mais planejada em suas organizações.

A linha de pensamento feminista pressupõe que a política é uma atividade presente em todos os grupos sociais e espaços públicos e privados, não apenas em assuntos relacionados a instituições políticas formais ou de debate público. A partir da segunda metade do século XX (em especial a década de 1960), o movimento incorporou questões que necessitavam de políticas públicas, entre elas o acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra a violência doméstica, equiparação salarial, apoio em casos de assédio, entre tantos outros temas pertinentes à condição da mulher.

Leila Roque Diniz — Nesse emaranhado de questões dos anos 60 no Brasil, eis que surge uma Leila Diniz com a incorporação e antecipação da causa feminista sobre o corpo, numa sociedade extremamente reprimida sobre o tema. Leila era professora, artista e rebelde; atuou no filme “Todas as Mulheres do Mundo” (do cineasta Domingos de Oliveira). A jovem, no Rio de Janeiro, era defensora do amor livre¹⁴ e do prazer sexual das mulheres. Leila Diniz chocou e inspirou uma legião de jovens, principalmente no eixo sul do país. Ela teve a ousadia de expor seu corpo grávido e ávido de amor, usando um

14. Uma das bandeiras do movimento hippie dos anos 60.

biquíni, tomando banho de sol e de mar na praia de Ipanema. A imagem virou manchete nos jornais e revistas de circulação nacional. Tal ousadia contribuiu para esse processo de liberdade sobre o corpo feminino avançar — “não desista do seu desejo” (Lacan). Essa premissa foi muito importante para a mudança de paradigma nos anos 60 e 70.

Para reforçar a ideia de que a sociedade é baseada em um sistema de desigualdade e opressão sexual, o conceito de patriarcado é utilizado pelo feminismo, por meio do qual é possível descrever um sistema de dominação e exploração das mulheres. Para Saffioti¹⁵, o patriarcado, em termos abrangentes, está diretamente relacionado à “dominação masculina”, que tem suas raízes na família, mas que ordena e naturaliza relações de poder entre homens e mulheres em diferentes espaços, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais, mantendo suas estruturas ao longo do tempo, mesmo que de formas diferenciadas. Nesse sentido, o patriarcado configura-se como uma estrutura social e um movimento histórico.

De maneira geral, pode-se dizer que as ideias centrais do movimento de mulheres perpassam pelas noções de liberdade e igualdade, através da percepção de que a mulher enfrenta situações de desvantagem na sociedade (ainda de estrutura patriarcal) pelo fato de ser mulher e que essa desvantagem pode ser abolida¹⁶.

3.1 RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964 – 1985)

Os anos 60 foram o início de uma ditadura militar que durou vinte e um anos no Brasil, período de participação ativa das mulheres na resistência, nas suas mais diversas formas, inclusive na luta armada. Além de se insurgirem contra a ordem política vigente, houve também uma intensa transgressão das mulheres ao que lhes era imposto no espaço estritamente privado e doméstico, no papel de mãe, esposa, cuidadora do lar e da família. Dentre milhares de mulheres que não se curvaram diante do Estado de Exceção (1964-1985), destaco algumas delas:

Dilma Rousseff, mineira, filha de um imigrante búlgaro com uma professora do Rio de Janeiro, já na adolescência começou a se interessar por política. Durante a ditadura militar se envolveu na luta contra o regime, foi presa e torturada por agentes do Estado. Em 2010, elegeu-se presidenta do Brasil, tendo sido reeleita em 2014. Ela foi a primeira mulher brasileira a presidir o país. Antes de alcançar o cargo máximo da política nacional, Dilma Rousseff esteve à frente da Casa Civil.

No cargo de Presidenta da República, Dilma Rousseff instituiu a Comissão Nacional da Verdade, em 2012, para apurar e esclarecer as violações de direitos humanos no período de 1946 a 1985, principalmente os crimes cometidos durante a ditadura militar. Em 2017, sancionou a Lei das Domésticas, que equiparou os direitos das domésticas e

15. SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

16. EYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010.

domésticos aos demais trabalhadores. A aprovação da Comissão Nacional da Verdade e a promulgação da Lei das Domésticas incomodaram a elite brasileira, somando-se ao fato de ser uma mulher ocupando o cargo de Presidente da República. Dilma Roussef enfrentou um processo de *impeachment*. Ela não cometeu crime de responsabilidade, o processo de impeachment foi “golpe” movido pelo então presidente da Câmara dos Deputados Federais (Eduardo Cunha). Nesse processo, Dilma não enfrentou somente o rancor de uma elite brasileira contrariada, mas também todos os preconceitos existentes contra mulheres, principalmente aquelas que não aceitam submeter-se ao poder patriarcal.

Zuleika Angel Jones. Conhecida como **Zuzu Angel**, perdeu o filho na ditadura militar. Stuart Jones foi preso, torturado e morto pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) no aeroporto do Galeão e dado como desaparecido pelas autoridades. A partir de então, Zuzu travaria uma luta contra o regime militar em busca de uma explicação e da recuperação do corpo de seu filho para viver o luto. Mas essa luta foi interrompida com sua morte, ocorrida na madrugada de 14 de abril de 1976, num suposto acidente de carro na Estrada da Gávea, à saída do Túnel Dois Irmãos (hoje Túnel Zuzu Angel), no Rio de Janeiro.

Em 1998, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos julgou o caso e reconheceu-a como pessoa que, “por ter participado, ou por ter sido acusada de participação, em atividades políticas, tenha falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas”. No relatório final, publicado em 2007, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos inseriu depoimentos de duas testemunhas, que afirmaram ter visto o carro de Zuzu ter sido fechado por outro e jogado fora da pista, caindo de uma altura de cerca de cinco metros.

Na música e letra compostas por João Bosco e Aldir Blanc “O Bêbado e o Equilibrista”, que se tornou símbolo da resistência no Brasil, eles registram o sentimento de tristeza e sofrimento das mulheres — “chora a nossa pátria mãe gentil, choram Marias e Clarices no solo do Brasil” — em homenagem às viúvas dos presos políticos que foram assassinados nos porões da ditadura militar (em especial, Manuel Fiel Filho e Vladimir Herzog).

Nesse cenário de tristeza, mas também de “esperança”, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado por **Therezinha Godoy Zerbini**, foi iniciado em 1975, tendo seu Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de março de 1976. Para fomentar a criação de núcleos do MFPA, Therezinha visitou várias cidades do país¹⁷.

Articulando-se com um grupo local, Therezinha Godoy Zerbini veio a João Pessoa para proferir conferência, em 19 de março de 1976, no auditório da Organização das Voluntárias. Em João Pessoa, mesmo com algumas dificuldades, o grupo foi se fortalecendo e, sob a coordenação das mulheres — *Maria José Limeira Ferrer, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Maria de Fátima Cardoso, Maria das Graças Leite de Souza e Ayala de Almeida Rocha* — criou um Núcleo na Paraíba, no dia 22 de agosto de 1978, que funcionava na residência de *Maria José Limeira Ferreira*, localizada Rua Severino de Albuquerque Lucena, nº 332, no conjunto Costa e Silva, na cidade de João Pessoa – PB.

17. Após a promulgação da Lei de Anistia, nos anos 80, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que passaria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e depois atingiria o *status* ministerial como Secretaria de Política para as Mulheres.

3.2 AS “MULHERES EM RESISTÊNCIA” DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NA PARAÍBA

Para tratar da resistência das mulheres no período da Ditadura Militar na Paraíba, escolhemos como recorte os dados da pesquisa realizada durante quatro anos — entre 2013 e 2017 — pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Após a criação da Comissão Nacional da Verdade, várias comissões da verdade locais foram criadas; a CEVPM-PB, por exemplo, foi criada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho em outubro de 2012, com a finalidade de buscar o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos contra qualquer pessoa no território da Paraíba, ou aos paraibanos que se encontravam em outros estados ou países.

Um dos principais objetivos da CEVPM-PB era trazer à tona as violações sofridas pelas mulheres durante o regime militar. Foram mães, esposas, filhas, companheiras, amantes e parceiras submetidas a todo tipo de tortura, desde a tortura psicológica ao choque elétrico e à violência sexual, num total desrespeito aos direitos humanos. Entre as 24 (vinte e quatro) Audiências Públicas e as 23 (vinte e três) oitivas realizadas pela Comissão, houve o testemunho de 34 (trinta e quatro) mulheres; algumas foram presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE/1968), em Ibiúna/SP; outras por participarem de sindicatos, partidos políticos, Ligas Camponesas ou por serem simpatizantes dos movimentos sociais contra o regime de exceção da época. Portanto, não poderia deixar de visibilizar a luta destas mulheres:

Ana Rita de Castro Almeida — Era militante da Ação Popular (AP) em Campina Grande, foi outra vítima da Ditadura Militar dos anos 1960/1970 que foi presa e depois passou a viver na clandestinidade com seu companheiro e sua filha, que nasceu num Hospital Militar¹⁸.

Anatilde Targino Alves — Filha de Elizabeth Altina Teixeira, viveu na clandestinidade junto com sua mãe, na cidade de São Rafael, no estado do Rio Grande do Norte. Só foi descoberta com a edição do documentário “Cabra marcado para morrer” do cineasta Eduardo Coutinho (1982)¹⁹.

Denise Maria de Moraes Santana — Tinha atuação em João Pessoa, como professora primária na rede pública estadual; e em Santa Rita e Sapé, junto às Ligas Camponesas. Era integrante do Partido Comunista Brasileiro²⁰.

Dilza Rodrigues de França — Era professora no Colégio Pequeno Príncipe, em Campina Grande. Foi sequestrada no próprio colégio no dia 30 de abril de 1974. Passou por torturas físicas e psicológicas por vários dias, na Granja do Terror²¹.

18. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 616.

19. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 389.

20. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p.620.

21. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 619.

Leda Rejane do Amaral Queiroz — Foi uma das presas do Congresso da UNE em Ibiúna, depois presa pelo DOPS de São Paulo e torturada nos DOI-CODI desse país; caiu na clandestinidade²².

Josélia Maria Ramos Wellen — Participou do movimento estudantil e de ações políticas e sociais na periferia de Campina Grande/PB. Em 1968, foi sequestrada, presa e levada para a chamada “Granja do Terror”, onde sofreu torturas físicas e psicológicas²³.

Maria Amélia de Araújo Silva — Era estudante de medicina na Universidade Federal da Paraíba. Militava no movimento estudantil e no Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi presa em 1964 e respondeu ao IPM que investigou a “subversão na Paraíba”²⁴.

Maria Lúcia Santos Rocha — Com o Golpe Civil Militar de 1964, foi presa e caiu na clandestinidade. Em depoimento na CEVPM-PB, relatou que, na clandestinidade, se considerava como “aquela figura dos Subterrâneos da Liberdade de Jorge Amado, a Mariana que fazia a ligação da direção com as bases, ajudava na montagem de aparelhos para reuniões, recebia companheiros que vinham de outros estados”²⁵.

Maria de Lourdes Meira — Após sua prisão em 1968, passou a viver na clandestinidade durante muitos anos — em Recife e depois em São Luís do Maranhão. Segundo depoimento à CEVPM-PB²⁶, passou muita fome e vivenciou o medo constante de ser descoberta e, quem sabe, até ser morta, como acontecera com outros companheiros e companheiras.

Marina Dias Virgínio — Dedicou toda sua vida denunciando as atrocidades cometidas pelo regime militar, e em busca do corpo de seu irmão João Alfredo Dias [Nego Fubá] — militante político e orador das Ligas Camponesas de Sapé/PB — desaparecido político em 1964. Marina Dias faleceu em Sapé/PB, logo após prestar testemunho à CEVPM-PB.

Maria do Carmo de Aquino — Foi uma das principais articuladoras das Ligas Camponesas nas cidades de Guarabira, Alagoinha, Cuitégi, Belém e Bananeiras, além de dar assistência política às Ligas de Sapé, Mari e Mamanguape. Por sua capacidade de articulação, recebeu o codinome “Maria Cuba”²⁷.

Maria do Socorro Cunha Campos — Militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), na Paraíba. Com a queda do PORT na Paraíba, foi presa e, em seguida, ao sair da prisão foi para São Paulo²⁸.

Maria do Socorro de Carvalho Vigevani — Foi militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) em João Pessoa. Foi presa no dia 06 de agosto de 1970. Na prisão, mesmo grávida de 4 meses, foi torturada junto com o seu marido²⁹.

22. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 613.

23. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 618

24. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 621.

25. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 614.

26. Depoimento em audiência pública “a vida na clandestinidade”, no dia 19/12/2013 em João Pessoa/PB

27. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 623.

28. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 624.

29. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 625.

Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Jô Moraes) — Iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista. Militante do Movimento Feminista e da União Brasileira de Mulheres (UBM). Em 1972, incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil, seu único partido, como militante, atuando nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais³⁰.

Maria José Limeira Ferreira — Era estudante de Filosofia, foi presa no dia 1º de abril de 1964, quando participava de vigília cívica, no prédio da Associação Paraibana de Imprensa (API), no centro de João Pessoa. Em 1978, foi uma das fundadoras do Movimento pela Anistia na Paraíba³¹.

Maura Pires Ramos — Era estudante do Curso de Letras, em 1967, participou do Movimento Estudantil e da organização de esquerda Ação Popular (AP). Segundo seu depoimento na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, foi sequestrada e levada para a prisão em Recife, e após o retorno à Paraíba, passou por torturas físicas e psicológicas por vários dias, na Granja do Terror³².

Olívia Ferreira de Araújo Alves — Foi presa no dia 13 de janeiro de 1973, no Sítio Lagoa dos Currais, em Puxinanã – PB, sob acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro. Na prisão em Campina Grande, segundo depoimento à CEVPM-PB, sofreu torturas físicas e psicológicas³³.

Ophélia Maria de Amorim — Advogada e militante das Ligas Camponesas na região do Brejo da Paraíba. Foi presa logo após o golpe civil militar e respondeu a sete processos criminais por sua atuação política junto aos camponeses.

Teresinha Braga Capim de Miranda — Conhecida como Teresa Braga, foi militante da política universitária e alfabetizadora da “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, foi perseguida política por sua atuação nos movimentos sociais³⁴.

3.2.1 RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO MEIO RURAL

Neste desdobrar de visibilidade, no meio rural, destacamos a luta de duas mulheres: Elizabeth Altina Teixeira e Margarida Maria Alves, que traduzem a luta feminina por direitos e reforma agrária na Paraíba e no Brasil.

Elizabeth Altina Teixeira — Líder das ligas camponesas, foi presa em 1964 e caiu na clandestinidade até 1982, quando foi descoberta pelo cineasta Eduardo Coutinho, que havia retomado as filmagens de “Cabra Marcado para Morrer”, documentário que conta a história do líder camponês João Pedro Teixeira. Quando deparou com o corpo sem vida de seu esposo, João Pedro Teixeira, Elizabeth anunciou: “eu marcharei em tua luta”. Cumpriu sua promessa na luta pela reforma agrária e melhores condições para mulheres e homens que vivem no e do campo. Ela, após ser anistiada pela Lei da Anistia

30. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 611.

31. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 626.

32. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 617.

33. Ver Relatório final da CEVPM-PB, p. 627.

34. Ver Relatório final da CEVPM-PB, P. 628.

de 1979, saiu da clandestinidade no estado Rio Grande do Norte e voltou para a Paraíba – a partir da anistia começou a reencontrar suas filhas e filhos, que não via há quase 20 anos. Atualmente, com 96 anos de idade, reside na cidade de João Pessoa, próxima às filhas Anatilde e Maria José.

Margarida Maria Alves — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – PB, por defender os direitos dos trabalhadores rurais, era perseguida pelos proprietários de terra no estado da Paraíba. Todavia não se intimidava com as ameaças de morte: “Da luta eu não fujo, é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Foi assassinada em 12 de agosto de 1983. Margarida Maria Alves tornou-se um símbolo de lutas das mulheres, inspiração para “A Marcha das Margaridas”, conhecida nacionalmente.

Elizabeth Altina Teixeira, assim como Margarida Maria Alves, liderou a mobilização por direitos sociais, terra e dignidade humana, nas Ligas Camponesas e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que denunciavam a grilagem dos latifúndios, principalmente o Grupo da Várzea³⁵, no estado da Paraíba, nas décadas de 1960 e 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todos os fragmentos de desigualdade nos direitos, e a violência consentida por uma sociedade de estrutura patriarcal, compreendemos o “8 de março” como o dia internacional de visibilidade das lutas das mulheres, dia de prestar homenagens a todas as mulheres de luta e resistência na Paraíba, no Brasil e no Mundo. Fazer o resgate da história e memória dessas mulheres é também reconhecer suas lutas na construção de um país/mundo menos desigual e excludente³⁶.

REFERÊNCIAS

- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990,
- SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

35. O termo “Grupo da Várzea” é relacionado ao poder político e aos conflitos agrários na Paraíba. Trata-se, então, de famílias com título de propriedade com vastas extensões de terras e usinas de processamento de cana de açúcar situadas na várzea do Rio Paraíba, nos municípios de Santa Rita, Sapé, Cruz do Espírito Santo, Alagoa Grande, Itabaiana e Pilar.

36. Dentre outras mulheres que vivenciaram o dia-a-dia das Ligas Camponesas, no período de 1958 a 1964, no estado da Paraíba, encontramos (no livro *Deixemos o povo falar*) depoimentos de algumas camponesas que tentaram reviver a história de mulheres que resistiram ao poder do latifúndio. São elas: (i) Josefa da Conceição; (ii) Josefa Davi de Melo; (iii) Hilda Maria da Conceição de Melo; (iv) Isabel Regina; (v) Maria José (Zeza); (vi) Lourdinete (cunhada de Elizabeth Teixeira); (vii) Luzia Gonçalves da Silva; (viii) Maria da Penha Lima de Souza; (ix) Maria do Socorro de Paiva; (x) Josefa Maria da Silva; (xi). Nilza Pereira, (xii) Maria José Gomes; (xiii) Luzilda Teixeira (prima de João Pedro Teixeira). Veja HAM, Antônia M. Van; CALADO, Alder Julio; SEZYSHTA, Arivaldo, J.; GIACOMELLI, Gabrielle; IENO, Gláucia Luna. *MEMÓRIAS DO POVO: João Pedro Teixeira e as Ligas camponesas. Deixemos o Povo Falar*. João Pessoa: Idéia, 2006.

TRANSVERSALIZAR GÊNERO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maria Eulina Pessoa de Carvalho*

RESUMO

Este texto aponta a importância da transversalidade de gênero na educação superior. Após descrever brevemente o contexto recente da transversalização de gênero nas políticas públicas, lembra que a equidade de gênero faz parte da responsabilidade social da educação superior e que a transversalidade compreende uma perspectiva epistemológica e uma ação pedagógica. Para as universidades, transversalizar a lente conceitual de gênero significa incluir essa perspectiva no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, na direção da paridade de sexo, da superação de problemas sociais, como a violência de gênero, e da inovação científica. Por fim, ilustra as possibilidades de transversalização de gênero por meio da Campanha ElesPorElas, à qual a Universidade Federal da Paraíba aderiu em 2017, e faz algumas proposições de continuidade.

Palavras-chave: Transversalidade de gênero; Educação superior; Campanha ElesPorElas.

ABSTRACT

This paper points out the importance of gender mainstreaming in higher education. After briefly describing the recent context of gender mainstreaming in public policy, it recalls that gender equity is part of the social responsibility of higher education and that transversality comprises an epistemological perspective and a pedagogical action. For universities, transversalizing gender, as a conceptual lens, means including this perspective in teaching, research, extension and management, in the direction of gender parity, overcoming social problems, such as gender violence, and scientific innovation. Finally, it illustrates the possibilities of gender mainstreaming through the HeForShe Campaign, which Federal University of Paraíba joined in 2017, and makes some proposals for continuity.

Keywords: Gender mainstreaming; Higher education; HeForShe Campaign.

* Professora Titular do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação da UFPB; Mestra em Psicologia Educacional (Unicamp, 1989); PhD em Currículo, Ensino e Pesquisa Educacional (Michigan State University, USA, 1997). E-mail: mepcarv@gmail.com

O QUE É GÊNERO?

Segundo o importante sociólogo da educação Pierre Bourdieu, que não era feminista, gênero é um princípio de visão e divisão social, uma estrutura de dominação simbólica e um *habitus* (uma estrutura psicossomática) (BOURDIEU, 1999). O mundo é organizado por gênero, portanto gênero não é apenas uma identidade de homens e mulheres, mas um atributo de objetos, práticas, refere-se a valores e a relações de poder.

Gênero tornou-se o principal conceito do campo de estudos feministas a partir da década de 1970 (da década de 1990, no Brasil), ao fornecer uma lente crítica das relações sociais de sexo, das hierarquias, dicotomias e binarismos de gênero. Tem sido distorcido e chamado de ideologia, quando ideologias são, propriamente, o sexismo/machismo, o heterossexismo, o androcentrismo e a misoginia, que ainda persistem nas relações sociais.

É um conceito que interessa a todos os campos de conhecimento, de aplicação transversal, pois as oposições de gênero têm significado antropológico e cosmológico, com explica Bourdieu (1999): essas oposições se inscrevem nas estruturas objetivas e subjetivas/cognitivas, estão no mundo social e são incorporadas pelos agentes, “funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (p. 17), legitimando, assim, por efeito ideológico, a conversão da arbitrariedade social em necessidade da natureza, desde a divisão social/sexual do trabalho.

Se somos gendrados, nossas práticas – científicas, pedagógicas – são gendrantes, e tendemos a reproduzir as desigualdades e violências de gênero, então a perspectiva de gênero interessa a todos.

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, em 1995, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas definiu a transversalidade de gênero como uma estratégia visando a considerar as experiências, necessidades e interesses de homens e mulheres como uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, sociais e econômicas, para que ambos se beneficiem por igual e, assim, se supere a desigualdade de gênero (ONU, 2002).

“Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres” tornou-se o 3º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), entre os oito objetivos propostos pela Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, a serem alcançados até 2015, o que não ocorreu. Assim, em continuidade aos ODM, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS Agenda 2030, proclamados pela ONU em 2015, buscam concretizar os direitos humanos, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, integrando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento (<https://nacoesunidas.org/pos2015/>).

As metas para o alcance da igualdade de gênero são especificadas no ODS 5 – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, que inclui: “5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todas as partes”; e “5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (<http://www.br.undp>).

org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-5.html).

Articulada à Agenda 2030, a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, lançou a iniciativa global “Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, à qual o Brasil aderiu e que foi tema global do Dia Internacional da Mulher de 2016 (<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/>). Construir um Planeta 50-50 requer institucionalizar a paridade de sexo e gênero em todas as políticas e práticas, o que depende do esforço articulado de mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação.

Nesse contexto, as políticas supranacionais têm enfatizado a promoção do acesso das mulheres às tecnologias da informação e comunicação (TIC), o estímulo para as meninas estudarem Ciências Naturais, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), a necessidade de promover a participação e o avanço das mulheres nos setores tecnológicos, e a mudança dos estereótipos de gênero para que homens e mulheres compartilhem o trabalho doméstico e de cuidado, liberando-as da dupla jornada (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/03/08/dia-internacional-da-mulher-2017.html>).

No Brasil, os avanços obtidos nas políticas de igualdade de gênero, sobretudo a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no primeiro Governo Lula, foram paralisados ou desmantelados em anos recentes de guinada neoconservadora¹.

Nossos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres – I PNPM de 2004, II PNPM de 2008 e III PNPM de 2013 – continham capítulos sobre educação, com destaque para a inclusão de gênero nos currículos, a superação de práticas educativas discriminatórias, a capacitação de servidores/as públicos/as e a formação inicial e continuada dos agentes educativos em gênero e direitos humanos, o estímulo à participação das mulheres nas ciências e à produção de conhecimento na área de gênero (BRASIL, 2008, 2004).

Desde o I PNPM, reconhece-se que as mulheres brasileiras “estão em igualdade de condições em relação aos homens ou apresentam níveis de escolaridade superiores” (BRASIL, 2004, p. 51), no caso das mais jovens e brancas, mas também que há um gendramento das carreiras na educação superior e profissional (carreiras predominantemente masculinas ou femininas) (p. 55).

O II PNPM destacou, entre suas ações, “estimular a maior participação feminina em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por mulheres”; e “realizar campanhas para ampliar o número de mulheres nos cursos do ensino tecnológico e profissional” (BRASIL, 2008, p. 65), corrigindo as desigualdades que afetam grupos específicos de mulheres: negras, indígenas, quilombolas, do campo e da floresta, com deficiência.

Já o PNPM 2013-2015, admitindo que “a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero” e que permanece “o sexismo nas escolhas das carreiras acadêmicas” (BRASIL, 2013, p.22), retoma objetivos dos planos anteriores, entre os quais “promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas” (p. 23), por

1. A SPM foi criada em 2003, com *status* de ministério. Em outubro de 2015 foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), extinto em maio de 2016, passando ao Ministério da Justiça e Cidadania. Hoje se reduz à medíocre Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

meio de ações como políticas de ação afirmativa e campanhas para ampliar o número de mulheres em cursos tradicionalmente não ocupados por elas (p. 26).

Embora nosso Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 seja omissivo no tocante a essas questões (BRASIL, 2014), graças a uma momentânea vitória de grupos neoconservadores e fundamentalistas religiosos, contrários ao que chamam equivocadamente de “ideologia de gênero”, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) incluiu gênero na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – EMCTI 2016-2022².

A ENCTI 2016-2022 sinaliza a necessidade de uma política de gênero nas instituições científicas, de atenção aos direitos das mulheres, mencionando inclusive a adoção da paridade “a fim de reduzir as desigualdades e combater a discriminação” (BRASIL, 2016b, p. 54-55). A questão de gênero é destacada na seção sobre as “Principais tendências mundiais das políticas de CT&I”, sob o título “Combate às desigualdades de gênero”, com ênfase nos seus amplos benefícios sociais:

Garantir e incentivar a participação plena e efetiva das mulheres nas Ciências e assegurar a igualdade de oportunidades na área de CT&I apresentam-se com uma forte tendência mundial com benefícios diretos para a sociedade como um todo. França, Inglaterra e Estados Unidos estão entre os países que implantaram programas de combate à desigualdade de gênero com foco na redução das disparidades no desenvolvimento da carreira de CT&I e no fomento de pesquisas que incluam a transversalidade da abordagem de gênero. Pesquisas sobre relações de gênero, divisão sexual do trabalho e relações de poder têm sido incentivadas. Um dos resultados históricos dessa transversalidade se reflete na inclusão das mulheres nos testes dos medicamentos em fase de pesquisa. (BRASIL, 2016b, p. 57).

Portanto, a inovação social, científica e tecnológica não pode dispensar a lente de gênero porque transversalizar gênero é inovação social e pedagógica.

Transversalizar gênero significa incluir essa perspectiva na formação/ensino, produção do conhecimento/pesquisa, extensão, gestão e na política educacional em âmbitos macro e micro.

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Estamos bem atrasadas na inclusão da perspectiva de gênero na educação superior no Brasil, de modo geral. Na Conferência Mundial da Educação Superior da UNESCO, de 2009, reconhecia-se que o alcance da equidade de gênero faz parte da responsabilidade social da educação superior:

As instituições de educação superior, através de suas funções nucleares (pesquisa, ensino e extensão) realizadas no contexto da autonomia institucional e da Liberdade acadêmica, deveriam aumentar seu foco interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa.

2. Este documento substituiu o anterior do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do governo Dilma Rousseff: a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2016-2019, que também incluía gênero (BRASIL, 2016a).

Isso deveria contribuir para o desenvolvimento sustentável, a paz, o bem estar e a realização dos direitos humanos, incluindo a equidade de gênero. (UNESCO, 2010, p. 48, tradução minha)³

No relatório dessa conferência, entre as ações propostas para melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa, encontra-se “assegurar que as políticas e práticas facilitem a equidade de gênero” (UNESCO, 2010, p. 73).

A inclusão de gênero na educação supõe uma perspectiva epistemológica e uma ação pedagógica, explicitada nas considerações a seguir:

- A inclusão de gênero – o chamado *gender mainstreaming* – está no cerne da luta dos movimentos feministas contra a injustiça de gênero na história recente, contra o androcentrismo e a dominação masculina, as violências e a exploração que afetam as mulheres em razão do gênero, entendido com estrutura de dominação simbólica (BOURDIEU, 1999).

- Tem uma dimensão quantitativa (mais mulheres nos espaços de poder, políticas de paridade) e uma dimensão qualitativa (mais saberes e valores femininos, transversalidade de gênero e tratamento igual).

- Diz respeito à qualidade da educação, uma vez que igualdade e qualidade se conjugam com relevância curricular, isto é, conteúdos próximos da realidade do alunado que propiciem aprendizagens significativas (VELASCO MARTÍNEZ, 2016).

- Pode assumir distintos enfoques, de acordo com Velasco Martínez (2016):

- institucional, com garantia de apoio à necessária capacitação docente;

- curricular, envolvendo a transformação da prática docente em conteúdos e metodologia; e

- comportamental, enfatizando a conscientização feminista do alunado, que é o resultado final pretendido.

Transversalidade de gênero no ensino

A transversalidade é a modalidade mais ampla e profunda de implementar a perspectiva de gênero no currículo (VELASCO MARTÍNEZ, 2016), já que transversalizar é incluir um tópico de maneira a atravessar todas as atividades e assuntos.

3. Higher education institutions, through their core functions (research, teaching and service to the community) carried out in the context of institutional autonomy and academic freedom, should increase their interdisciplinary focus and promote critical thinking and active citizenship. This would contribute to sustainable development, peace, wellbeing and the realization of human rights, including gender equity. (UNESCO, 2010, p. 48)

De acordo com Montané (2015), a transversalidade é um paradigma contrário à fragmentação e disciplinarização do conhecimento, operacionalizado por meio de temas transversais. Baseia-se na noção antropológica de diferentes tipos de saber, formas de pensar e linguagens, rompendo com a hierarquia dos saberes. Por isso, é um dos mais potentes instrumentos de desconstrução da racionalidade acadêmica e da vida cotidiana.

Um tema transversal pode tanto ter sua compreensão enriquecida pela contribuição das várias disciplinas quanto dar significado concreto aos conteúdos disciplinares. Assim, dá-se vida ao currículo, garante-se a aprendizagem significativa e prepara-se o alunado para se engajar na prevenção, minimização e superação de problemas sociais, uma dimensão importante da formação cidadã.

Os temas transversais surgem das necessidades e demandas sociais e dos desafios de formação integral dos indivíduos para uma cidadania plena. Incluem questões de interesse universal como meio ambiente, direitos humanos, paz, interculturalidade, relações de gênero, que emergem do descontentamento com o atual modelo social e econômico e do desejo de construir um futuro mais justo e feliz. Tais questões já estão nas Diretrizes Curriculares dos Cursos e nos seus Projetos Pedagógicos (PPC), e só precisam ser explicitadas nos Planos das Disciplinas.

No caso de gênero como tema transversal, trata-se de sempre visibilizar homens e mulheres (e valores masculinos e femininos) nos processos de construção do conhecimento, incluindo **autoras** e textos pertinentes sobre gênero nos planos de curso.

Não apenas no ensino, mas também na extensão, cabe averiguar os interesses e meios de acesso ao conhecimento de homens e mulheres, e perguntar como eles e elas são afetados pelas concepções e práticas gendradas implicadas nos objetos de conhecimento.

TRANVERSALIDADE DE GÊNERO NA PESQUISA

As mulheres foram excluídas da educação e, conseqüentemente, da ciência até recentemente. E ainda são minoria no campo das chamadas ciências duras, de maior prestígio, o que já é uma implicação de gênero. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), elas são minoria, entre docentes e discentes, nos cursos de Física, Engenharia Mecânica, Computação e Matemática. Os departamentos de Física e de Engenharia Mecânica, em anos recentes, não tinham nenhuma mulher em seu corpo docente (CARVALHO, 2017)⁴.

Na UFPB, a distribuição por sexo de 169 bolsistas de produtividade do CNPq em 18/03/2019 de 52 mulheres (30,76%), dentre os 117 bolsistas, das quais só uma alcança o nível 1A, o mais alto, em comparação com sete homens nesse nível. Tem-se, assim, uma razão de 1 para 52, no caso das mulheres, em minoria; e de 1 para 17, aproximadamente, no caso dos homens (<http://www.propesq.ufpb.br/propesq/contents/menu/institucional/cgpp/bolsistas>).

A crítica feminista ao conhecimento científico, a partir dos anos 1960, questionou sua suposta neutralidade, objetividade e independência de valores. Se os pesquisadores têm sexo e gênero (masculino), eles escolhem uns problemas de pesquisa e não outros, e umas maneiras de

4. Elas são a grande maioria nos cursos de Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Pedagogia e nas licenciaturas, exceto em Física e Matemática (CARVALHO, 2017).

estudá-los, e não outras.

Londa Schienbinger (2001, p. 40) afirma que “O ingresso de mais mulheres na ciência, a reforma das culturas da ciência e a abertura de novas questões para pesquisa dependem de instrumentos adequados de análise de gênero. Todos três são problemas institucionais e intelectuais”.

Segundo ela, a primeira abordagem para incluir as mulheres na ciência é incentivar o ingresso em direção à paridade. A segunda é apoiar sua permanência e sucesso, o que requer reforma institucional (da cultura organizacional), porque a academia foi construída por homens para homens. A terceira incide sobre a própria criação do conhecimento, o que requer transversalizar gênero na metodologia científica (<https://www.youtube.com/watch?v=-sTzMBkv3OQ>).

Lembrando que, se a pesquisa alimenta o currículo e o ensino, a inclusão da perspectiva de gênero implica, por conseguinte, tanto eliminar os vieses androcêntricos, que invisibilizam as especificidades das experiências das mulheres, quanto reivindicar uma nova maneira de fazer ciência, atenta aos impactos dos resultados científicos nas vidas de indivíduos e grupos, especialmente das mulheres (DONOSO-VÁZQUEZ e CARVALHO, 2016).

Em particular na área de Ciências Naturais, Tecnologias, Engenharias e Matemática (CTEM), Hill, Corbett e St. Rose (2010) fazem as seguintes recomendações úteis no planejamento curricular e didático e na gestão universitária em geral: 1) oferecer apoio concreto às alunas interessadas em CTEM, por meio de eventos acadêmicos e sociais específicos, promoção de grupos e redes, e crítica a perfis ideais (e excludentes) de estudante de CTEM; e 2) atrair e reter professoras mulheres (modelos femininos) para o ensino das disciplinas ligadas à área de CTEM.

TRANSVERSALIZANDO GÊNERO NA UFPB: A CAMPANHA ELESPORELAS

A violência de gênero é um dos problemas mais terríveis e dramáticos da experiência social e pessoal, que se espalha da guerra, com seus estupros em massa, ao feminicídio. É um fenômeno cultural, e integra as construções de masculinidade e feminilidade que configuram as relações de gênero como relações de poder, estreitamente ligadas às estruturas da sexualidade e da reprodução biológica (MITCHELL, 1973), sendo a sexualidade masculina representada como naturalmente ativa, agressiva e sádica, e a feminina como naturalmente passiva, masoquista e narcisista, reduzida à maternidade (CRANNY-FRANCIS et al., 2003).

A violência de gênero se manifesta como controle das mulheres e rivalidade entre os homens (desafios da honra) (MACHADO, 2004). Com base em Heleieth Saffioti (2002), pode-se afirmar que toda violência é violência de gênero, inclusive a violência homofóbica, assim como aquela desempenhada por mulheres, por delegação da função patriarcal, porque “o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher” (SAFFIOTI, 2003, p. 55-56).

Consequentemente, é preciso problematizar a hegemonia masculina – o conjunto de práticas e mentalidades materializadas na família, no governo, no militarismo e no capitalismo corporativista (CONNELL, 2005) – e seus efeitos perversos também entre os homens, sobretudo o culto à violência.

Segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Feminicídio na Paraíba, presidida pelas deputadas Cida Ramos (professora do Departamento de Serviço Social da UFPB) e Camila Araújo Toscano de Moraes, no Brasil, ocorrem, em média, 13 assassinatos de mulheres

por dia e 500 agressões por hora, geralmente cometidos por parceiro íntimo, no contexto da violência doméstica e familiar. Na Paraíba, no primeiro semestre de 2019, foram assassinadas 32 mulheres, abertos mais de 1.900 inquéritos e concedidas 1.133 medidas protetivas. Esse triste cenário se agravou com o isolamento social da pandemia de covid-19, a liberação das armas de fogo e o ataque misógino às políticas de gênero por parte de governantes, junto com a “diminuição de mecanismos de prevenção e repressão dos crimes contra a mulher” (PARAÍBA, 2020, p. 7-8).

Além de reunir dados sobre o problema e sobre os serviços de enfrentamento e proteção, a CPI do Femicídio na Paraíba investe em campanhas de esclarecimento e atividades educativas, pois, como reconhece Cida Ramos, “a raiz do feminicídio é a estrutura social patriarcal e a desigualdade de gênero. Precisamos mudar a cultura e construir relações sociais e políticas com base na equidade de gênero e na emancipação humana”. Mudar a cultura é tarefa da educação, e a educação superior é o nível que forma as/os profissionais, entre as/os quais as/os professoras/es da educação básica, portanto temos um papel crucial na reprodução social e cultural, na construção de um mundo que não perpetue as desigualdades e violências de gênero.

A prevenção da violência é uma questão educacional, desde a infância. Os homens devem ser educados para construir masculinidades não violentas, na família, na escola e na universidade. Devem ser incluídos como sujeitos do feminismo, mobilizados para desafiar a violência de gênero e catalisar a mudança social, para pôr fim à violência de gênero em suas próprias vidas, famílias, nas comunidades em que vivem e no mundo (Bell Hooks, 2000).

Nessa perspectiva, entendendo que a violência de gênero não será erradicada se os homens não se implicarem na mudança, a ONU Mulheres lançou, em 2014, o “Movimento ElesPorElas (He-ForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero” (<http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>). Trata-se de “um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade” (p. 2). Portanto, o trabalho no âmbito da educação, orientado por esta campanha, direciona-se aos indivíduos do sexo masculino e às instituições.

A Campanha ElesPorElas oferece uma oportunidade de transversalizar gênero na educação superior amplamente. Os temas da prevenção da violência de gênero, empoderamento de meninas e construção de masculinidades não violentas podem atravessar os conteúdos e atividades de ensino e extensão e constituir projetos específicos, inclusive de pesquisa.

Para acelerar o avanço da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, a campanha adotou a iniciativa Impacto 10x10x10, um esforço piloto de um ano, que buscou envolver governos, corporações e universidades como instrumentos de mudança com soluções proativas a serem disseminadas em maior escala.

Entre as 10 universidades mundiais participantes está a Universidade de São Paulo (USP), que conta com o Escritório USP Mulheres, criado em 2016, coordenado inicialmente pela professora Eva Alterman Blay e atualmente pela professora Maria Arminda do Nascimento Arruda. O USP Mulheres tem como foco principal o enfrentamento à violência contra a mulher por meio do estímulo a pesquisas interdisciplinares e da proposição e implantação de iniciativas ou projetos voltados para a igualdade de gêneros e o empoderamento de mulheres, envolvendo grupos docentes e discentes. Além de se reunir com as nove universidades do Impacto 10x10x10, a USP se propõe a compartilhar boas práticas e mobilizar outras universidades na adesão à cam-

panha. Ver: <http://sites.usp.br/uspmulheres/>

A UFPB formalizou a sua adesão à Campanha ElesPorElas da ONU Mulheres em 29 de novembro de 2017, por meio da então reitora, professora Margareth Diniz, e vice-reitora, professora Bernardina Freire de Oliveira, em ato que contou com a presença da representante da ONU Mulheres no Brasil, Dra. Nadine Gasman (ver: <https://www.facebook.com/elsesporelas.ufpb.7/about>). Na ocasião, foi apresentado um Plano de Ação para o Engajamento da UFPB no ElesPorElas, que propõe ações na gestão, pesquisa, extensão e ensino, apresentadas no quadro a seguir.

Plano de Ação para o Engajamento da UFPB na Campanha ElesPorElas

Na gestão:

- criar um observatório da violência contra mulher abrangendo todos os *campi*;
- criar espaço de denúncia de violência contra a mulher e de acolhimento às vítimas;
- instituir um plano estratégico para alcançar a paridade de sexo entre docentes e discentes em departamentos, cursos e cargos de governança e liderança;
- disponibilizar no *site* institucional diagnóstico da (des)igualdade de gênero na universidade.

Na pesquisa e extensão:

- transversalizar gênero e não violência em projetos e eventos científicos, técnicos e artísticos;
- incentivar a transversalização de gênero na pesquisa, visibilizando as especificidades das mulheres;
- irradiar a campanha a escolas de educação básica parceiras em projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- programar atividades em rede com organismos da sociedade civil e governamentais para promover a difusão de uma cultura de masculinidades não violentas.

No ensino:

- transversalizar gênero nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação;
- ter pelo menos uma disciplina em cada curso que trate da violência contra mulher e igualdade de gênero;
- visibilizar a campanha junto aos estudantes.

PROSPECTIVA

Num breve balanço, a UFPB tem um núcleo de estudos de gênero, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), fundado em 2002⁵; a Revista *Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, criada em 2004; o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, “uma organização política feminista, auto-organizada, autônoma e deliberativa”, com páginas no Facebook e Instagram; e se engajou formalmente na Campanha *ElesPorElas*, da ONU Mulheres, em 2017.

Foi no primeiro reitorado de mulheres, em 2018, que essa universidade criou o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu) – um dos pontos do Plano de Ação para o Engajamento da UFPB na Campanha *ElesPorElas*, conforme o quadro mostrado anteriormente – com atuação em três frentes: 1) acolher mulheres em situação de violência que estudam, trabalham e convivem na universidade; 2) prevenir as violências contra as mulheres na UFPB; e 3) enfrentar as violências às quais as mulheres estão sujeitas dentro e fora do ambiente universitário (<https://www.ufpb.br/comu>).

Falta avançar na consecução das demais ações, como a instituição de plano estratégico para alcançar a paridade de sexo entre docentes e discentes em departamentos, cursos e cargos de governança e liderança, em direção a uma universidade e a um Planeta 50-50. Cabe ressaltar que sequer sabemos quão distantes estamos de uma UFPB 50-50, porque não temos dados institucionais desagregados por sexo.⁶

No ensino, ações como “transversalizar gênero nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação” e incluir “pelo menos uma disciplina em cada curso que trate da violência contra a mulher e da igualdade de gênero” são viáveis, desde que incentivadas pelas pró-reitorias de Graduação e Pós-graduação. Nos cursos das ciências duras, é interessante a oferta de uma disciplina sobre Gênero e Ciência.

O fomento a projetos de pesquisa e extensão sobre temas de violência de gênero também é desejável e viável, tanto em parceria com instituições como a Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual (Reamcav), coordenada pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e pelo Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), a Prefeitura Municipal de João Pessoa, quanto com as escolas de educação básica.

Apesar dos ataques ideológicos neofacistas e anticientíficos, dos cortes orçamentários e da precarização e intensificação do trabalho docente que as universidades públicas vêm sofrendo, transversalizar gênero e não violência em projetos de formação profissional, pesquisa e extensão é parte de sua missão. E corresponde aos valores da UFPB, em consonância com seu plano de desenvolvimento institucional: “respeito à diversidade, integridade e dignidade da pessoa humana”, “estímulo à inovação”, compromisso com o bem público, a democracia, a cidadania, a inclusão social e a sustentabilidade, com destaque para seu aspecto de bem-estar social (<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/apresentacao-pdi-2019-2023.pdf>)

5. Importante registrar que o NIPAM realizou a segunda oferta do curso de especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola para educadoras e educadores da educação básica em 2020, coordenado pela Profa. Jeane Félix e pelo Prof. Joseval Miranda, uma notável ação de resistência em plena pandemia e em meio aos ataques reacionários aos estudos de gênero.

6. Apesar dos esforços do último reitorado, faltam dados sobre a distribuição de homens e mulheres nas atividades acadêmicas da UFPB. Como exemplo, a publicação “UFPB em números 2012-2019”, organizada pela Prof^a Elizete Ventura do Monte, então Pró-reitora de Planejamento, não apresenta dados desagregados por sexo (<https://www.ufpb.br/acesoainformacao/contents/menu/acesso-a-informacao/ufpb-em-numeros>).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 – 2019**. Brasília: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI). 2016a. Disponível: <<http://www.mcti.gov.br/documents/10179/1712401/Estrat%C3%A9gia+Nacional+de+Ci%C3%A2ncia%20e+Tecnologia+e+Inova%C3%A7%C3%A3o+2016-2019/0cfb61e1-1b84-4323-b136-8c3a5f2a4bb7>>. Acesso: 13 jan. 2017.

_____. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 – 2022**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). 2016b. Disponível: < <https://portal.inpa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>>. Acesso: 13 jan. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004, 104 p. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008, 236 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013, 114 p. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações de gênero em cursos masculinos: engenharias mecânica e civil, física, matemática e ciência da computação**. Relatório de Pesquisa, Projeto 471892/2014-9, Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES nº 22/2014 - Ciências Humanas e Sociais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

_____. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, n.1, João Pessoa-PB. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2364/2068>. Acesso: 27 fev 2021.

CRANNY-FRANCIS, Anne, WARING, Wendy, STAVROPOULOS, Pam, KIRKBY, Joan. **Gender studies**. Terms and debates. New York: Palgrave Macmillan, 2003

CONNELL, Robert W. (2005). **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California.

DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. La perspectiva de género en la investigación educativa. **Cadernos de Pesquisa UFMA**, v. 23, n. 3, set./dez. 2016, p. 78-87.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v23n3p78-87>. Acesso: 1 mar. 2017.

MACHADO, Lia Zanotta (2004). Masculinidades e Violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: Mônica Raisa Schpun (Org.). **Masculinidades**. 1 ed. São Paulo/Santa Cruz do Sul: Boitempo/Edunise, p. 35-78.

MITCHELL, Juliet. **Woman's Estate**. New York: Vintage Books, 1973.

MONTANÉ LÓPEZ, Alejandra. Transversalidad de género: educación, formación y empleabilidad. **Espaço do Currículo**, v.8, n.2, p. 176-194, Maio a Agosto de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Doi: 10.15687/rec.2015.v8n2.176194. Acesso: 1 mar. 2017.

ONU. **Gender mainstreaming**. An overview. New York: Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women. Department of Economic and Social Affairs, 2002. Disponível: <<http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/e65237.pdf>>. Acesso: 1 mar. 2017.

PARÁÍBA. Assembleia Legislativa. Comissão Parlamentar de Inquérito do Femicídio. **CPI do Femicídio Prestando Contas**: Comissão Parlamentar de Inquérito do Femicídio na Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2020.

SAFFIOTI, Heleith I. B. (2003). Conceituando o gênero. In: **Gênero e educação**. Caderno de apoio para a educadora e o educador. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Especial da Mulher. Prefeitura de São Paulo.

_____. (2002). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Labrys**, Estudos Feministas, no 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível: http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleith1.html.

UNESCO. **World Conference on Higher Education 2009. Final Report**. Paris: UNESCO Headquarters, 2010. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001892/189242e.pdf>.

VELASCO MARTÍNEZ, Anna. **“No soy feminista, pero...”: Mitos y creencias de la juventud universitaria sobre el feminismo**. Tesis Doctoral. Universitat de Barcelona, Facultad de Educación, Programa de Doctorado “Educación y Sociedad”, 2016.

AS MULHERES NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB

Anita Leocádia Pereira dos Santos *

RESUMO

Este artigo é um recorte da Tese de Doutorado em Educação, defendida por mim, em maio de 2013, no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB e aborda a entrada das mulheres na Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), um universo criado para a educação superior de rapazes, posteriormente denominada Centro de Ciências Agrárias, *Campus II* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizado no município de Areia-PB. A coleta de dados qualitativos e quantitativos realizou-se entre 2011 e 2013, por meio de entrevistas realizadas com alunas pioneiras e de levantamento documental sobre conclusões de cursos, referentes ao período entre 1936 e 2012. Inicialmente, muito poucas alunas chegaram à EAN, observando-se crescimento quantitativo da inclusão feminina ao longo dos anos, apesar de dificuldades específicas relatadas. No entanto, prevalece a maioria masculina, no período analisado, em todos os segmentos: discente, docente e técnico-administrativo.

Palavras-chave: Androcentrismo; Educação Superior; Segmentação de Gênero.

ABSTRACT

This article is an excerpt from a Doctoral Dissertation in Education and addresses the entry of women in the School of Agronomy of the Northeast (EAN), a universe created for the higher education of men, later named Center of Agricultural Sciences, *Campus II* of Federal University of Paraíba (UFPB), in the municipality of Areia, in the state of Paraíba. Qualitative and quantitative data collection was carried out between 2011 and 2013, through interviews with pioneer female students and documentary survey about graduation ending, covering the period between 1936 and 2012. Initially, very few female students reached the EAN, but quantitative growth of female participation was observed over the years, despite specific difficulties that were reported. However, there was prevalence of males in all segments: student, teaching and technical staff, in the analyzed period.

Keywords: Androcentrism; Higher Education; Gender Segmentation.

* Professora Associada do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais da UFPB (*Campus II*). Doutora e Mestra em Educação (UFPB, 2013/2007). E-mail: anita.pereira@academico.ufpb.br

INTRODUÇÃO

As diferenciações de papéis sociais para homens e mulheres não se justificam pela natureza, mas são produtos da cultura e da educação, na história. São construções sociais e arbitrárias do biológico e impõem-se como neutras, pela veiculação da ordem androcêntrica, dispensando justificção. Por sua vez, essa ordem é constituída a partir do preconceito desfavorável contra o feminino, nas diversas sociedades (BOURDIEU, 2005). Tais construções fazem parte da ordem patriarcal e se referem, inclusive, às orientações, permissões e proibições sobre as formas de ser homem e de ser mulher como processos da cultura e da educação, desde os remotos tempos da antiguidade até os dias atuais, embora sempre tenha havido transgressões aos preceitos educacionais e institucionais dominantes na história.

Em suas origens, a educação apresenta marcas de hierarquização social. Assim, “a educação no mundo antigo, pré-grego e greco-romano é também uma educação por classes: diferenciada por papéis e funções sociais, por grupos sociais e pela tradição que nutre” (CAMBI, 1999, p. 51). Na antiguidade, a educação familiar caracterizava-se pelo modelo autoritário patriarcal, no qual o pai era quase um deus e onde “reina a mulher – como esposa e mãe – socialmente invisível e subalterna, dedicada aos trabalhos domésticos e à criação dos filhos”, submissa ao marido e devendo-lhe fidelidade e amor absolutos. Ou seja, o *pátrio* poder domina mulheres e crianças, efetivando-se por meio do controle do espaço familiar – *òikos* – e da cidade/Estado – *pólis*. Mesmo entre as figuras míticas, evidencia-se um processo educativo em que se sobressai a ideia de que a mulher virtuosa é aquela que é esposa e mãe, que protege o casamento e os partos, como a rainha dos deuses – Hera, enquanto as que se opõem à submissão feminina são modelos negativos, como as Amazonas (CAMBI, 1999, p. 80-82).

Assim, ao longo da história, mundos público e privado foram delimitados opostamente, sendo o segundo dominado pelo primeiro. Personalizada pelo poder masculino do mundo, tal dominação recaiu, principalmente, sobre mulheres e crianças, instaurando-se a ordem patriarcal e a consequente divisão social do trabalho entre sujeitos que supostamente seriam de “naturezas diferenciadas”. Todavia, as formas de enfrentamentos das mulheres contra as desigualdades sempre estiveram presentes na história, com diferentes iniciativas – a marca comum é a luta por direitos, pela participação das mulheres na vida pública, como cidadãs. Na modernidade, estas manifestações históricas das mulheres foram denominadas de Movimento Feminista:

No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas (SCOTT, 1992, p.68).

É certo que, a partir de muitas e intensas lutas, a conquista e o acesso à escolaridade contribuíram fortemente para que as mulheres saíssem do confinamento doméstico e seguissem ao mercado de trabalho, fator de empoderamento social tanto no mundo público como nas relações familiares. Para Bourdieu, o acesso das mulheres jovens ao ensino secundário e superior é uma das mais importantes mudanças na condição das mulheres, fator decisivo que causou transformações

nas sociedades, por estar relacionado com as estruturas produtivas e por afetar as estruturas reprodutivas (BOURDIEU, 2005a).

Em relação à conquista da escolarização superior feminina, de acordo com Londa Schienbinger, “as universidades não foram boas instituições para as mulheres. Desde sua fundação no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo” (SCHIENBINGER, 2001, p.61).

No Brasil, as mulheres chegaram tardiamente aos cursos superiores, em relação a outros países (ALMEIDA, 2000). Atualmente, registram-se avanços e se confirma, pelas estatísticas, o fato de que as mulheres são maioria na Educação Superior, inclusive na pós-graduação. Entretanto, também se confirma a segmentação de gênero nas carreiras acadêmicas, com predominância masculina nas áreas de Ciências e Natureza e com as mulheres sendo maioria nos cursos chamados “femininos”, socialmente e financeiramente desvalorizados (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002; CARVALHO; RABAY, 2012). Desses cursos – cujas práticas se assemelham às tarefas domésticas, como cuidar, ensinar, exercer funções isentas de autoridade, conforme atribuições históricas e patriarcais –, elas se encaminham ao mercado de trabalho, em direção ao baixo reconhecimento social e parcas remunerações.

O CONTEXTO PESQUISADO E SUAS PIONEIRAS

O Centro de Ciências Agrárias é a mais antiga instituição de Ensino Superior do Estado da Paraíba. Fundada em 1936, a antiga Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), localizada no município de Areia-PB, passou a ser denominada Centro de Ciências Agrárias em 1978, tornando-se o primeiro curso e *campus* da UFPB, atual *Campus II*.

Inicialmente, Engenharia Agrônômica, ou Agronomia, era um curso exclusivo para homens. Todavia, a existência da EAN estaria diretamente envolvida com as mulheres, pois, no município de Areia-PB, conta-se que, para além da formação de engenheiros agrônomos, essa Escola fora proclamada como a solução para “arranjar maridos” para as moças da cidade de Areia, filhas da classe média e da elite da região do Brejo Paraibano.

Com a EAN, os rapazes foram atraídos para Areia, muitos se casaram e ali constituíram família. Pessoas comentam, inclusive, sobre um caderno de anotações no qual se registravam os casamentos realizados no município, com os noivos oriundos da Escola. Conta-se que quando se completou o número 150, deixaram de ser anotados os casamentos, alguns anos após a fundação da EAN.

Apesar da intenção de atender apenas aos homens como estudantes, a EAN foi sendo ocupada pelas mulheres. A primeira estudante chegou em 1946. Niedja do Nascimento Melo, primeira aluna diplomada pela EAN em 1949, seguiu a carreira acadêmica e dedicou-se à docência, sendo a primeira professora da EAN, atuando de 1954 a 1986. Nascida em 19 de novembro de 1926, em João Pessoa-PB, Dra. Niedja faleceu em 1º de fevereiro de 2019, aos 92 anos de idade, no município de Areia-PB, onde residia com toda a família.

Em 1953, Maria das Dores Monteiro Baracho foi a primeira areiense a estudar na EAN, no Curso Agrotécnico, que finalizou em 1955. Entrou no Curso Superior em Agronomia em 1956 e formou-se em 1959. Em 1960, torna-se a primeira professora natural de Areia na EAN, primeira

mulher a fazer parte do Conselho de Centro e também do Conselho Universitário – CONSUNI/UFPB, cuja representação pelo CCA foi homologada em 18 de outubro de 1984, na Reunião do Conselho de Centro. “Dra. Dôra”, como era chamada, foi a primeira vice-diretora da história do CCA, de 1980 a 1985, única até o momento atual. Aposentou-se em 1993 e faleceu em 05 de maio de 2014, no município de Areia-PB.

A servidora mais antiga da EAN, Rita da Luz, atuou como professora do antigo Centro de Economia Rural Doméstica, extinto Serviço de Extensão Rural do CCA¹, que oferecia cursos técnicos destinados às mulheres, como Corte e Costura, Trabalhos Manuais, entre outros. “Dona da Luz”, que faleceu em 2013, aos 103 anos, era muito querida e respeitada pelos serviços prestados à comunidade areiense.

A existência do Centro de Economia Rural Doméstica e dos seus cursos aparece como indicador de que, embora as mulheres não tenham sido estimuladas a estudar como graduandas na EAN para se tornarem engenheiras agrônomas, elas eram o público-alvo das ações educacionais realizadas no âmbito da Extensão Rural da EAN, por meio do Centro de Economia Rural Doméstica, que as preparavam para serem esposas e mães prendadas, em consonância com a manutenção do modelo de família patriarcal, no qual a mulher deve permanecer ocupada no interior do lar.

Com relação às primeiras mulheres que chegaram como estudantes, Francisco Tancredo Torres², enquanto servidor aposentado do CCA, informou que não havia preconceito ou desrespeito – e que, pelo contrário, havia um respeito exacerbado, ao ponto de os professores proibirem certas expressões técnicas ou de partes das plantas que pudessem constranger as alunas ou caracterizar falta de respeito às mulheres, em sala de aula (SANTOS, 2013).

Homenageadas por ocasião do Dia da Mulher, em 2011, nos 75 anos do CCA, Dra. Niedja do Nascimento Silva e Dra. Maria das Dores Monteiro Baracho relataram que, ao escolherem estudar na EAN, suas mães, irmãos e parentes próximos foram contrários à ideia, mas foram apoiadas pelos pais e ambas concordaram que não sofreram preconceitos sobre suas presenças femininas pioneiras na EAN.

Em entrevistas individuais acerca dos acontecimentos da época em que eram alunas e professoras, como também sobre as dificuldades enfrentadas, por serem mulheres, Dra. Dôra afirmou nunca ter sido desrespeitada em sua presença ou ouvido algum palavrão, e destacou que, sendo uma “moça de família”, cujo pai era “respeitado na região” e, depois, “mulher casada”, sempre fora bem tratada por todos na Escola e no Centro. Dra. Niedja, por sua vez, informou ter sofrido preconceito ao ter sido identificada, durante muitos anos, como “a negra da escola”, por pessoas que faziam parte da EAN e por moradores de Areia. Ela destacou que “não se deixou abater” por este preconceito e se manteve “sempre de cabeça erguida” na função de professora e como mulher.

É possível que a compreensão acerca dos preconceitos de gênero, à época, estivesse restri-

1. O Centro de Ciências Agrárias é pioneiro em Extensão Universitária na UFPB, que remonta à antiga EAN, com a criação e instalação dos Centros Sociais, mais tarde denominados Centros Artesanais Rurais Femininos. Em 21 Municípios paraibanos, a EAN concedeu 4.941 certificados às alunas dos Cursos de Economia Rural Doméstica dos Centros Artesanais Rurais Femininos. Não há registros documentais sobre a desativação dos Centros Artesanais Rurais Femininos.

2. Nascido em 18 de abril de 1928 e falecido em 01 de julho de 2014. Alguns destes dados, sobre as participações das mulheres no CCA, foram coletados pelo servidor Ivandro José Cândido dos Santos- Assessor de Comunicação do CCA, em 2013, sob a orientação da professora Anita Leocádia Pereira dos Santos, por ocasião da elaboração da sua monografia “Trajetória de Mulheres na Gestão e no Ensino Superior: um olhar sobre o Centro de Ciências Agrárias da UFPB”, do Curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Superior – CEGAVE, da UFPB.

ta aos ataques por insultos e palavrões, como também que a marca de classe social, de representação familiar tradicional, poderia tê-los coibido, como, também, que os preconceitos tenham sido velados, a exemplo da preservação dos termos técnicos que seriam “desrespeitosos” para com as alunas. De acordo com Bourdieu,

A própria proteção “cavalheiresca”, além de produzir o seu confinamento ou servir para justificá-lo, pode igualmente contribuir para manter as mulheres afastadas de todo o contato com todos os aspectos do mundo real “para os quais elas não foram feitas” porque não foram feitas para elas (BOURDIEU, 2005, p. 77).

Portanto, reveladas como “cavalheirismos patriarcais”, as discriminações de gênero, comumente naturalizadas no social, pela cultura androcêntrica, podem não ser percebidas como tais. Por outro lado, o ataque de racismo tornou-se mais evidente como preconceito.

A “ENTRADA EM MASSA” DAS ALUNAS NA EAN

A entrada de estudantes mulheres na EAN cresceu em função da criação do Curso de Zootecnia, em 1976. De acordo com relatos da professora Dra. Ludmila da Paz Gomes da Silva³, atual professora do CCA, uma das pioneiras como estudante deste Curso, a estada das alunas na antiga EAN não era confortável, e a convivência com os alunos era marcada por insultos e ofensas, por parte deles, e medos, por parte delas, principalmente do lado de fora das salas de aula, pois, no interior destas, os alunos eram cavalheiros e galanteadores.

Segundo ela, era repetitiva a chuva de palavrões atirada das janelas altas do alojamento masculino, anonimamente, contra as alunas que passavam pela frente daquele prédio, caminho então obrigatório para entrar e sair do *campus*. Na tentativa de se livrarem dos insultos dos colegas, as alunas usavam estratégias de “tirar os tamancos e andar nas pontas dos pés, para não fazer barulho” e evitar o despertar dos alojados à sua passagem – ou seguiam outros caminhos, por dentro da mata, em trilhas, correndo riscos de encontrar cobras e outros bichos: “Era constrangedor passar pelo alojamento masculino, tínhamos muito medo. Os meninos tinham receio de trazer as noivas nas formaturas, com medo de que fossem xingadas pelos colegas do alojamento” (L.P.G.S., 2013).

Diante desses problemas, nenhuma reação ou medida fora adotada, como revidar ou se queixar às autoridades da época, e as alunas sentiam muita vergonha de tocar no assunto, sentiam medo de reagir aos palavrões, pois não era possível identificar os agressores que estavam no alto, nas janelas. É possível conjecturar que elas poderiam se sentir ameaçadas pelos insultos referidos principalmente à sexualidade, ao mesmo tempo em que se percebiam como inadequadas num ambiente majoritariamente masculino, em que eram punidas por ousarem ocupar um espaço historicamente destinado aos homens.

3. As entrevistas junto à professora Ludmila da Paz Gomes da Silva foram realizadas, em dois momentos, sendo um em 2011 e outro em 2013, usando como critério a oportunidade de acesso às fontes. Como estudante, a professora Ludmila da Paz Gomes da Silva cursou Agronomia e Zootecnia, por obter aprovação em dois vestibulares. Entre 1983 e 1987, cursou mestrado na UFMG e em 1990, tornou-se docente do Curso de Zootecnia no CCA; doutorou-se em 1997, pela UNESP, Campus de Jaboticabal - SP.

Nesse contexto, as evidências de estereótipos masculinos – rapazes agressivos – e femininos – moças medrosas – apontam a revelação de *habitus* opostos de gênero, normas sociais incorporadas e compartilhadas socialmente como parte da cultura androcêntrica, expressa no preconceito desfavorável contra o feminino, ao mesmo tempo em que a ausência de queixas às autoridades competentes, por sua via, pode ser interpretada como a força da violência simbólica sofrida e, de certo modo, consentida pelas vítimas aos agressores (BOURDIEU, 2005).

Comumente ignoradas pela instituição de Educação Superior como vítimas de desrespeito, houve um caso em que duas alunas fizeram queixa ao diretor: enquanto aguardavam um transporte próximo ao alojamento, foram chamadas e, ao olharem, viram um órgão genital masculino exposto na janela. Revoltadas, denunciaram e, embora tenha sido aberto um processo para a apuração do fato, o caso foi encerrado sem solução, enquanto elas viraram motivo de chacotas que sugeriam o reconhecimento do órgão exibido, além de sofrerem ameaças, não identificadas, de que seriam “pegas na mata” do *campus*.

Observa-se, assim, que houve ameaças de violências física e sexual por parte dos alunos contra as alunas que reagiram à violência moral por elas sofrida, no contexto do *campus*, e que as dificuldades foram se acentuando contra as estudantes que chegaram em momento de ampliação do acesso ao Ensino Superior na EAN. O proclamado respeito anteriormente dedicado à “moça de família” não ocorreu ao grupo de forasteiras, que saíram de suas famílias para estudar e residir no *campus*.

Deste modo, estariam presentes as desigualdades de gênero e articuladas com as questões de classe social, denotando-se a reverência às supostas filhas da família patriarcal, inicialmente, e o desrespeito às mulheres anônimas, posteriormente. Não por acaso, dizia-se que ocorria uma “entrada em massa” para delinear a chegada das mulheres ao Curso de Zootecnia:

No período 1977.2, aumentou bastante a entrada de mulheres, tanto que as casinhas não deram conta e a UFPB teve que alugar uma casa na cidade de Areia, para as alunas. Acho que eram mais de 20 meninas e a maioria era de Zootecnia. Assim, o curso de Agronomia era mais masculino, enquanto Zootecnia era o “chamariz das mulheres” (L.P.G.S., 2013).

Em relação às residências estudantis, é patente a segregação de gênero: aos alunos eram reservados os grandes alojamentos coletivos, que recebiam até 400 estudantes (ainda em uso atualmente) enquanto às alunas eram reservadas oito “casinhas”, isoladas e distanciadas umas das outras, nas quais cabiam oito meninas por casa, no máximo. Dessa forma, havia mais vagas para os alunos residentes, que, em maior número, tinham mais possibilidades de entrosamento e liberdade garantida pelo anonimato no grande grupo. Essa situação favorecia, inclusive, ataques não identificados às estudantes.

Segundo a professora Ludmila, usava-se a denominação “a casa de Fulana”, e justificava-se que as casinhas eram localizadas distantes do alojamento dos homens para a “proteção das alunas”. Assim, com a destinação do espaço maior/aberto aos homens e do espaço diminuto, réplicas do lar, às mulheres, permanece, na Educação Superior, de forma tácita, a divisão entre mundos público e privado nas residências masculina e feminina, respectivamente, na EAN e no CCA. Dessa divisão patriarcal e androcêntrica saem desdobramentos de convivência e condutas diferenciadas, para homens e mulheres.

Neste sentido, além de morarem em “casinhas” como as da infância – ou como via de retorno simbólico às suas próprias casas – as alunas permaneciam isoladas, em condição de fácil identificação e localização pela pertença às moradias acadêmicas, perfeitamente observadas em seus movimentos. Em 2012⁴, foi inaugurado o primeiro alojamento feminino coletivo, um prédio térreo, com 90 vagas. Atualmente, existem apenas quatro “casinhas” com a destinação de moradia feminina, já que a maioria foi demolida.

Desta forma, à medida que se consolida a saída das mulheres do mundo privado para o mundo público, as antigas justificativas patriarcalistas para a divisão entre esses mundos não apenas continuam vivas no inconsciente coletivo como se revelam operativas nas práticas institucionais, inclusive nas instituições de Educação Superior. Daí que “a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (de forma transversal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas, garantindo que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política” (FARAH, 2004), é condição *sine qua* não haverá de fato a redução das desigualdades de gênero e o atendimento às demandas das mulheres.

A CRESCENTE PARTICIPAÇÃO DAS ALUNAS

Nas tabelas que seguem, é possível confirmar que houve um aumento no número de concluintes mulheres, a partir de 1980, por Curso do CCA⁵. No Curso de Agronomia, conforme a Tabela 01, constata-se que o número de graduadas mulheres cresce timidamente e, com regularidade, apresenta-se sempre inferior à quantidade de homens, mantendo-se a supremacia masculina, conforme placas de formaturas analisadas. Entre 1958 e 2012, temos apenas 14,3% de mulheres graduadas, diante de 85,7% de homens graduados. São 54 anos apurados, ou seja, mais de meio século de conclusões de curso.

Tabela 01 – Quantitativo de concluintes em Agronomia por sexo do CCA/UFPB, de 1958 a 2012.

ANOS	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
MULHERES	0 (0%)	0	2 (12,5%)	0	2 (6,3%)	2 (10%)	0 (0%)	1 (2,8%)	1 (3,5%)
HOMENS	8 (100%)	9 (100%)	14 (87,5%)	9 (100%)	30 (93,7%)	18 (90%)	11 (100%)	35 (97,2%)	28 (96,5%)
TOTAL	8	9	16	9	32	20	11	36	29

ANOS	1967	1968	1969	1971	1972	1973	1974	1975	1976
MULHERES	1 (2,3%)	1 (5,5%)	3 (2,9%)	8 (16,4%)	9 (16,7%)	4 (6,6%)	2 (8%)	13 (15,2%)	10 (17,6%)
HOMENS	43(97,7)	17 (94,5%)	4 (57,1%)	41 (83,6%)	45 (83,3%)	57 (93,4%)	23 (92%)	73 (84,8%)	47 (82,4%)
TOTAL	44	18	07	49	54	61	25	86	57

4. Os dados mencionados se referem à pesquisa para a tese de Doutorado em Educação, “Relações de gênero e educação superior: uma análise das experiências de estudantes grávidas e mães do Curso de Ciências Biológicas do CCA/UFPB”, aprovada em 2013, no PPGE/UFPB. Para atualização de dados, seria necessário um novo levantamento, talvez após uma década, em 2023. Entretanto, a interrupção das atividades presenciais causadas pela Pandemia COVID19, em 2020 e 2021, até o momento, poderá interferir sobre esta possível atualização.

5. Os dados foram levantados a partir das placas de formatura fixadas nas paredes do prédio central do CCA e confirmados pelas atas de colação de grau, arquivadas na diretoria do Centro. Este levantamento quantitativo foi concluído em 2013, sobre os anos anteriores. Em alguns anos não foram realizadas solenidades de Colação de Grau e, por isso, há lacunas nas tabelas de Agronomia (Tabela 01), sobre o ano de 1970, e Zootecnia (Tabela 02), sobre 1995. As linhas das tabelas foram coloridas de rosa para mulheres e azul para os homens, no sentido de facilitar a visualização das quantidades por sexo.

ANOS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
MULHERES	6 (8,4%)	10 (14,8%)	10 (7,9%)	16 (9,3%)	6 (7,3%)	12 (14,2%)	1 (2,3%)	8 (14,9%)	1 (5%)
HOMENS	66 (91,6%)	58 (85,2%)	117 (92,1%)	157 (90,7%)	77 (92,7%)	73 (85,8%)	43 (97,7%)	46 (85,1%)	19 (95%)
TOTAL	72	68	127	173	83	85	44	54	20

ANOS	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
MULHERES	1 (2,8%)	7 (11,2%)	3 (13,1%)	12 (14,2%)	5 (12,5%)	9 (15,6%)	7 (11,5%)	5 (17,3%)	7 (15,6%)
HOMENS	36 (97,2%)	56 (88,8%)	20 (86,9%)	73 (85,8%)	35 (87,5%)	49 (84,4%)	33 (82,5%)	24 (82,7%)	38 (84,4%)
TOTAL	37	63	23	85	40	58	40	29	45

ANOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
MULHERES	5 (13,2%)	11 (24%)	3 (16,7%)	9 (17,4%)	9 (27,8%)	11 (30,6%)	4 (16%)	9 (33,4%)	20 (38,5%)
HOMENS	33 (86,8%)	35 (76%)	15 (83,3%)	43 (82,6%)	24 (72,2%)	25 (69,4%)	21 (84%)	18 (66,6%)	32 (61,5%)
TOTAL	38	46	18	52	33	36	25	27	52

ANOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
MULHERES	1 (3,9%)	5 (11,4%)	4 (22,3%)	3 (14,3%)	17 (28,9%)	18 (36%)	6 (23,1%)	11 (19%)	7 (27%)
HOMENS	25 (96,1%)	39 (88,6%)	14 (77,7%)	18 (85,7%)	42 (71,1%)	32 (64%)	20 (76,9%)	47 (81%)	19 (73%)
TOTAL	26	44	18	21	59	50	26	58	26
ANOS 1977-2012		MULHERES 338 (14,3%)			HOMENS 2034 (85,7%)			TOTAL 2372 (100%)	

Fonte: Placas de Formatura do Prédio Central e Secretaria da Direção do Centro de Ciências Agrárias CCA/UFPA, 2012.

Na Tabela 02, temos o Curso de Zootecnia, segunda graduação a existir no Centro de Ciências Agrárias. Conforme os dados, apresenta-se quantidade superior de mulheres graduadas em apenas três anos: 2000, 2003 e 2009. Confirma-se a predominância masculina no segmento de estudantes do *Campus*, uma vez que, nos 33 anos analisados, obteve-se um total de 33,6% de mulheres e 66,4% de homens como concluintes, entre 1979 e 2012.

Tabela 02 - Quantitativo de concluintes em Zootecnia por sexo do CCA/UFPA, de 1979 a 2012

CONCLUINTE DE ZOOTECCIA CCA/UFPA 1979/2012									
ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1987	
MULHERES	0 (0%)	10 (40%)	14 (34,2%)	4 (14,8%)	4 (18,2%)	6 (28,6%)	3 (27,3%)	5 (25%)	
HOMENS	3 (100%)	15 (60%)	27 (65,8%)	23 (85,2%)	18(81,8%)	15 (71,4%)	8 (72,7%)	15 (75%)	
TOTAL	3	25	41	27	22	21	11	20	
ANOS	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1996	
MULHERES	3 (13,1%)	12 (14,2%)	5 (12,5%)	9 (15,6%)	7 (11,5%)	5 (17,3%)	7 (15,6%)	3 (37,5%)	
HOMENS	9 (81,8%)	5 (71,4%)	10 (90,9%)	6 (75%)	13 (81,2%)	1 (50%)	6 (100%)	5 (62,5%)	
TOTAL	11	7	11	8	16	2	6	8	
ANOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
MULHERES	2 (40%)	3 (33,4%)	5 (38,5%)	12 (54,6%)	0 (%)	5 (31,3%)	5 (62,5%)	14 (48,3%)	
HOMENS	3 (60%)	6 (66,6%)	8 (61,5%)	10 (45,4%)	2 (100%)	11 (68,7%)	3 (37,5%)	15 (51,7%)	
TOTAL	5	9	13	22	2	16	8	29	
ANOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
MULHERES	4 (36,4%)	8 (50%)	7 (58,4%)	7 (50%)	16 (53,4%)	3 (23,1%)	9 (32,2%)	8 (53,4%)	
HOMENS	7 (63,6%)	8 (50%)	5 (41,6%)	7 (50%)	14 (46,6%)	10 (76,9%)	19 (67,8%)	7 (46,6%)	
TOTAL	11	16	12	14	30	13	28	15	
ANOS 1979-2012		MULHERES 169 (33,6%)			HOMENS 334 (66,4%)			TOTAL 503 (100%)	

Fonte: Placas de Formatura do Prédio Central e Secretaria da Direção do Centro, 2012.

Nos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, Tabela 03, registram-se as conclusões por período letivo, com duas turmas concluintes por ano civil. Verifica-se, entre 2009 e 2012, a quantidade superior de mulheres em relação aos homens, com um total de 71% das graduadas e 29% de graduados, diferenciando-se dos cursos mais antigos do CCA, Agronomia e Zootecnia. Assim, a partir da segunda turma concluinte, em 2010.1, o número de mulheres supera o de homens, o que se confirma nos anos seguintes, em cinco turmas concluintes de 2010.2 a 2012.2.

Tabela 03 – Quantitativo de concluintes em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas por sexo do CCA/UFPB, 2009 a 2012.

CONCLUINTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS CCA/UFPB 2009- 2012								
ANOS	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	TOTAL
Mulheres	02 (40%)	06 (66,7%)	12 (80%)	07 (87,5%)	11 (78,5%)	04 (66,7%)	12(63%)	54 (71%)
Homens	03 (60%)	03 (33,3%)	03 (20%)	01 (12,5%)	03 (21,5%)	02 (33,3%)	07(37%)	22 (29%)
Total (100%)	05	09	15	08	14	06	19	76

Fonte: Secretaria da Coordenação dos Cursos de Ciências Biológicas, 2012.

Em um levantamento separado, sobre as turmas concluintes de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, pode-se constatar que, entre 2009 e 2012, a Licenciatura apresentou um quantitativo de conclusões bem superior ao Bacharelado. Também se consolidou a supremacia feminina no universo de ambos os cursos, sendo de 57,1% no Bacharelado e 76,4% na docência, em quatro anos de conclusões, conforme Tabela 04.

Tabela 04 – Concluintes em Ciências Biológicas por Curso/sexo do CCA/UFPB, 2009/2012.

CONCLUINTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DE 2009.2 A 2012.2			
CURSOS	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Bacharelado	12 (57,1%)	09 (42,9%)	21 (100%)
Licenciatura	42 (76,4%)	13 (23,6%)	55 (100%)

Fonte: Secretaria da Coordenação dos Cursos de Ciências Biológicas, 2012.

Sobre a quantidade de matrículas em todos os Cursos de Graduação no período 2012.2, conforme Tabela 05, permanece a supremacia masculina nos cursos do CCA, inclusive no Curso de Medicina Veterinária, criado em 2008, ainda sem turma concluinte em 2012, com um percentual de 55,74% de homens matriculados. A exceção ficou sobre os Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, criados em 2005, e no Curso Bacharelado em Química, no qual se verificou a maioria feminina, em 2012.2.

Tabela 05 - Quantitativo de matrículas nos Cursos de Graduação do CCA/UFPB por sexo, no Período 2012.2.

CURSOS DE GRADUAÇÃO CCA/UFPB	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO		TOTAL DE DISCENTES
AGRONOMIA	360	71,57%	143	28,43%	503
ZOOTECNIA	144	61,80%	89	38,20%	233
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - BAC	48	33,10%	97	66,90%	145
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LIC	43	30,07%	100	69,93%	143
MEDICINA VETERINÁRIA	165	55,74%	131	44,26%	296
QUÍMICA - BAC	10	45,45%	12	54,55%	22
QUÍMICA - LIC	17	56,67%	13	43,33%	30
TOTAL DE DISCENTES	787	57,36%	585	42,64%	1372

Fonte: Secretarias das Coordenações dos Cursos de Graduação CCA/UFPB, 2012.

Assim, é possível confirmar que a maior entrada de mulheres estudantes no Centro deu-se por meio da implantação dos Cursos de Ciências Biológicas, com 197 mulheres matriculadas, pois, nos Cursos de Química, Licenciatura e Bacharelado, iniciados em 2012, não se quebrou a supremacia masculina em números absolutos, com 25 mulheres e 27 homens como estudantes matriculados no referido período letivo. Contudo, confirmou-se o crescimento quantitativo da participação das mulheres no segmento estudantil no *campus* das Agrárias.

No tocante à pós-graduação, ratificam-se as matrículas majoritariamente masculinas nos Cursos no CCA, que indicam um percentual total de 52,37% para os homens e 47,63% para as mulheres estudantes, destacando-se o Curso de Doutorado em Agronomia como único no qual as mulheres são maioria, com 58,14% das matrículas, e o Curso de Mestrado em Ciências do Solo, no qual as matrículas apresentam paridade de gênero em 2012.2, conforme Tabela 06.

Tabela 06 - Quantitativo de matrículas em Programas de Pós-graduação por sexo, no CCA/UFPB, no Período 2012.2.

MATRICULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO CCA/UFPB, CAMPUS II AREIA, PERÍODO 2012.2					
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO		TOTAL DE DISCENTES
AGRONOMIA - MESTRADO	32	62,75%	19	37,25%	51
AGRONOMIA - DOUTORADO	36	41,86%	50	58,14%	86
ZOOTECNIA - MESTRADO	23	51,11%	22	48,89%	45
ZOOTECNIA - DOUTORADO	31	53,45%	27	46,55%	58
CIÊNCIA ANIMAL	12	52,17%	11	47,83%	23
CIÊNCIA DO SOLO - MESTRADO	12	50,00%	12	50,00%	24
CIÊNCIA DO SOLO - DOUTORADO	20	66,67%	10	33,33%	30
TOTAL DE DISCENTES	166	52,37%	151	47,63%	317

Fonte: Secretarias das Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação, CCA/UFPB, 2012.

No corpo técnico-administrativo, permanece a assimetria de sexo entre os servidores ativos permanentes em 2012, com 76% de homens e 24% de mulheres, em números absolutos de 146 e 45, respectivamente, de acordo com dados do setor de Recursos Humanos do CCA/UFPB, Tabela 07.

Tabela 07 – Quantitativo de servidores técnico-administrativos por sexo, do quadro permanente, CCA/UFPB, em 2012.

SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO PERMANENTE - CCA/UFPB - 2012		
MULHERES	HOMENS	TOTAL
45(23,6%)	146(76,4%)	191

Fonte: Setor de Recursos Humanos, CCA/UFPB.

No quadro de docentes do CCA, Tabela 08, é notória a presença masculina, também majoritária nos Departamentos, com exceção do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais – DCFS, onde as professoras compõem 54,55% do grupo e são ofertadas as disciplinas básicas, da área de Ciências Humanas e de Educação. Nos demais Departamentos, há maioria de professores do sexo masculino, totalizando 58,12% dos 117 docentes em atividade no CCA, em maio de 2013.

Tabela 08 – Quantitativo de docentes por Departamento e por sexo, do CCA/UFPB, maio de 2013.

DOCENTES UFPB/CCA CAMPUS II AREIA – MAIO 2013					
DEPARTAMENTOS DO CCA/UFPB	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO		TOTAL DE DOCENTES
Dep. de Fitotecnia e Ciência Ambiental - DFCA	9	60,00%	6	40,00%	15
Dep. de Solos e Engenharia Rural - DSER	13	81,25%	3	18,75%	16
Dep. de Ciências Biológicas - DCB	6	54,55%	5	45,45%	11
Dep. de Ciências Fundamentais e Sociais - DCFS	15	45,45%	18	54,55%	33
Dep. de Ciências Veterinárias - DCV	13	56,52%	10	43,48%	23
Dep. de Zootecnia - DZ	12	63,16%	7	36,84%	19
TOTAL DE DOCENTES	68	58,12%	49	41,88%	117

Fonte: Secretarias dos Departamentos Acadêmicos, CCA/UFPB, 2013.

Diante dos dados coletados, outras análises devem ser realizadas para uma melhor compreensão da trajetória das mulheres na Educação Superior no CCA⁶. É possível que a relação entre os dados quantitativos e qualitativos possa ajudar a identificar o *modus operandi* da cultura androcêntrica e da ordem patriarcal na instituição, uma vez que, com 85 anos de fundação, desde a EAN, nenhuma mulher exerceu o cargo de diretora no Centro de Ciências Agrárias, sequer candidatou-se, até o presente momento, embora muitas professoras tenham as condições formais para tal⁷.

Ao analisar a produção sobre mulheres e academia entre 1975 e 1989, Rosemberg, Piza e Montenegro (1990, p.100-101) constataram que, apesar da evolução perceptível, as mulheres

6. A pesquisa de Doutorado “Relações de gênero e educação superior: uma análise das experiências de estudantes grávidas e mães do Curso de Ciências Biológicas do CCA/UFPB”, desta autora, também investigou e analisou as dificuldades de jovens estudantes grávidas e mães de Ciências Biológicas, entre 2008 e 2012.

7. Está em construção a dissertação de Mestrado “Mulheres na Gestão pública: um estudo de caso na Universidade Federal da Paraíba – Campus II”, pelo servidor Ivandro Candido dos Santos, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior-Mestrado Profissional /UFPB.

ocupam cargos universitários em menor número e de menor prestígio que os homens, fato também confirmado na UFPB, que, para a gestão superior, teve sua primeira reitora após 60 anos de existência: a professora Dr^a. Margarete de Fátima Formiga de Melo Diniz, do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFPB, que assumiu em novembro de 2012 e foi reconduzida à segunda gestão, concluída em 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dicotomia histórica entre os mundos público e privado, empreendida pela ordem androcêntrica e patriarcal, é uma das causas da segmentação de gênero por carreiras. Mesmo que se considerem alterações ocorridas nos seus contornos, até os dias atuais se reproduzem as correspondências e as associações do domínio público e privado, tanto em espaços físicos, sociais e simbólicos, entre seus históricos protagonistas.

Pelo contexto histórico estudado, pode-se concluir que a criação da EAN, sob a ótica masculina, não contava, à época, com a possibilidade de receber alunas e professoras, ou de ter presença feminina em funções administrativas ou gestoras, mesmo que não fosse oficialmente vetado o acesso feminino, quer seja como discente, quer seja como docente ou servidora. Todavia, as mulheres chegaram como alunas, demonstrando que poderiam perfeitamente obter êxito em um segmento de formação profissional considerado masculino, embora tenham enfrentado dificuldades específicas para elas.

Ao longo dos anos, a presença feminina mostrou-se crescente no segmento estudantil, fato que indica a iniciativa das mulheres no sentido de ruptura da tradição de que as Ciências Agrárias seriam adequadas apenas para os homens e inadequadas para elas. Entretanto, comprovou-se que, nos Cursos de Agronomia e Zootecnia, o grupo masculino tem sido majoritário ao longo de décadas, ratificando a segmentação de gênero das carreiras profissionais, como também nos recentes Cursos de Medicina Veterinária e de Bacharelado e Licenciatura em Química – a exceção ficou por conta dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas. No entanto, conforme análise de dados quantitativos, permanece a assimetria de gênero nos três segmentos do CCA: discentes, servidores docentes e servidores técnico-administrativos com maioria masculina.

No *Campus II* da UFPB, constatou-se que as mulheres atentam contra a cultura androcêntrica e a ordem patriarcal, ocupando territórios que foram destinados aos homens. Ainda que sejam ambientes majoritariamente masculinos, elas resistem, superam obstáculos e demonstram competência.

Enfim, com o devido registro das lutas dos movimentos feministas, as mulheres conquistaram o direito de estudar. Contudo, a permanência da segmentação de gênero por carreiras universitárias ainda é um desafio a ser superado com o desenvolvimento de políticas de inclusão efetiva das mulheres na Educação Superior em todas as áreas profissionais, sob pena de estar sendo legitimada, por omissão, a suposta incapacidade das mulheres para determinadas profissões, em pleno século XXI. O Estado, as Instituições de Educação Superior e a sociedade em geral precisam agir em favor da igualdade de gênero nas universidades e no mercado de trabalho. São necessárias políticas públicas que proporcionem a presença segura das mulheres e o direito ao êxito acadêmico na Educação Superior, em todos os cursos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane S. **As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. n.197, jan/abr. Brasília: INEP, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. 4ª Ed. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: **Cadernos Pagu** [online]. 2002, n.17-18, pp. 157-196. ISSN 0104-8333.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- CARVALHO, Maria E. P. de; RABAY, Glória. **Marcos legais e políticas de equidade de gênero no campo educacional no Brasil: desafios para a educação superior**. Fonte <http://www.riaipe-alfa.eu/index.php/pt/biblioteca/repositorio/genero>, acesso em janeiro de 2012.
- FARAH, Marta Ferreira S. Gênero e políticas públicas. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis [online] 2004, vol. 12, pp. 47-71.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia**. São Paulo: Fundação Carlos chagas, INEP/REDUC, 1990.
- SANTOS, Ivandro José Cândido. **Trajetória de Mulheres na Gestão e no Ensino Superior: um olhar sobre o Centro de Ciências Agrárias da UFPB**. Especialização, Universidade Federal da Paraíba - Curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Superior - CEGAVE, 2013.
- SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ESCRITORAS LATINO-AMERICANAS EM DIÁLOGO: A PROBLEMATIZAÇÃO DO CÂNONE DURANTE O SÉCULO XX

Juliana de Luna Freire*

RESUMO

Este artigo entrecruza e analisa diálogos sobre a literatura feminina latino-americana no século XX, considerando as influências de feministas estrangeiras na revisão do cânone literário. Partindo da discussão entre a escritora argentina Victoria Ocampo e a inglesa Virginia Woolf, discutimos a busca de uma teorização própria à escrita feminina, que Elaine Showalter chama de “a terra prometida” (SHOWALTER, 1999, p. 597). Discutimos questões como associadas ao que Harold Bloom chamou de “ansiedade de influência” (BLOOM, 1973), e ao que Susan Gubar e Sandra Gilbert chamaram de “ansiedade autoral” (GILBERT e GUBAR, 1980, p. 49). Sob esta perspectiva, o ato de escrever das mulheres já gerava por si uma transgressão, em decorrência da sua falta de aceitação nos círculos masculinos, de maneira que, para as mulheres, escrever é resistir ao silenciamento intelectual. A partir da discussão entre escritoras latino-americanas e europeias, como Ocampo e Woolf, abordamos a criação de novos paradigmas para a literatura feminina e embora haja um grande distanciamento entre os distintos feminismos que formaram as duas escritoras, estabeleceu-se entre elas um diálogo feminista transnacional, que foi fundamental para gerações de mulheres intelectuais nos países de língua espanhola.

Palavras-Chave: Cânone literário; Literatura de mulheres; Literatura latino-americana; Teoria literária.

ABSTRACT

This article analyzes the dialogue about Latin-American literature by women in the 20th century, and the influences of foreign feminists in the establishment of a revisionist voice of the literary canon. Starting with the conversation between the Argentinian writer Victoria Ocampo and the English Virginia Woolf, I discuss the appearance of a theory of its own, which Elaine Showalter called

* Professora Adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB. Doutora e Mestra em Literatura Comparada pela Universidade do Arizona, EUA. E-mail: juliana.lunafreire@gmail.

“a promised land” (SHOWALTER, 1999, p. 597). The essay discusses issues such as what Harold Bloom called “anxiety of influence” (Bloom, 1973), and what Susan Gubar and Sandra Gilbert called “authorial anxiety” (GILBERT and GUBAR, 1980, p. 49). Also, we question how writing already constituted an act of transgression, caused by the lack of acceptance of women in the male literary circles, thus resisting intellectual silencing. Based on the discussion between Latin-American and European writers, such as Ocampo and Woolf, we approach the creation of new paradigms for literature by women, to say that, despite the great distance between the different feminisms that shaped these two writers, they established between them a transnational feminist dialogue, which was fundamental for whole generations of intellectuals from Spanish-speaking countries.

Key-Words: Literary Canon; Literature by women; Latin-American Literature; Literary Theory.

Em 2021 a Associação Americana de Línguas Modernas (MLA) premiou Susan Gubar pelo conjunto da sua obra: uma carreira acadêmica que, desde a década de 1970, construída junto com sua colaboradora Sandra Gilbert, voltou-se à revisão da trajetória de escritoras mulheres, questionando sua não inclusão no cânone literário. Escritoras como Jane Austen, Virginia Woolf e Marie de France foram lidas e relidas dentro desse movimento de revisionismo da literatura em língua inglesa, e pode-se dizer que o trabalho de Gubar e Gilbert foi incansável em fomentar estudos acadêmicos, conferências e pensamento crítico sobre a autoria feminina nas últimas décadas do século XX. Finalmente foi dado o devido reconhecimento ao trabalho colaborativo crítico das duas, inclusive por revisar o conceito de “ansiedade de influência”¹ formulado por Harold Bloom (GILBERT E GUBAR, 1980), para descrever a dificuldade psicológica que consistia para as autoras femininas ganharem voz em um campo predominantemente marcado pelo patriarcado. Para Bloom, essa ansiedade seria gerada pela necessidade que sente um autor de imitar seus predecessores intelectuais, superando a obra dos mesmos (GILBERT e GUBAR, 1980). Gilbert e Gubar expandiram o conceito no sentido de mostrar que uma escritora não se encaixava no modelo de história literária descrita por Bloom: uma autora seria “anômala, indefinida, alienada, uma estranha esquisita” (1980, p.48)² enfrentando, portanto, uma “‘ansiedade autoral’ – um medo radical de não ser capaz de criar e de que, como nunca poderia se tornar uma ‘precursora’, o ato de escrever iria isolá-la ou destruí-la”³ (1980, p.49). Assim, é necessário repensar não somente a dificuldade de acesso material, como nas reflexões realizadas nos textos de Victoria Ocampo, Virginia Woolf e Sórora Juana, que veremos a seguir, mas considerar que, no caso das mulheres escritoras, a ansiedade também ocorre pela falta de modelos anteriores e da

1. “Anxiety of influence.”

2. “Anomalous, indefinable, alienated, a freakish outsider.” As citações que ocorrem neste artigo são traduções nossa, a não ser aquelas que estão devidamente referenciadas. Contudo, alguns títulos, quando acreditamos ser necessário, foram mantidos no original.

3. “‘Anxiety of authorship’ – a radical fear that she cannot create, that because she can never become a ‘precursor’ the act of writing will isolate or destroy her”.

necessidade de romper com uma limitada tradição reconhecida anterior a elas, e de constantemente ter que se espelhar no cânone masculino. Contraditoriamente, o processo de almejar romper o cânone parece andar em passos paralelos ao intento de ingressar no mesmo.

Em 1924, a escritora inglesa Virginia Woolf publicou um ensaio chamado “Sr. Bennett e a Sra. Brown”, onde a voz narrativa comenta as mudanças sociais do século XX e seu efeito no campo da literatura e das letras. No texto fica evidente como havia sido distinto o período Vitoriano, no século anterior, quando “a horrível tradição doméstica”⁴ deixava no confinamento figuras de gênio superior como Jane Carlyle e exaltava a obra do seu marido, Thomas Carlyle (GILBERT E GUBAR, 2007, p.19): “consideremos a vida casada dos Carlyle e lamentemos a perda [do talento], a futilidade, (...) da terrível tradição doméstica que tornava digno de uma mulher com a sua genialidade perder seu tempo perseguindo besouros, esfregando panelas, em vez de escrever livros”⁵ (WOOLF, 1924, p.5). Enquanto os pensamentos de Jane Carlyle restringiram-se às cartas íntimas, os do marido, Thomas Carlyle, ganharam fama com seu trabalho como ensaísta, escritor e crítico literário. Quando Woolf comparou o ganho social das mulheres com a geração anterior à sua, observou inovações — desde sua perspectiva londrina, urbana, de classe média-alta e de alguém que obtivera êxito dentro da sociedade intelectual — quanto à luta pelo direito universal, sufrágio e acesso à educação universitária. Ela também presenciou como, durante a Primeira Guerra, as mulheres, filhas, irmãs dos soldados ingleses ocuparam o espaço público com os trabalhos daqueles que saíram para a guerra. Foi uma época de inversão da ordem estabelecida, abrindo espaço para um feminismo latente. Mas o mais estranho de tudo foi que, como Elaine Showalter aponta, entre os anos 1920 e 1930 viveu-se uma “época estranha para o feminismo” (SHOWALTER APUD GILBERT e GUBAR, 2007, p.23). Estranha porque, ela argumentava, depois da guerra, menos mulheres se afiliaram para votar, enquanto escolhiam com mais frequência o que antes eram trabalhos considerados “femininos” e, o mais surpreendente, ocorreu o crescimento de uma corrente “anti-feminista” entre os intelectuais da época (GILBERT e GUBAR, 2007, p. 24), ao menos naquele contexto social de pós-guerra. Esse retrocesso do feminismo, apontando para a falta de linearidade do próprio projeto de redescoberta canônica, serve também para colocar em foco uma segunda questão: da mesma forma que o progresso do feminismo inglês, tal como vivido por Woolf, é complexo, com avanços e retrocessos, igual seria a conquista do espaço intelectual e laboral em outras sociedades com formas de pensar distintas, como na América Latina. Essa “ansiedade autoral” não seria tão facilmente rompida, e enfatizaremos especificamente a trajetória das escritoras de língua espanhola.

Dentro da academia latino-americana, o diálogo entre Virginia Woolf e as hispano-americanas não foi ignorado — nem a forte influência do feminismo constituído por Woolf e outras, como Simone de Beauvoir, na crítica local. Esta influência motivou algumas gerações a questionarem seu próprio contexto. Se o estudo de outros espaços oferece a possibilidade de ver como as ideias feministas se propagam de maneira distinta, em uma pluralidade de feminismos, a passagem do tempo também mostra contradições, avanços e retrocessos em um único país. Críticas como Lucía Guerra-Cunningham, Elaine Showalter, Annette Kolodny e Adrienne Rich tiveram forte impacto

4. “The horrible domestic tradition.”

5. “consider the married life of the Carlyles and bewail the waste, the futility, (...) of the horrible domestic tradition which made it seemly for a woman of genius to spend her time chasing beetles, scouring sauce-pans, instead of writing books.”

na formação intelectual na América Latina. Mas como podemos teorizar, então, esse discurso de resistência feminino criado a partir de um diálogo transatlântico, pensando no seu surgimento a partir de suas próprias especificidades culturais? Um contraste de culturas deu origem à diferença de gênero na fundação das colônias espanholas na América, posterior à conquista, como explica Lucía Guerra-Cunningham em *Mujer y sociedad en América Latina* (1980). A crítica indica que, historicamente, não seria somente a chegada do colonizador que originou a prática, os privilégios de gênero, a divisão do trabalho e a hierarquia dos deuses já existiam nas comunidades incas, maias e astecas. Segundo a escritora, tais valores se transplantaram para a cultura que se formaria depois. Em segundo lugar também pesaram as diferenças advindas da Espanha, com seus privilégios masculinos em relação aos bens, à política, aos papéis e virtudes sociais, que também se amalgamaram à divisão social pré-existente. Seria essa estrutura e divisão de gêneros que daria origem ao sistema nas colônias hispano-americanas. Não seria somente o feminismo de Woolf e Beauvoir que se adaptaria aos trópicos. O machismo europeu, como afirma Guerra-Cunningham, já havia antes se adaptado e tomado suas próprias formas no pensamento colonial.

A reflexão de Woolf discutida anteriormente acerca das dificuldades de romper com o silenciamento das letras femininas e da domesticidade que apaga os talentos brilhantes ilustra bem o caso de Sórora Juana, a monja mexicana do século XVII, que decidiu entrar no convento para assim ter tempo de se dedicar às letras. Sendo a única alternativa naquela sociedade, Sórora Juana buscou a solução que séculos depois seria estabelecida pela própria Woolf, quando escreve “Um quarto todo seu”, em 1929. Woolf, refletindo sobre suas oportunidades de escrever e o motivo da não existência de mais mulheres romancistas, afirma que os recursos materiais seriam a principal barreira: foi justamente a pensão deixada por sua tia que lhe deu o tempo e um quarto próprio para escrever. Além disso, apresenta uma possível resposta para a ausência de gênios femininos nas artes: considerando William Shakespeare, imagina o que teria acontecido se o dramaturgo houvesse tido uma irmã chamada Judith, tão brilhante quanto ele. Woolf conclui que a dramaturga acabaria cometendo suicídio, grávida e sem perspectivas profissionais na Londres da época elizabetana. Os aspectos que influenciariam o surgimento da mulher intelectual, segundo ela, seriam o apoio e a motivação que os homens recebem quando decidem pegar a caneta, além da riqueza material que lhes proporcionaria liberdade intelectual. O convento, portanto, teria sido o mecenas de teto, papel e tempo para o talento precoce de Sórora Juana, figura histórica aproximadamente cinquenta anos mais velha que a fictícia Judith Shakespeare. O posicionamento de Sórora Juana quanto aos ataques misóginos eram pungentes: “Homens tolos que acusam a mulher sem razão / sem ver que são a causa do mesmo que culpam”⁶ (Cruz, 2014, p. 90). Mas a autoria necessitaria todo um jogo de lógica para justificar o que, naquela época, era considerado injustificável: Sórora Juana, ao ser acusada de não respeitar as hierarquias, ao criticar o pensamento filosófico do famoso Padre Antônio Vieira, teve que tecer uma narrativa que justificasse seu comportamento pouco habitual, e o fez na forma de carta:

Desde que a primeira luz da razão me atingiu, a inclinação para as letras foi tão veemente e poderosa que nem as reprimendas estrangeiras – que tive muitas – nem minhas próprias reflexões – que fiz não poucas – foram suficientes para

6. “Hombres necios que acusáis a la mujer sin razón, / sin ver que sois la ocasión de lo mismo que culpáis.”

deixar de seguir este natural impulso que Deus colocou em mim: Sua Majestade sabe por que e para quê; e ele sabe que lhe pedi para apagar a luz do meu entendimento, deixando apenas o que é suficiente para guardar a sua Lei, porque o resto é supérfluo, segundo alguns, numa mulher⁷ (CRUZ, 1934, p. 54).

O tom de desculpa culpabiliza o dom da sabedoria dado por Deus, justificando o pedido aos céus que a fizessem menos inteligente para que só aprendesse o necessário para a tarefa de ler a Bíblia. Assim, através de estratégias retóricas, consegue indicar que seu próprio talento era uma bênção, e que estava fora de suas mãos reprimir esse dom.

Saltemos os séculos para tentar acompanhar mais de perto outras escritoras que tratariam da discussão sobre a ruptura de padrões ou possibilidade de burlar essas barreiras sociais. Seis anos depois da publicação de *Um quarto todo seu*, Victoria Ocampo, escritora argentina, escreveria uma *Carta a Virginia Woolf* (1935), estabelecendo conexões entre a realidade das escritoras da Inglaterra e da América do Sul. Ocampo, na época, defendeu que existia uma diferença de gênero no processo de escrever, e que preferiria “escrever como uma mulher”, inconformada com as mulheres que aceitam entrar nos círculos masculinos seguindo os mesmos modelos canônicos e se configurando somente como alguém excepcional:

Minha única ambição é conseguir escrever um dia, mais ou menos bem, mais ou menos mal, mas como mulher. Se eu possuísse na imagem de Aladim uma lâmpada maravilhosa e, por meio de sua mediação, me fosse dado escrever no estilo de um Shakespeare, um Dante, um Goethe, um Cervantes, um Dostoievski, eu realmente não aproveitaria a barganha. Bem, eu entendo que uma mulher não pode se livrar de seus sentimentos e pensamentos em um estilo masculino da mesma forma que ela não pode falar com a voz de um homem.⁸ (OCAMPO, 1993, p. 146)

Para ela, isso significaria corromper suas próprias inspirações e talentos. Note-se que, para Ocampo, as mulheres deveriam poder expressar essa liberdade de escrever seus temas particulares, em seu próprio estilo.

O ato de escrever já gerava por si uma transgressão, descrita por Ocampo, causada pela falta de aceitação das mulheres nos círculos masculinos. Essa perspectiva nos leva à teoria de Helena Araújo, em *La Scherezada Criolla* (1989), que remete ao conto árabe de Scherazade, uma mulher que enganou o Sultão e sobreviveu à decapitação tecendo uma narrativa que não acabava, pois seria sacrificada depois de passar a noite com o mesmo. Araújo defende que, no discurso das mulheres escritoras, podemos encontrar, como em Scherazade, *estratégias de escrita* que permi-

7. “Desde que me rayó la primera luz de la razón, fue tan vehemente y poderosa la inclinación a las letras, que ni ajenas reprensiones --que he tenido muchas--, ni propias reflejas --que he hecho no pocas--, han bastado a que deje de seguir este natural impulso que Dios puso en mí: Su Majestad sabe por qué y para qué; y sabe que le he pedido que apague la luz de mi entendimiento dejando sólo lo que baste para guardar su Ley, pues lo demás sobra, según algunos, en una mujer.”

8. “Mi única ambición es llegar a escribir un día, más o menos bien, más o menos mal, pero como una mujer. Si a imagen de Aladino poseyese una lámpara maravillosa, y por su mediación me fuera dado el escribir en el estilo de un Shakespeare, de un Dante, de un Goethe, de un Cervantes, de un Dostoiewsky, realmente, no aprovecharía la ganga. Pues entiendo que una mujer no puede aliviarse de sus sentimientos y pensamientos en un estilo masculino del mismo modo que no puede hablar con voz de hombre.”

tem à mulher *sobreviver ao anonimato*. Uma mulher estaria às margens da história não por uma diferença de gênero, mas por causa da opressão da linguagem, que dificulta sua saída do seu papel passivo-silencioso (1989). Assim, ao narrar, estaria sobrevivendo.

De maneira similar, Debra Castillo, em *Talking Back* (1992), expande o conceito de fome física e intelectual discutido por Virginia Woolf em *A Room of One's Own*, comparando as refeições oferecidas para homens e mulheres em duas faculdades distintas na Inglaterra (1929, p. 10-11): para os homens, descrevendo em mínimos detalhes, os pratos cuidadosamente preparados pelo *chef* e trazidos pelo bedel, com seus molhos fartos e saladas suculentas, batatas e doces, com repetidas taças de vinho (WOOLF, 1929, p. 10-11). O jantar mísero na faculdade para mulheres, Woolf contrastava, era pouco, feio, simples. E concluiu: “um bom jantar é de extrema importância para uma boa conversa. Alguém não pode pensar bem, amar bem, dormir bem, se não jantou bem” (WOOLF, 1929, p. 18)⁹ Quando a escritora inglesa compara as distintas refeições servidas, segundo analisa Castillo, introduz o conceito de “fome espiritual”, expandindo essa fome representada na literatura como estratégia de subversão, como desejo intelectual e vontade de possuir os direitos que socialmente foram negados às escritoras (CASTILLO, 1992, p. XVII). Mas Castillo desconstrói a colonialidade desse discurso, e afirma que a fome de Virginia Woolf é claramente diferente da fome latino-americana: é europeia, branca e, no mínimo, de classe média. Assim, Castillo enfatiza mais uma vez a necessidade de uma teoria própria, que partisse de uma premissa decolonial. Ela termina estabelecendo uma analogia da teoria feminista latino-americana com um livro de receitas – novamente referindo-se à fome e à culinária – afirmando que a crítica feminina latino-americana é essencialmente heterogênea (com fragmentos, detalhes, anotações, que vão se corrigindo e anotando aos poucos), entrando até em conflito com certas teorias feministas eurocêntricas ou norte-americanas. Similarmente, Showalter (1999) discute a ausência de unificação de teorias feministas, e que só através da diversidade teórica sobre o que é, e como a mulher escreve, chegaríamos a “uma terra prometida” (SHOWALTER, 1999, p. 597), um objetivo comum.

O mais difícil da tarefa de criação literária, segundo a crítica, seria que a escrita funciona para as mulheres como ato de usurpação. Segundo Guerra-Cunningham, a criação literária mais tradicional ocorre com frequência rejeitando temas femininos, o que causa a perda da auto-identificação ao não ter sua própria imagem refletida (GUERRA-CUNNINGHAM, 1990, p. 6). Ainda que subvertendo a narração e o cânone masculino, as ferramentas da linguagem já estão determinadas, criando uma centralidade da fala e da palavra masculina, o *falologocentrismo*, que contrasta com a escrita feminina, que ocorre através de um processo de *diglossia* (GUERRA-CUNNINGHAM, 1990, p. 9-10). A escrita normativa (como campo controlado pelos autores homens) ao mesmo tempo tenta transgredir o Sujeito feminino que, marginalizado, tem que usar uma variedade de estratégias discursivas para vir à tona. Esses textos subversivos ocorrem precisamente contra a ausência e o silenciamento feminino, e são estratégias para descentralizar a voz autoral masculina. Para entrar no cânone tipicamente masculino, anteriormente, “as escritoras tiveram que apagar suas experiências únicas da história e de si mesmas no espaço da casa”¹⁰ (GUERRA-CUNNINGHAM, 1990, p. 6). A autora usa como exemplo o que aconteceu com os contos do século XIX com homens e

9. “A good dinner is of great importance to good talk. One cannot think well, love well, sleep well, if one has not dined well.”

10. “women writers had to erase their unique experience of history and of themselves within the enclosed space of the home.”

seus processos de iniciação, típicos do *Bildungsroman* alemão. Na escrita feminina houve uma clara rejeição de temas e motivos que não fossem considerados “literários” pelo código dominante masculino (GUERRA-CUNNINGHAM, 1990, p. 6).

No entanto, na primeira metade do século XX, algumas destas latino-americanas vão se destacar precisamente pelos temas próprios, como previsto por Ocampo, usando a diglossia e as estratégias discursivas para sobreviver ao silenciamento. Um exemplo seria o texto “A cozinha da escrita”¹¹, sobre a obra “A boneca caçula”¹² (1980) de Rosario Ferré, de Porto Rico. Neste ensaio, Ferré descreve seu próprio processo criativo: “[Eu] traí Simone, escrevendo novamente sobre a realidade interior das mulheres, e traí Virginia, deixando-me levar pela raiva, pela raiva que aquela história produziu em mim...”¹³ (20). Através de silêncios, de um mimetismo transgressor (*mimicry*), ou do uso de pseudônimos, o uso do espaço doméstico é abordado como ferramenta subversiva. Ferré usa a linguagem da cozinha como fala transgressora. É dentro da cozinha, usando itens tipicamente associados ao mundo feminino, que a transgressão ocorre. Mas a autora percebe a transgressão de ter que abdicar da inspiração de Woolf e Beauvoir. A “ansiedade autoral”, definida por Bloom e discutida por Susan Gubar e Sandra Gilbert, aqui acontece também como revisionismo crítico, inclusive com referência a essas pioneiras feministas que a iluminam, mas implica precisamente essa necessidade de romper com esses modelos europeus/ou até da primeira corrente feminista.

O uso do espaço doméstico de maneira crítica também acontece na obra de Rosario Castellanos, em um ensaio chamado “Lição de Cozinha”¹⁴, em *Álbum de Famílias* (1971), no qual fala sobre o tema do feminismo. Castellanos usa a ironia para falar sobre os temas, criando uma identidade tipicamente mexicana. A voz narrativa, ao retornar à casa, após se casar, afirma, “Eu estava perdida nas salas de aula, nas ruas, nos escritórios, nos cafés; desperdiçada em habilidades que agora devo esquecer para adquirir outras. Por exemplo, escolher o cardápio”.¹⁵ (CASTELLANOS, 1989, p. 842). As habilidades intelectuais adquiridas anteriormente seriam (ironicamente) irrelevantes: o importante era a organização do lar. Sobre o tempo de cozimento da carne, que tenta preparar quando recém-casada, o monólogo da senhora pergunta:

Demora muito pouco tempo, dizem os manuais. Quanto é pouco? Quinze minutos? Dez? Cinco? Naturalmente, o texto não especifica. Supõe uma intuição de que, de acordo com meu sexo, devo possuir, mas não possuo, um sentido sem o qual nasci que me permitiria perceber o momento preciso em que a carne está no ponto.¹⁶ (CASTELLANOS, 1989, p. 844).

11. “La cocina de la escritura.”

12. La muñeca menor.

13. “[Yo] había traicionado a Simone, escribiendo otra vez más sobre la realidad interior de la mujer, y había traicionado a Virginia, dejándome llevar por la ira, por la cólera que me produjo aquella historia...”

14. “Lección de cocina.”

15. “Yo anduve extraviada en aulas, en calles, en oficinas, en cafés; desperdiçada en destrezas que ahora he de olvidar para adquirir otras. Por ejemplo, elegir el menú.”

16. “Tarda muy poco, dicen los manuales. ¿Cuánto es poco? ¿Quince minutos? ¿Diez? ¿Cinco? Naturalmente, el texto no especifica. Me supone una intuición que, según mi sexo, debo poseer pero no poseo, un sentido sin el que nací que me permitiría advertir el momento preciso en que la carne está a punto.”

Vale lembrar que Castellanos é uma das vozes mais fortes de escritoras latino-americanas de língua espanhola da década de 1950 e que, como Woolf e Ocampo, usufruiu de conforto e *status*, inclusive como diplomata. Enquanto Woolf olhava para a Era Vitoriana e sua “horrrível tradição doméstica” (WOOLF, 1924, p.5), Castellanos tem que partir de dentro da tradição doméstica para tentar ironizá-la, visto que percebe a continuidade dessa tradição ainda existente no México do século XX:

Tenho que manter a casa impecável, as roupas prontas, o ritmo da alimentação infalível. Mas não recebo salário, não tenho folga por semana, não posso mudar de patrão. (...) Nas horas vagas me torno uma senhora da sociedade que oferece refeições e jantares aos amigos do marido, que vai às reuniões, que frequenta a ópera, que controla o peso dela, que renova o guarda-roupa, que cuida da frescura da pele, que continua atraente, que conhece as fofocas, que fica acordada até tarde e acorda cedo, que corre o risco mensal da maternidade, que acredita nas reuniões noturnas de executivos, nas viagens de negócios e na chegada de clientes imprevistos.¹⁷ (CASTELLANOS, 1989, p. 842).

Estaria mais perto da ironia de Sórora Juana, falando sobre a opressão feminina desde dentro do enclausuramento com linguagem dúbia e irônica, que da liberdade recém-adquirida, até otimista, de Woolf. Posteriormente, com seus ensaios *Mujer que sabe latín* (1973), fazendo referência ao refrão popular, “mulher que sabe latim/não tem marido nem bom fim”¹⁸, voltaria ao cerne da questão da intelectualidade na vida da mulher como tradicionalmente vista na sociedade mexicana, a educação formal, a imagem da mulher na sociedade, entre outros ensaios.

Sobre essa ironia, quando Margo Glantz escreve o texto *Las hijas de la Malinche* (1994), refere-se a “os truques dos fracos”¹⁹ (GLANTZ, 1994, p. 197), termo de Josefina Ludmer em relação à poesia de Sórora Juana: “Neste duplo gesto combinam a aceitação do seu lugar subordinado (as mulheres calam a boca), e a sua malandragem: não dizer mas saber, ou dizer que não sabem e saber, ou dizer o contrário do que elas sabem”.²⁰ (LUDMER, 1985, p. 51). Os truques são as estratégias do mais fraco, “táticas de resistência, submissão e aceitação do lugar asignado pelo outro, com antagonismo e enfrentamento, retiro de colaboração” (LUDMER, 1985, p. 52). O truque “consiste em que, a partir do lugar atribuído e aceito, não só se altera o sentido daquele lugar, mas o próprio sentido do que nele se estabelece”.²¹ (LUDMER, 1985, p. 53). Também são os artifícios, ou recursos necessários para conseguir sobreviver. Uma vez que Sórora Juana não poderia abertamente confrontar o sistema, ela conseguiu, através da poesia barroca e do tom irônico de *Respuesta a Sor Filotea* (1691),²² defender a capacidade intelectual feminina frente a um sistema opressor

17. “He de mantener la casa impecable, la ropa lista, el ritmo de la alimentación infalible. Pero no se me paga ningún sueldo, no se me concede un día libre a la semana, no puedo cambiar de amo. (...) En mis ratos de ocio me transformo en una dama de sociedad que ofrece comidas y cenas a los amigos de su marido, que asiste a reuniones, que se abona a la ópera, que controla su peso, que renueva su guardarropa, que cuida la lozanía de su cutis, que se conserva atractiva, que está al tanto de los chismes, que se desvela y que madruga, que corre el riesgo mensual de la maternidad, que cree en las juntas nocturnas de ejecutivos, en los viajes de negocios y en la llegada de clientes imprevistos.”

18. “Mujer que sabe latín/ no tiene marido ni buen fin.”

19. “Las tretas del débil.”

20. “En este doble gesto se combinan la aceptación de su lugar subalterno (cerrar el pico las mujeres), y su treta: no decir pero saber, o decir que no sabe y saber, o decir lo contrario de lo que sabe.”

21. “Consiste en que, desde el lugar asignado, aceptado, se cambia no solo el sentido de ese lugar sino el sentido mismo de lo que se instaura en él.”

22. “Resposta à Sor Filotea.”

e machista da Nova Espanha do século XVII. A mulher que finge não saber latim, de Castellanos, também opera através de estratégias. Em Glantz, as filhas da Malinche, nome em espanhol para a indígena náhuatl Malintzin, intérprete e mulher do colonizador Hernán Cortés, seriam todas as mulheres mexicanas, mestiças e filhas da mulher estuprada. As filhas são, ao mesmo tempo, fundacionais para o estabelecimento da nação moderna, como mestiças, mas também rejeitadas como sinal do anti-patriotismo, ao representar a submissão ao europeu.²³ Esse tema, tão recorrente na cultura mexicana do século XX, termina estabelecendo sempre a mulher como ser periférico, que deveria ser valorizada como procriadora da nova Nação Mexicana, mas que é, ao mesmo tempo, motivo de vergonha pela submissão ao colonizador, homem.

Ainda que intelectuais como Castellanos, Glantz e Ferré não tenham chegado à popularidade comercial, finalmente, no que se chamou de Pós-*Boom* dos anos 80, algumas escritoras hispano-americanas ganharam destaque, com popularidade e público leitor mais amplo. Os homens haviam tido impacto editorial na geração anterior dos anos 60 (aqui citando nomes como García Márquez, Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, Carlos Fuentes), segundo a crítica Helena Araújo (1983). Houve crescimento editorial e expansão global, mas contemporâneas como Rosario Castellanos e Elena Poniatowska foram deixadas de lado em termos comerciais. A própria Elena Garro não foi considerada como integrante do *Boom*, apesar de publicar e fazer parte do grupo social daqueles escritores. Algumas conquistas editoriais foram a publicação de *La casa de los espíritus* (1982), de Isabel Allende, seguida de *Arráncame la vida*, de Ángeles Mastretta (1985), e *Como agua para chocolate* (1989), por Laura Esquivel. Foram romances populares em sua época, lidos por um público leitor feminino e, no caso dos dois últimos citados, até transformados em filme.

Entretanto, o lugar destas escritoras ainda era de uma literatura popular menos valorizada. Consideramos especificamente a imposição de valores canônicos a um grupo de escritoras que não tiveram a mesma genealogia literária – e nem as mesmas oportunidades – e cuja literatura se desenvolveu de forma diferente. Muitas são categorizadas com o termo pejorativo de “literatura rosa”, cunhado em espanhol para romances românticos considerados de menor valor literário. Assim, Marta Traba, em “Hipótesis de una literatura femenina”, pergunta: “Por que a literatura das mulheres, feita a partir de um lugar de marginalização econômica e cultural, tem medo de ser lida à margem da perspectiva do cânone literário?” (1985, p.26). Seríamos incapazes de analisar uma literatura com diferentes estratégias discursivas?

Somente um exemplo seria o que representou para a escrita feminina quando se criou o termo *feminismo mágico*, por Patricia Hart, a partir do uso do “realismo mágico” da década de 1960. A definição de realismo mágico difundiu-se com a publicação do crítico alemão Franz Roh em 1927, quando o autor descreveu um estilo de pintura nas artes visuais que superava o expressionismo: no que descreveu como a construção de “corpos inauditamente reais, estranhos esquemas misteriosos”²⁴ (CANTERO ROSALES, 2004, p. 136). Tal terminologia seria intensamente discutida em relação a escritores do *Boom* como Alejo Carpentier e García Márquez, e Patricia Hart

23. Malinche foi raptada ou vendida (as referências não apontam com precisão o que realmente aconteceu) como escrava para traficantes, aprendendo idiomas indígenas como Maya, Azteca e de outros grupos, e sendo posteriormente oferecida ao conquistador espanhol Hernán Cortés. De nítida vítima, ela é apontada como traidora pelos historiadores e imaginação nacional, conforme analisada na obra de Octavio Paz, para posteriormente ser ressignificada dentro da cultura Chicana (Pratt, 1993)

24. “cuerpos inauditamente reales, extraños esquemas misteriosos.”

discute feminismo mágico para diferenciá-lo do realismo mágico, tipicamente de autoria masculina, de décadas anteriores. Define o feminismo mágico como “realismo mágico usado em um romance *centrado no feminino*, ou para fazer uma observação autêntica sobre o comportamento e a *condição das mulheres* nas condições sócio-históricas descritas no romance” (CANTERO ROSALES, 2004, p. 174). Encontramos essa tendência nas obras de Rosario Ferré, já nos anos 70, com a publicação de *La Muñeca Menor*, em *Los Papeles de Pandora* (1976), ou ainda traços anteriores desse feminismo mágico podem ser encontrados na publicação de *Recuerdos del Porvenir* (1963) de Elena Garro, já incluindo elementos que se caracterizariam como o *real maraviloso* definido por Carpentier, ou mesmo em *El árbol* (1939), de María Luisa Bombal. Em Bombal, um exemplo seria a transformação da protagonista Isabel, uma mulher de classe média e casada, em pedra, no final da narrativa.

A última questão, mas não menos relevante, é a questão da permanência dessa empreitada de rompimento do canônico dentro de uma perspectiva elitista: seja da europeia de classe média ou da rebelde burguesa latino-americana. Um princípio, ainda mínimo, de questões de raça e classe social seria visto com a inclusão de vozes marginalizadas através da novela testemunhal de fins do século XX, como uma das formas mais cultivadas na América Latina, e que inclui neste paradigma as novelas de Elena Poniatowska *Hasta no verte*, *Jesús Mío* (1969), sobre a vida de uma mulher chamada Jesusa Rodrigues, soldado da Revolução Mexicana; *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (1983) da indígena e recipiente do Nobel da Paz maya-quiché Rigoberta Menchú; e *Si me permiten hablar* (1977), de Domitila Barrios de Chungara, líder do movimento dos trabalhadores e que discute sua vida nas minas da Bolívia. Ainda dentro do processo de transgressão de padrões e de ansiedade autoral, podemos refletir sobre quanto falta incluir de novas formas de literatura, como as de minorias citadas acima, para construirmos um cânone verdadeiramente diverso.

Em conclusão, retornando ao ponto principal, a capacidade dessas mulheres escritoras de saírem do anonimato se deu, historicamente, através de contínuas transgressões praticadas por monjas, burguesas e rebeldes (RIVERO, 1982). Discutimos os desafios materiais, mas também o conceito de “ansiedade autoral”, para pensarmos na necessidade de modelos que permitam inspirar, mas também transgredir o cânone literário. A leitura do texto feminino fora do cânone literário é necessária: como sugerido por Glantz, uma tradição realizada na exceção teria que ser lida levando-se em conta suas próprias peculiaridades. Até o final do século XX, temos finalmente a participação mais ativa de uma literatura feita por mulheres — embora com todos os desafios mencionados. Resta-nos continuar a tarefa de inclusão, resgate e, principalmente, motivação para que escritoras latino-americanas, especificamente, tenham acesso à liberdade artística e possam continuar seu trabalho literário. De que maneira, para realizarmos por fim uma inclusão real, precisamos ir às margens, sair do anonimato e pensar no cânone ainda como, primeiramente, branco, burguês, mas também urbano, falante de uma das línguas oficiais da América Latina? Constantemente excluimos aquelas comunidades que não têm acesso à cultura canônica. A universidade tem tentado abrir as portas para vozes de mulheres e vozes de minorias. Mas sabemos que é uma batalha longa. O exemplo de Menchú, citada acima, é de uma luta de mulher Maya quiché, fruto da reivindicação dos povos camponeses contra o genocídio que ocorreu na Guatemala. Ganhou o Nobel e gerou uma controvérsia quanto à veracidade da sua própria identidade (STOLL e ARIAS, 2002), fruto de uma polêmica que se centra na questão da literatura de testemunho, mas que mostra o apagamento de qualquer discurso que venha das margens como irregular ou estranho. Voltemos à introdução, para

a polêmica entre Woolf e Ocampo, da fome espiritual e da criação de novos paradigmas para a literatura feminina, para dizer que, embora haja um grande distanciamento entre as duas escritoras, estabeleceu-se entre elas um diálogo feminista transnacional, que foi fundamental para os países de língua espanhola, já na década de 30, quando Ocampo estava difundindo o feminismo na América Latina e seu papel foi fundamental nessa luta. Perguntemos: de que maneira o século XX contribuiu para o surgimento de novas vozes, frente aos avanços e retrocessos descritos quanto ao feminismo? Como continuamos esse resgate de discursos do “feminino/feminista” (FRANCO, 1994; RIVERO, 1994-1995) para assim evitar outras formas de silenciamento?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLENDE, I. **La casa de los espíritus**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1982.
- ARAÚJO, H. **La Scherezada Criolla: Ensayos Sobre Escritura Femenina Latinoamericana**. 1a ed. Bogotá, Colombia: Centro Editorial, Universidad Nacional De Colombia, 1989.
- _____. Escritoras latinoamericanas ¿por fuera del “Boom”? **Quimera**, 30, 1983, p. 8-11.
- BLOOM, H. **The Anxiety of Influence: A Theory of Poetry**. Oxford: Oxford University Press, 1973.
- BOMBAL, M. L. **La última Niebla (1939); La Amortajada**. 1.st ed. Barcelona: Seix Barral, 1984.
- CANTERO ROSALES, M.A. La narrativa de mujeres de los años ochenta: el otro Boom. **El ‘boom femenino’ hispanoamericano de los años ochenta: un proyecto narrativo de ‘ser mujer’**. Granada: Ed. Universitaria, 2004.
- CASTELLANOS, R. “Lección de Cocina.” **Álbum de familia**. In: Obras, vol. I. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1971 [1989], p. 837-847.
- CASTELLANOS, R. **Mujer que sabe latín...** México, DF: Secretaría de Educación Pública, 1973.
- CASTILLO, D. **Talking Back: Toward a Latin American Feminist Literary Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- CRUZ, JUANA INÉS DE LA, 1651-1695. “Hombres necios que acusáis (s. XVII).” In: ORTEGA, J., PELLÓN, G. e GASPAR, M. **Letras de Hispanoamérica: Nueva Antología de la Literatura de las Américas**. Boston: Vista Higher Learning, 2014.
- _____. 1651-1695. **Carta Atenagórica; Respuesta a Sor Filotea [Pseud.]**. México :Ediciones Bontas, 1934.
- BARRIOS DE CHUNGARA, D., Viezzer, M. “**Si Me Permiten Hablar ... “ : Testimonio De Domitila, Una Mujer De Las Minas De Bolivia**. (1977) 5th ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.
- ESQUIVEL, L. **Como Agua Para Chocolate: Novela De Entregas Mensuales Con Recetas, Amores, y Remedios Caseros**. New York: Doubleday, 1993. Print.
- FERRÉ, R. La muñeca menor. **Papeles de Pandora**. México, DF: Joaquín Mortiz, 1976.
- _____. La cocina de la escritura. **Sitio a Eros**. México: Joaquín Mortiz, 1980, p. 13-33.
- FRANCO, J. **An Introduction to Spanish-American Literature**. New York: Cambridge University Press, 1994.

- GARRO, E. **Recuerdos del Porvenir** (1963). Madrid, Alfaguara, 2019.
- GILBERT, S., GUBAR, S. **The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination**. Yale University Press, 1980.
- _____. **The Norton Anthology of Literature by Women: The Traditions in English**. 3rd ed. New York: Norton & Company, 2007.
- GLANTZ, M. **La Malinche: Sus Padres y sus Hijos**. México: UNAM, 1994.
- GUERRA-CUNNINGHAM, L. **Splintering darkness: Latin American women writers in search of themselves**. Pittsburgh, Pa. : Latin American Literary Review Press, 1990.
- _____. **Mujer y sociedad en América Latina** (1980). Irvine: Universidad de California, 1980.
- LUDMER, J. Las tretas del débil. **La sartén por el mango**. Puerto Rico: Ediciones El Huracán, Puerto Rico, 1985. 47-54.
- MASTRETTA, Á. **Arráncame la vida**. Mexico: Ediciones Oceano, 1985.
- BURGOS-DEBRAY, E. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. 1983. Ciudad de Mexico: Siglo XXI Ediciones, 1998.
- MLA Award for Lifetime Scholarly Achievement. **MLA 2021 Conference**. Toronto, Canada. <https://www.mla.org/Resources/Career/MLA-Grants-and-Awards/Winners-of-MLA-Prizes/MLA-Award-for-Lifetime-Scholarly-Achievement>
- OCAMPO, V. Carta a Virginia Woolf (1934). **Revista de Occidente** (1993): 146-147.
- PONIATOWSKA, E. **Hasta no verte, Jesús Mío**. 1969. México: Ediciones Era, 1996.
- PRATT, M. Yo Soy la la Malinche: Chicana Writers and the Poetics of Ethnationalism. **Callaloo** (1993) 16.4: 859-873.
- RIVERO, E. Hacia Una Definición De La Lírica Femenina En Hispanoamérica. **Revista/Review Interamericana** (1982) 12.1: 11-26.
- _____. Precisiones de lo femenino y lo feminista en la práctica literaria hispanoamericana. **Inti: Revista de Literatura Hispánica** (1994-1995) 40-41: 21-48.
- SHOWALTER, E. La crítica feminista en el desierto. In: ARAÚJO, N, DELGADO, T. (Ed.) **Textos de teorías y crítica literaria (del formalism a los estudios postcoloniales)**. Barcelona, Anthropos, 2010.
- STOLL, D., ARIAS, A. Rigoberta Menchú. **PMLA** (Jan. 2002) 117.1: 123-126.
- TRABA, M. Hipótesis de una literatura femenina. **La sartén por el mango: encuentro de escritoras latinoamericanas**. Río Piedras, P.R: Ediciones Huracán, 1997.
- WOOLF, V. **A Room of One's Own**. Guttenberg Project: Feedbooks, 1929.
- _____. Mr. Bennett and Mrs. Brown. **Hogarth Essays no. 1**. London: Hogarth Press, 1924.

O ÚTERO POLÍTICO DE OXUM: UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL SOBRE A MATERNIDADE

Leyla Thays Brito da Silva*

RESUMO

Este artigo busca problematizar, com base no sistema mítico feminino do candomblé, o pressuposto feminista ocidental da maternidade como mecanismo patriarcal de opressão às mulheres. Partindo do mito nagô de Oxum, considerado aqui como uma episteme decolonial sobre a potencialidade procriativa feminina, nosso objetivo é discutir a instituição maternidade em suas faces ambíguas de opressão e de empoderamento. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresentamos as contradições das teóricas feministas brancas europeias e estadunidenses sobre a experiência da maternidade. Posteriormente, discutimos a crítica do feminismo negro. Por fim, utilizamos o mito de Oxum, no contexto do candomblé, como chave de leitura afrobrasileira da instituição maternidade.

Palavras-chave: Maternidade; Epistemologia decolonial; Oxum.

ABSTRACT

This article pursues to problematize the western feminist assumption of motherhood as a patriarchal mechanism of women oppression, based on the feminine mythical system of Candomblé. Starting from the Nagô myth of Oshun considered here as a decolonial episteme about female procreative potential, our objective is to discuss the maternity institution in its ambiguous aspects of oppression and empowerment. Therefore, through a bibliographical research, we present the contradictions of European and North American white feminist theorists about the experience of motherhood. Subsequently, we discuss the black feminist criticism. Lastly, we use the myth of Oshun, in the context of Candomblé, as an Afro-Brazilian reading key of the maternity institution.

Keywords: Motherhood; Decolonial epistemology; Oshun.

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências das Religiões do Centro de Educação da UFPB. Mestra e Doutora em Letras (UFPB, 2008/2016). E-mail: leyla.brito@academico.ufpb.br

1. INTRODUÇÃO

Quando o mundo foi criado, os orixás reuniram-se na Terra para deliberar e definir os seus domínios, convidando apenas os homens para as decisões. Oxum ficou inconformada com a soberba masculina em excluí-la das altas deliberações, logo ela, senhora da fertilidade e das águas doces, sem as quais a vida não é possível. A vingança de Oxum foi implacável. A vida deixou de se renovar sobre *Aiyé*, as sementes não germinaram e os ventres não geraram mais rebentos. Os homens, desesperados pela falta de filhos que pudessem dar continuidade à sua história e às suas conquistas, foram ao encontro do supremo Olodumaré, que, ao saber da exclusão de Oxum das reuniões, orientou os orixás a convidá-la e as outras mulheres. Sem elas, a vida não se renovaria e nada teria uma continuidade. (PRANDI, 2004, p. 345).

Introduzo o presente texto com esse excerto mítico nagô¹, considerando aqui a palavra “mítico” em seu sentido fundador e instaurador de realidades discursivas. No tempo da criação, a palavra primordial materializa-se em sua função de estabelecer ordem e direcionamentos para a vida humana. A cena mítica nagô presentifica uma disputa política primal. O poder feminino, inscrito pela fúria de Oxum, reside no seu potencial reprodutor, que se manifesta na suspensão da fecundidade. A pedagogia desse mito traz gestos inaugurais na divisão dos papéis políticos entre as categorias sociais homem e mulher. Há um ato masculino em estabelecer uma ordem gestora dominante, que compõe a civilização humana, porém sem a participação feminina. Contudo, a insubordinação de Oxum opera o gesto civilizatório essencial desse mito. A suspensão do papel da fêmea procriadora surge como ato político inaugural, pela equidade na partilha dos poderes. A potência procriativa das mulheres é usada como arma contestatória, inaugurando o seu valor civilizatório, para além do natural. Ocorre, portanto, a interrupção da fertilidade feminina, não como negação, mas como gesto político reivindicatório. O domínio sobre a fecundidade permite a Oxum conceber ou interromper a vida. Privando os homens e os deuses da procriação, Oxum conquista seu posto nas decisões civilizatórias e permite às mulheres o lugar nas assembleias deliberativas. A maternidade e a capacidade de recusá-la levam à conquista de um *status* público de liderança política.

Com esse texto, pretendemos discutir como o saber mítico nagô, a partir da entidade Oxum, produz uma epistemologia decolonial à produção de debates em torno da categoria maternidade e das pautas a ela atreladas, como o direito reprodutivo e a divisão sexual do trabalho. Para tanto, faremos um percurso pelas abordagens da crítica feminista ocidental e da crítica do feminismo negro, para, enfim, chegarmos a uma proposta de leitura negro-feminista, considerando o útero de Oxum como fundamento epistemológico.

2. MATERNIDADE E OPRESSÃO DE GÊNERO NAS TRADIÇÕES FEMINISTAS OCIDENTAIS

A maternidade foi objeto central das discussões e reivindicações das críticas feministas europeias e estadunidenses, que, num primeiro momento, identificaram-na como uma das principais causas da dominação do sexo masculino sobre o feminino. A crítica feminista inicia-se no

1. Termo genérico utilizado pelo tráfico negreiro para designar os falantes da língua yorubá, vendidos na Costa dos Escravos, que compreendia o litoral do atual Benin, da Nigéria e do Togo.

sentido de questionar o acirramento da ideologia de feminilidade, formulada no período da industrialização, no século XIX, e intensificada após a Segunda Guerra. A publicação de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, traz críticas contundentes à produção patriarcal de uma ontologia opressora, que aferrava o destino feminino à maternidade e ao lar.

O Segundo Sexo postulou as matrizes teóricas da Segunda Onda Feminista (entre as décadas de 60 e 80), em que “as políticas do corpo assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução e buscando-se a plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contracepção)”. (SOIHET, 2013, p.124). O debate, nesse período, privilegiou a crítica à maternidade como destino sagrado e fisiológico, pondo em questão as ideologias do instinto materno, da mística do amor maternal, que constrangeram as mulheres a aceitar condições de vida alienantes, privando-as de um projeto de vida mais autônomo. Pôde-se, então, enunciar o direito de ser mulher sem ser mãe. As feministas radicais compreendiam que “apenas uma liberação, a mais completa possível, das funções reprodutoras e das restrições da maternidade poderiam abolir a diferença sexual como modo de organização das relações sociais”. (CORBEIL, 1987, p. 145). Nesse ponto do debate, a maternidade passa a ser apreendida como um *handicap* (uma deficiência) limitante das potencialidades existenciais das mulheres.

O livro de Betty Friedan, *The Feminist Mystique*, de 1963, postula a ideia de uma mística imputada às mulheres a partir de padrões de feminilidade voltados à figura da mãe, da esposa e da dona de casa. A autora discute sobre o acirramento desta ideologia no contexto pós-Segunda Guerra. Os homens, desejosos da quietude do lar após os enfrentamentos nas batalhas, teriam produzido o ideal da heroína dona do lar, esposa-mãe. Tal demanda masculina agenciou uma série de disparadores para que essa mística fosse efetivamente introjetada. A mídia empenhou-se, sem economia de esforços, na atualização e propagação dessa feminilidade mistificada:

A transformação refletida nas páginas das revistas femininas tornou-se nitidamente visível em 1949 e prosseguiu pela década de 50. “A feminilidade começa em casa”, “Talvez o mundo seja mesmo dos homens”, “Tenha filhos enquanto jovem”, “Como conquistar um homem”, “Devo deixar de trabalhar quando nos casarmos?”, “Você está treinando sua filha para dona de casa?”, “Carreiras domésticas”, “As mulheres precisam mesmo falar tanto?” (FRIEDAN, 1971, p. 41)

Para Friedan, o trabalho fora de casa seria a porta para a libertação das mulheres. Ao deixarem de ser meras donas de casa, quebrariam as correntes da dependência econômica, intelectual e emocional, uma vez que o trabalho doméstico seria, segundo a autora, um dos principais agenciadores da alienação e imbecilização feminina. “Uma batata cozida, mesmo ampliada, não tem o tamanho do mundo, e tirar o pó da sala – com ou sem pintura – não é trabalho que exija reflexão ou energia bastante para desafiar a capacidade total da mulher.” (FRIEDAN, 1971, p. 60)

A crítica de Friedan, embora parta de um discurso universalizante, diz respeito a um grupo seleto de esposas brancas, de classe média e alta, com formação superior, frustradas pela não realização de uma carreira. A autora sequer lembra-se das mulheres sem homens, sem filhos, sem formação, sem um lar, ignorando mulheres não-brancas ou pobres. (HOOKS, b. 2019, p. 28).

2. A MATERNIDADE NO FEMINISMO NEGRO

O pensamento feminista negro desponta nos Estados Unidos a partir da década de 70, com a produção intelectual de pensadoras negras que denunciaram o racismo presente nas organizações feministas da Segunda Onda. Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, entre tantas outras, trouxeram formulações teóricas importantes sobre as diferenças de *status* entre mulheres brancas e negras, propondo conexões entre as categorias gênero, raça e classe, como projeto teórico e político.

A revisão crítica do feminismo negro destacou como as opressões coloniais escravocratas impuseram modos distintos de assujeitamento às mulheres negras, não analisados e mesmo escamoteados pelas feministas brancas. Desse modo, os pressupostos da “divisão sexual do trabalho” e da “maternidade como destino”, formulados pelo feminismo branco, receberam outros direcionamentos teóricos, mais coerentes com a trajetória das mulheres negras nos Estados Unidos.

Angela Davis, em seu clássico *Mulheres, Raça e Classe*, publicado em 1981, discorre sobre as dinâmicas de exploração capitalista, priorizando a articulação entre racismo e gênero. Segundo Davis (2016), o trabalho das mulheres negras na escravidão deve ser ponto de partida para a compreensão das dinâmicas de opressão de gênero sobre elas.

No cenário escravocrata, a mulher negra era assujeitada a um regime de trabalho integral, em que dificilmente poderia exercer as funções de mãe, esposa e dona de casa. Sendo assim, “a julgar a crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias”. DAVIS, 2016, p. 18)

As ideologias que forjaram uma vocação feminina à vida doméstica e à maternidade, denunciadas pelas feministas, desde Beauvoir, ganha nuances marcadas pelas explorações do contexto escravocrata. Para Davis (2016, p. 18-19), os afazeres domésticos, enquanto essência do trabalho das escravizadas, não corresponde inteiramente à realidade. A maioria delas trabalhava na agricultura. Desde meninas, eram designadas às lavouras de algodão, cana e tabaco, assim como grande parte dos homens negros. Contudo, quando era conveniente aos donos, as mulheres negras sofriam opressões específicas, tipificadas ao gênero feminino, pelo patriarcado colonial. “Quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, eram reduzidas à condição de fêmeas.” (DAVIS, 2016, p. 19).

Com a abolição do tráfico internacional de escravos, os proprietários tiveram de promover métodos de reprodução, para ampliar seu contingente de mão-de-obra escrava. Consequentemente, a fertilidade das mulheres negras passou a ser cobiçada. Ao mesmo tempo em que a reprodução foi imposta, o direito à maternidade foi negado, já que as crianças, frutos desse modo de exploração, eram vendidas e enviadas para longe. “A exaltação ideológica da maternidade (...) não se estendia às escravas; aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava.” (DAVIS, 2016, p. 19)

A partir desse quadro histórico apresentado por Angela Davis, é importante compreender como a maternidade ganha outros contornos, enquanto categoria dos estudos feministas negros, ao ampliar e complexificar o que havia sido produzido pelo feminismo clássico de Beauvoir e seus desdobramentos na Segunda Onda. O direito à maternagem, nessa perspectiva, torna-se uma das

agendas políticas para as mulheres negras. Exercer sua maternagem, ter o direito de amamentar e de educar seus filhos se configura como uma luta negro-feminista urgente. Basta mencionar aqui como as agruras da maternidade na escravidão ainda se perpetuam com o genocídio da população negra, não apenas nos Estados Unidos, mas em outros países forjados pelo colonialismo escravocrata. No Brasil, quantas mães negras ainda irão perder os seus filhos para o Estado genocida fundado no racismo colonial, assim como as mães de João Pedro, Miguel e Ágata, para que se desenvolvam políticas que assegurem condições de maternagem a essas mulheres?

O feminismo negro, considerando as opressões de gênero, classe e raça, remodela as discussões e lutas pelos direitos reprodutivos, encetadas pelas feministas brancas. Não há dúvida de que as pautas sobre a maternidade voluntária, os métodos contraceptivos e o aborto são pontos importantes para a emancipação das mulheres de todas as classes e raças. Contudo, os movimentos feministas pelos direitos reprodutivos, como a campanha pelo direito ao aborto, em 1970, nos Estados Unidos, foram insuficientes para o combate ao racismo e à exploração de classes.

Quando eram levantadas questões sobre a ausência de mulheres racialmente oprimidas, tanto no movimento mais amplo quanto na campanha pelo direito ao aborto, duas explicações eram comumente apresentadas nos debates e na literatura do período: as mulheres de minorias étnicas estavam sobrecarregadas pela luta de seu povo contra o racismo; e/ou elas ainda não haviam se conscientizado da centralidade do sexismo. Mas o real significado da pele branca como leite da campanha pelo direito ao aborto não seria encontrado na consciência aparentemente míope ou subdesenvolvida das mulheres de minorias étnicas. A verdade está escondida nas bases ideológicas do próprio movimento pelo controle de natalidade (DAVIS. 2016, p. 206)

A esterilização involuntária era uma das pautas defendidas por esse movimento, sendo uma forma racista de controle de natalidade, já que visavam a população pobre e negra. Quanto ao argumento de que as mulheres de minorias étnicas não tinham interesse nem condições para entender as reivindicações pelo direito ao aborto, a realidade e a história delas revelam o contrário. “As mulheres negras têm autoinduzido abortos desde os primeiros dias da escravidão. Muitas escravas se recusavam a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual de mulheres eram as condições da vida cotidiana.” (DAVIS. 2016, p. 207)

No Brasil, segundo estudo de 2020, publicado nos *Cadernos de Saúde Pública*, a maioria das mulheres que foram a óbito por aborto não especificado, entre 2006 e 2015, eram negras e indígenas, com baixa escolaridade, com menos de 14 anos e mais de 40. (CARDOSO *et alii*. 2020, p. 11). O cenário atual brasileiro não é muito diferente do contexto do movimento pro-aborto nos Estados Unidos, que venceu a luta pela legalização em 1973. Nesse período, no país norte-americano, 80% das mortes por abortos ilegais eram de mulheres negras e porto-riquenhas. Para Davis, as campanhas pelo direito ao aborto, naquele momento, “deveriam ter percebido que essas mulheres não estavam dispostas a expressar sentimentos pró-aborto. Elas eram a favor do direito do aborto, o que não significava que fossem defensoras do aborto”. (DAVIS, 2016, p. 207).

Essa ponderação de Davis também traduz grande parte das vivências das mulheres negras periféricas do Brasil. O silêncio dessas mulheres – e a recusa a uma retórica pró-aborto – não signi-

fica incompreensão da importância dessa luta. Há muitos meandros que as fazem silenciar. Diante das estatísticas sobre a mortalidade das mulheres negras por aborto, não há dúvida de que, tanto a defesa pela descriminalização do aborto quanto a implementação de políticas públicas a respeito do assunto estão entre as pautas centrais do feminismo negro.

No tocante às funções domésticas das mulheres negras, o feminismo negro atentou para as nuances aí subjacentes, não observadas pelo feminismo clássico. Primeiramente, o trabalho como libertação, conforme proclamado por Betty Friedan, não dá conta da vivência subalterna das mulheres negras, que, trabalhadoras desde sempre, foram exploradas e mal remuneradas em suas ocupações. A manutenção do racismo, no próprio seio desse discurso, foi destacada pelo feminismo negro, quando apontou a exploração do trabalho doméstico negro pelas mulheres brancas burguesas, que começaram a investir em suas carreiras profissionais. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) de 2018, o Brasil emprega cerca de 6,5 milhões de pessoas no setor das tarefas domésticas, dessa mão de obra, as mulheres negras respondem por 68%³. A identificação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico evidencia resquícios da escravidão. Os trabalhos de ganhadeiras, faxineiras, cozinheiras, amas de leite, nos moldes da casa-grande, se prolongam na experiência contemporânea de boa parte das mulheres negras. O trabalho doméstico brasileiro, precarizado e mal remunerado, é atravessado por símbolos escravistas, como o quartinho da empregada (a senzala moderna), localizando a existência profissional das mulheres negras no servilismo.

Contudo é importante pontuar como a vivência da diáspora africana, a partir de suas heranças originárias, trouxe outra realidade, destoante da relação entre gênero e trabalho doméstico no Ocidente. Na vida na senzala, em que os escravizados gestavam sua economia doméstica, não havia divisão desigual do trabalho entre os sexos.

A questão que se destaca na vida doméstica nas senzalas é a da igualdade sexual. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmos, e não para o engrandecimento dos seus senhores, era cumprido em termos de igualdade. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguiu realizar um feito impressionante, transformando igualdade negativa, que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos, em uma qualidade positiva: o igualitarismo de suas relações sociais. (DAVIS, 2016. p. 230)

Desse modo, o trabalho doméstico, entre os próprios escravizados e escravizadas, não era generificado, o que revela vestígios culturais africanos. Se os pressupostos sexistas do patriarcado colonial delimitaram grande parte dos serviços domésticos às mulheres negras, os arranjos comunitários, orquestrados pelos escravizados, trazem outro olhar sobre a valoração dos afazeres domésticos, não limitados à ideia de feminilidade. Sendo um trabalho de valor social reconhecido nas culturas africanas, não é por acaso que, a partir do trabalho doméstico, “a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela quanto para os homens”. (DAVIS. 2016, p. 29)

3. OXUM: FUNDAMENTO PARA UMA EPISTEMOLOGIA AFRO-BRASILEIRA

A narrativa sobre a insubordinação de Oxum faz parte de um complexo sistema simbólico,

ligado ao culto dos orixás, praticado por grupos étnicos da África Ocidental. Essa liturgia, transposta para o Brasil, adquiriu feições próprias das condições sociais de desterritorialização e da fragmentação étnica imputadas aos africanos. Nessas circunstâncias, criou-se o candomblé, segundo um regime de sincretismo que contempla mitos e ritos de diferentes regiões da África Negra, com predominância dos grupos provenientes da Nigéria e do Daomé (atual Benin), genericamente denominados nagôs. (SODRÉ, 2018, p. 88)

As representações materiais e simbólicas do candomblé, provenientes da África Ocidental pré-colonial, traduzem “um modo particular de produção das relações sociais, políticas e econômicas, que determinaram a emergência de um sistema de representações que opera com categorias e valores personificados em figuras míticas (os orixás).” (CARNEIRO & CURY, 2008, p. 101) O culto aos orixás possibilitou, à diáspora africana escravizada e a seus descendentes, a preservação e a recriação de organizações sociais e litúrgicas dos reinos africanos, como estratégias simbólicas e materiais de insubordinação à escravidão e ao racismo. Foi possível, com a criação do sistema mítico do candomblé, construir mecanismos de sobrevivência e de restituição de pertencimento ao grupo originário, a partir de um referencial cosmológico e ético divino.

Sueli Carneiro e Cristine Cury (2008) desenvolvem reflexões acerca do poder feminino no culto aos orixás, que servirão, neste trabalho, como orientações epistêmicas para a leitura da maternidade sob um ponto de vista feminista decolonial. Segundo as autoras, no período pós-abolição no Brasil, homens e mulheres negras foram excluídos da nova ordem econômica, promovida com a industrialização, que acolheu prioritariamente a mão-de-obra imigrante. Por trás dessa preferência, havia motivações várias, dentre elas o branqueamento da sociedade brasileira. Os homens negros, aliados do processo de industrialização, tiveram que se submeter a tarefas das mais aviltantes e marginalizadas. Já as mulheres negras acolheram a responsabilidade de garantir a coesão comunal e a preservação das tradições africanas, especialmente as religiosas. A remuneração com as atividades domésticas, apesar de todas as suas faces escravistas, permitiram-lhes criar seus filhos, carnavais e de santo, construir terreiros, adorarem, cantarem e dançarem para seus orixás, nos quais puderam se nutrir espiritualmente para, então, enfrentar as hostilidades do racismo. A determinação e a persistência dessas lideranças femininas se fizeram com astuciosa capacidade de articulação política, para a defesa dos seus. Mãe Menininha do Gantois, filha de Oxum (1894 – 1986), traduz a potência política das mães de santo e suas estratégias perspicazes de resistência. Jorge Amado relata que “Mãe Menininha conquistou ampla admiração pelo exercício de uma qualidade muito familiar aos políticos; era uma mestra no jogo de alternar a conciliação e a resistência. Nunca se rebelou contra o poder, seja do Estado ou da Igreja Católica, que apoiava a perseguição ao Candomblé, mas também jamais se rendeu”. (*apud* NÓBREGA & ECHEVERRIA, 2006, p. 89)

As referências míticas nagô trazem às mulheres de santo um panorama ético, a partir do qual alimentam sua força combativa. A mitologia codifica a existência a partir das condutas dos orixás, aos quais são atribuídos domínios sobre elementos naturais, que determinam seu axé (força). Dessa vinculação dos orixás a elementos da natureza, estabelecem-se características psíquicas e comportamentais. O orixá masculino Ogum, por exemplo, que aparece como aquele que detém os domínios do ferro, é um guerreiro, de temperamento inflexível, como o metal que comanda. O indivíduo que tem Ogum como seu *orí* (orixá pessoal), encontra aí referencial simbólico que o orienta em seus conflitos. Na condição de *orí* (cabeça), os orixás ligam-se aos seres humanos, estruturando sua psique e atitudes. A iniciação no

candomblé, ou “a feitura no santo” busca “sedimentar, no iniciado, o axé de seu orixá pessoal, o axé da nação e da roça à qual pertence”. (CARNEIRO & CURY. 2008, p. 110).

Segundo Carneiro e Cury (2008), as narrativas míticas estruturam-se numa dinâmica interação de disputas entre os sexos. Os princípios genitores feminino e masculino são, respectivamente, a terra (*ayé*) e o além (*orum*), segundo os quais o homem e a mulher se expressam. A concepção da vida no corpo das mulheres dá, na mitologia nagô, centralidade à procriação e à maternidade, a partir das *lyá* (mães) divinas. As ancestrais míticas femininas mais antigas são as *Lyá mi Oxorongá* (minha mãe pássaro), que representam os aspectos mais perigosos, transformadores e potentes do feminino. A palavra Oxorongá advém do nome de um pássaro noturno africano, que produz um som gutural assustador. A simbologia dos pássaros noturnos está associada aos poderes das *lyá mi*, em virtude de sua sonoridade potente e rapidez de locomoção, servindo de referência simbólica para a rapidez com que as desgraças e a felicidade podem se instaurar. Por serem as mais velhas e terem vivido há mais tempo, conhecem mais profundamente os segredos da vida, e, por meio da magia, intervêm na vida e na morte.

As *Lá Mi Oxorongá* são as nossas mães primeiras, raízes primordiais da estirpe humana, são feiticeiras. São velhas mães-feiticeiras, as nossas mães ancestrais. As *Lá Mi* são o princípio de tudo, do bem e do mal. São vida e morte ao mesmo tempo, são feiticeiras. São as temidas *ajés*, mulheres impiedosas. As Oxorongá já viveram tudo o que se tem para viver. As *Lá Mi* conhecem as fórmulas de manipulação da vida, para o bem e para o mal, no começo e no fim. Não se escapa ileso do ódio de *Lá Mi Oxorongá*. O poder de seu feitiço é grande, é terrível. Tão destruidor quanto é construtor e positivo o *axé*, que é a força poderosa e benfazeja dos orixás, única arma do homem na luta para fugir de Oxorongá. (PRANDI, 2004, p. 348)

As *lyá mi* são as mães da humanidade, entidades genitoras a quem se deve a vida primeiramente. Estão ligadas ao “culto aos antepassados”, amplamente identificado na África por especialistas. Os antepassados mortos atuam como mediadores entre o mundo físico e o mundo transcendente, dando acesso aos saberes espirituais. (SANTOS, 2008) Também atuam na manutenção da justiça social e na partilha dos poderes. Importa aqui destacar um aspecto civilizatório específico delas, que repercute nas atitudes insubmissas de Oxum. Segundo Pierre Verger, uma *lyá mi*, “através de sua ação, exerce um papel moderador contra os excessos de poder; mediante suas intervenções, contribui para garantir uma repartição mais justa das riquezas e das posições sociais; impede que um sucesso por demais prolongado permita a certas pessoas controlar exageradamente umas e outras”. (VERGER, 1994, p. 16)

De acordo com Carneiro e Cury (2008), Oxum, assim como as demais orixás femininas cultuadas no candomblé, traduz aspectos socializados das *lyá mi*, contudo, enquanto remanescente destas, detém aspectos temíveis, opostos às suas qualidades. A ira de Oxum, na narrativa que abre este texto, se volta contra a inequidade na partilha dos poderes, repercutindo aspectos das grandes *lyá mi Oxorongá*. Os seus aspectos positivos, que dominam a fertilidade feminina, a estabilidade das águas doces e os ganhos amorosos, viram-se do avesso, dando espaço à infertilidade, à destruição pelas águas e aos males do amor.

A cólera de Oxum, enquanto referencial sagrado de uma conduta de insubmissão, codifica afetos que, por falta de linguagem, são abafados e silenciados. Oxum traz uma episteme para a produção de linguagens insubmissas, ao localizar a fertilidade e a maternidade no polo civilizatório do saber mítico.

A afirmação de uma epistemologia decolonial afro-brasileira identifica-se com a proposta das Epistemologias do Sul, termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos para validar conhecimentos silenciados pelo monopólio da ciência eurocêntrica, e que nasceram nas lutas contra o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo. Em termos geográficos, tal proposição encobre os países de grande parte do Sul Global, que, espoliados pelo colonialismo europeu, não alcançaram desenvolvimento econômico próximos ao Norte Global (Estados Unidos e Europa). Enquanto metáfora, a polarização de Souza não é radical, pois considera as contradições internas de cada um dos polos. Enquanto no Norte há grupos sociais assujeitados a violências capitalistas e colonialistas, no Sul, há os redutos das elites, que se beneficiaram do colonialismo e do capitalismo, as ditas “pequenas europas”. (SANTOS, 2009, p. 12) Nesse sentido, entendemos que Oxum, enquanto fundamento epistemológico para as discussões do feminismo negro brasileiro, vinculada à história de insubordinação e de resistência do povo de santo, contribui para a construção de um conhecimento anticolonialista. O conhecimento pronunciado pela narrativa de Oxum, no âmbito do candomblé, expressa um conhecimento vivo, reproduzido e recriado, no âmbito do ritual, por atores sociais que vivem uma experiência cultural de inter-relação afro-brasileira.

Em sua complexidade, “Oxum lava suas joias, antes mesmo de lavar seus filhos”. (VERGER, 1997, p. 43) O gosto pelo ouro enuncia o cuidado de si, como pré-requisito para o cuidado com o outro. Antes de ser mãe, é preciso ser mulher. Essa postura contraria toda uma dinâmica patriarcal de assujeitamento das mulheres pela maternidade. A deusa patrona da fertilidade, da gestação, é, antes de tudo, mulher. A epistemologia fundamentada em Oxum organiza as fronteiras entre a mulher e a mãe, assegurando os limites de cada uma. Numa perspectiva orientada pelos saberes ancestrais afro-brasileiros, a defesa da mulher em primeiro plano, para que esta possa garantir o cuidado materno aos seus filhos, contribui com a produção de uma abordagem em que a maternidade não engole a subjetividade feminina.

Oxum compõe paradigmas de resistência da diáspora africana no Brasil, dando amparo espiritual e simbólico para que suas filhas se ponham belas no mundo, imprimindo-lhes brilho existencial (o ouro de Oxum). Enquanto Iyá é patrona da gestação, é detentora dos fundamentos da vida e da morte, com fortes poderes ancestrais ligados às terríveis Iyá mi Oxorongá.

Ao longo do nosso percurso, vimos como a crítica feminista se debruçou sobre as questões da maternidade e sobre todo um circuito de ideologias aí relacionado. Contudo, com a revisão crítica do feminismo negro, com Angela Davis, pudemos compreender como a maternidade entre as mulheres negras traz pontos de vistas não contemplados pelas feministas brancas, como o direito à maternagem e o direito ao aborto sob o ponto de vista histórico da escravidão e do racismo. As categorias de gênero e de raça imprimem outros direcionamentos para os debates concernentes à maternidade, no âmbito dos estudos e das agendas feministas, a partir de todo o histórico de opressões e de resistência da população negra.

O conhecimento mítico vivido no domínio religioso do candomblé tornou-se referência ética e espiritual, oferecendo, às mulheres negras, modelos de comportamento contrapostos aos deveres

femininos institucionalizados pelo colonialismo e pelo patriarcado, de modo que puderam fazer política, negociar, liderar comunidades, ter voz pública. A matrifocalidade das roças é o elemento agregador e o que institucionaliza as famílias de santo como alternativa para a desagregação das famílias sequestradas da África e dispersadas no Brasil.

Nesse sentido, a maternidade como destino alienante, segundo expressou determinado nicho do feminismo branco, converte-se, na sabedoria de Oxum, em recurso político. Gestar a vida confere, à orixá, força para reivindicar direitos e ocupar seu lugar nas deliberações políticas. O útero de Oxum, como fundamento epistemológico, promove outro estatuto às mulheres, oposto à lógica patriarcal de assujeitamento pelas ideologias de feminilidade, cujo amplo espectro é fundado na maternidade, na casa e no casamento. Oxum suspendeu seu axé quando excluída da partilha dos domínios da Terra. Sem o devido reconhecimento, seu poder de gestar a vida e cuidar do amor foi recolhido. Enquanto modelo de conduta para as mulheres negras, Oxum nos ensina que, embora seja mãe cuidadosa, esposa carinhosa e mulher dengosa, não dispensa sua força amorosa aos que não a valorizam ou, como teria dito Nina Simone, Oxum nos adverte que “é preciso levantar-se da mesa quando o amor já não é mais servido”.

REFERÊNCIAS

- BAKARE-YUSUF, Bibi. “Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana.” Tradução para uso didático de Aline Matos da Rocha e Emival Ramos BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence*. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003.
- BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARDOSO Bruno Baptista. Fernanda; VIEIRA, Morena; SARACENI, Valeria. “Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?” **Cad. Saúde Pública**. n. 36, p. 1-13. 2020.
- CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. “O poder do feminino no culto dos orixás.” In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 117 – 144.
- CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978.
- CORBEIL, Christine: “La maternité: un défi pour les féministes.” **Revue internationale d’action communautaire**. n 18 (58), automne 1987.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FRIEDAN, Betty. **A Mística feminina**. São Paulo: Vozes, 1971.
- HOOKS, B. **Teoria Feminista**. São Paulo: Perspectiva. 2019.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. “Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade.” In: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis:

- Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 203-247. 2007.
- NÓBREGA, Cida; ECHEVERRIA, Regina. **Mãe Menininha do Gantois**. São Paulo: Ediouro, 2006.
- PRANDI, Reginaldo. **A mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- SCAVONE, Lucila. “Maternidade e Feminismo.” **cadernos pagu**. n. 16, p.137-150, 2001.
- SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7, Letras, 2013.
- SANTOS, I. M. F. “Iá Mi Oxorongá: as mães ancestrais e o poder feminino na religião africana.” Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**: São Paulo, n. 2, p. 59-80, 2008,
- SANTOS, Boaventura S; MENESES, Maria. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. São Paulo: Vozes, 2018.
- SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. “Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica.” **Temporalis**. Brasília: n. 30, jul./dez. 2015.
- VERGER, Pierre. **Lendas Africanas dos Orixás**. Salvador: Corrupio, 1997.
- _____. “Grandeza e decadência do culto de Iyami Osorongá (minha mãe Feiticeira) entre os Yorubá”, in MOURA, C. E. M. (org.) **As Senhoras do Pássaro da Noite**. São Paulo: Edusp, p. 13-72, 1994.

IMPACTOS DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19 NA VIDA DOS(AS) DOCENTES APOSENTADOS(AS) DA UFPB

Maria Ivete Martins Correia*

Marísia Oliveira da Silva**

RESUMO

No Brasil, a infecção provocada pela covid-19 gerou uma crise sanitária que transpôs o ano 2020 e perdura em 2021, sem perspectivas de sua superação a curto prazo. O vírus afeta diferentemente os indivíduos, gerando grupos de risco, entre os quais, as pessoas idosas, que, por sua óbvia condição etária, constituem o foco principal no conjunto das medidas protetivas e de combate, dado o alto índice de mortalidade nesse segmento populacional. Este artigo reflete sobre os possíveis impactos da pandemia na vida das pessoas idosas, tomando-se como foco o segmento docente aposentado da Universidade Federal da Paraíba. Partindo da literatura produzida acerca dos temas envelhecimento, qualidade de vida e aposentadoria, foi possível vislumbrar, à luz da perspectiva humanista de Rogers, que a crise sanitária se apresenta como um momento de riscos e de possibilidades em que o sujeito pode negar e deformar a realidade ou encará-la, atualizando suas potencialidades em direção ao crescimento e à afirmação da vida. O sofrimento psíquico subjacente a essa experiência pressupõe a criação de espaços individuais e coletivos de cuidado, onde a escuta sensível e empática é uma ferramenta facilitadora de superação da crise e de sua ressignificação. Neste artigo, salienta-se, outrossim, a atualidade do gênero enquanto categoria introduzida nos estudos feministas na década de 1970, para distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade, para explicar as relações sociais e para referir um sistema de signos e símbolos que denotam relações de poder e hierarquia entre os sexos (SCOTT, 1990). Sua atualidade tem sido revelada no cenário da pandemia, quando os limites entre atribuições e papéis, entre público e privado, tempo e espaço, horário de trabalho e tempo pessoal, determinismo biológico e contexto cultural, hierarquia e poder, vêm sendo constantemente aflorados, problematizados e confrontados.

Palavras-chave: Pandemia; Envelhecimento; Qualidade de vida; Docente aposentado(a); Gênero; Psicologia humanista.

* Professora Adjunta do Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação da UFPB. Doutora em Educação (UFPB). E-mail: ivetemartinscorreia@gmail.com

** Professora Adjunta do Departamento de Psicologia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFPB. Doutora em Educação (UFPB). E-mail: anjosimar@hotmail.com

ABSTRACT

In Brazil, the infection caused by covid-19 generated a health crisis that spanned the year 2020 and lasts into 2021, with no prospects of overcoming it in the short term. The virus affects individuals differently, generating risk groups, including the elderly, who, due to their obvious age condition, constitute the main focus in the set of protective and combat measures, given the high mortality rate in this population segment. This article reflects on the possible impacts of the pandemic on the lives of elderly people, focusing on the retired teaching segment of the Federal University of Paraíba. Based on the literature produced on the themes of aging, quality of life and retirement, it was possible to glimpse, in the light of Rogers' humanist perspective, that the health crisis presents itself as a moment of risks and possibilities in which the subject can deny and deform reality or face it head-on, updating its potential towards growth and affirmation of life. The psychic suffering underlying this experience presupposes the creation of individual and collective spaces for care, where sensitive and empathetic listening is a facilitating tool to overcome the crisis and its resignification. In this article, we also emphasize the relevance of gender as a category introduced in feminist studies in the 1970s, to distinguish culturally specific forms of masculinity and femininity, to explain social relations and to refer to a system of signs and symbols that denote power relations and hierarchy between the sexes (SCOTT, 1990). Its actuality has been revealed in the pandemic scenario, when the boundaries between attributions and roles, between public and private, time and space, working hours and personal time, biological determinism and cultural context, hierarchy and power, have been constantly touched upon, problematized and confronted.

Keywords: Pandemic; Aging; Quality of life; Retired professor; Gender; Humanistic psychology.

INTRODUÇÃO

Como parte do ciclo vital, o envelhecimento é um processo natural, progressivo e irreversível que acompanha o indivíduo desde o seu nascimento até a morte. Está associado a um conjunto de mudanças biológicas, psicológicas e sociais que é vivenciado de forma pessoal por cada indivíduo (JACOB 2013). Está presente nas políticas de Estado, nas pautas acadêmicas e nas instituições de cuidado humano, como questão crucial para o século XXI. Esse fenômeno reverbera na economia, demografia, saúde, trabalho, psicologia, história, sociologia, educação, educação física, mas foram os estudos antropológicos que introduziram, contemporaneamente, o envelhecimento como objeto de investigação (BARROS, 2006).

Dentre os países em desenvolvimento, o Brasil apresenta um dos mais velozes processos

de envelhecimento populacional, com a estrutura etária da população modificada a partir de 1960, sob a influência de vários condicionantes, como o declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade; o avanço da expectativa de vida, favorecido pelos investimentos em saneamento básico; o acesso aos conhecimentos e serviços no âmbito da saúde e áreas afins, e as políticas de seguridade social, notadamente, nas duas últimas Constituições. Embora a temática do envelhecimento possa ser ancestralmente rastreada, a psicogerontologia, ou a psicologia evolutiva da velhice, deslançou na década de 1960, e a gerontologia só tomou impulso após a Segunda Guerra Mundial, enquanto a pediatria se estabeleceu ainda no século XIX (GRIFFA.; MORENO, 2001).

Um acontecimento recente no campo da saúde pública reclama a atenção do mundo: a infecção por covid-19, detectada em Wuhan, na China, que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020 e, no mês seguinte, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia, gerando uma crise sanitária que permanece ascendente, pois à capacidade de transmissão do vírus, não correspondem ações eficazes de proteção, de incentivo financeiro à reclusão e de imunização da população. Em seu genoma, esta partícula viral é passível de mutações que potencializam a sua transmissibilidade. Afeta diferentemente os indivíduos, gerando grupos de risco, entre os quais, a categoria aposentada, que, por sua óbvia condição etária, não raramente, cumula comorbidades, constituindo o foco principal das medidas protetivas, pois os quadros infecciosos se agravam em maior velocidade nas pessoas imunocomprometidas acima dos 60 anos de idade, e as estatísticas revelam que os idosos chegaram a 70% das vítimas fatais em 2020.

O presente artigo objetiva refletir sobre os possíveis impactos da pandemia provocada pela covid-19 na vida das pessoas idosas, tomando como descritores os termos envelhecimento, aposentadoria e isolamento social, com foco no segmento docente aposentado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e tendo, como perspectiva de análise, a abordagem humanista postulada por Carl Rogers.

ENVELHECIMENTO: CONCEITO, MARCO LEGAL E DESAFIOS ATUAIS

O envelhecimento é um processo que descortina o último estágio na sequência do tempo vivido pelo indivíduo, e agrega dois sentidos principais: um sentimento de integridade, associado à experiência acumulada e à aceitação do próprio ciclo vital; ou um sentimento de desespero ante à finitude da vida e à exiguidade de tempo para alcançar uma integridade não elaborada ao longo da existência (ERIKSON, 1974). Este processo é demarcado por alterações nos níveis biológico, psicológico e social do indivíduo.

No nível biológico, o envelhecimento submete o organismo a mudanças na anatomia, na fisiologia e na funcionalidade das pessoas, nas condições de saúde, e, conseqüentemente, na sua qualidade de vida, com a “perda gradativa da capacidade de funcionamento dos órgãos e sistemas, e a alteração progressiva das capacidades de adaptação do corpo, verificando-se um aumento gradual do risco de surgimento de comorbidades e da probabilidade de morrer” (SEQUEIRA, 2010). No nível psicológico, as alterações decorrentes do envelhecimento geram repercussões que se expressam por meio de mudanças de atitudes e de comportamentos, abrindo possibilidade para a perda gradual de memória ou maior dificuldade no raciocínio, além de perturbações mentais ou comportamentais (SQUIRE, 2002). No nível social, o envelhecimento produz alterações nos papéis

que o indivíduo vem a desempenhar no seio familiar e ocupacional, que, gradualmente, vão restringindo a sua participação social.

Todavia, é importante ressaltar que nem sempre as alterações decorrentes do envelhecimento ocorrem com o mesmo ritmo e intensidade para todas as pessoas, pois transcendem a esfera da saúde física, envolvendo também o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, os valores culturais, o estilo de vida, a satisfação com o trabalho e as condições do ambiente, de maneira que um envelhecimento bem-sucedido extrapola as questões de genética e de saúde física, incluindo também, como fator determinante, a capacidade adaptativa internamente desenvolvida pela pessoa idosa.

Nas teorizações sobre o envelhecimento e nas políticas de assistência à pessoa idosa, a OMS propôs duas expressões, que vêm sendo adotadas desde então, para descrever esse processo: envelhecimento bem-sucedido e envelhecimento ativo. A essas terminologias, subjaz a intencionalidade de eliminar as concepções estigmatizantes sobre a velhice. O envelhecimento bem-sucedido envolve “a combinação entre o envolvimento ativo com a vida, por meio do estabelecimento de relações sociais e atividades produtivas, a ausência de doenças, e a manutenção da atividade funcional” (VALER et. al., 2015, p. 810). O envelhecimento ativo otimiza as oportunidades contínuas de saúde, segurança e participação das pessoas idosas na vida coletiva. Nesse sentido, “ativo” não se refere apenas à capacidade física dos indivíduos idosos e sua força de trabalho, mas à sua participação nas mais diversas questões em pauta na sociedade (VALER, 2015; WHOQOL, 1999).

Não obstante a gradual projeção do fenômeno do envelhecimento no Brasil a partir dos anos 1960, só em 1988, durante o VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, o tema foi incorporado à agenda de pesquisas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), que congrega estudiosos na área da Demografia, para fomentar o intercâmbio científico e para ampliar e fortalecer o conhecimento da realidade demográfica nacional (BEZERRA, et al. 2011). Desde então, observa-se o incremento da produção científica pela ABEP, a inserção do tema envelhecimento pelas universidades, em cursos de graduação e de pós-graduação, a abertura de linhas de pesquisa nessa área e a valorização das especialidades médicas geriatria, gerontologia e saúde pública.

Em trabalhos de revisão de literatura sobre o envelhecimento, Chena et al (2015) e Bezerra et al. (2011) confirmam a existência de produção com enfoques variados, nas áreas de Educação Física, Enfermagem, Psicologia, Medicina, Fisioterapia, Nutrição, Farmácia, Sociologia, Serviço Social, Direito, Estatística, Educação, Teologia, Filosofia, História, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, que revelam preocupação interdisciplinar tanto no domínio conceitual quanto no âmbito da intervenção. A produção mais robusta em estudos e pesquisas sobre envelhecimento no Brasil concentra-se nas instituições públicas de ensino superior das regiões Sul e Sudeste (especificamente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), mas, nas demais regiões, a produção é crescente nesta área.

Um dos marcos para a evolução das políticas sobre o envelhecimento no Brasil foi a promulgação da Lei nº 8.842/94, que dispõe sobre as Políticas Nacionais do Idoso, e resultou na edição da Política Nacional de Saúde do Idoso, cinco anos mais tarde, por meio da Portaria nº 1.395/99 do Ministério da Saúde. Esses dispositivos constituíram forças motivacionais para o fortalecimento do debate e para o incremento das políticas públicas que se instituiriam em seguimento (LIMA 2017).

No Ano Internacional do Idoso, celebrado em 1999, foi amplamente evidenciada, através dos meios de comunicação, a necessidade de união das forças entre o poder público e a sociedade, para a oferta estatal de condições para uma velhice honrosa, buscando-se desvincular o conceito de envelhecimento das noções de incapacidade e inutilidade. Presentemente, este esforço continua sendo imprescindível, em reclamos à igualdade de gênero, à oferta de educação permanente e à manutenção dos direitos constitucionais a esse segmento da população, ora ameaçados.

A mobilização social ocorrida nos anos 1990 culminou com a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que resultou em um leque de respostas do Estado às demandas da sociedade, convertendo-se em uma grande conquista para a cidadania da população idosa em nosso país, ao positivar, no teor do Estatuto, os direitos já consagrados na Carta Maior, que dedica um capítulo inteiro à Seguridade Social. Como nunca ocorrera em nossa sociedade, o Estatuto mobilizou o estado e a coletividade para proverem a proteção integral e as oportunidades de aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social à pessoa idosa, em condições de liberdade e dignidade, congregando a família, a comunidade, a sociedade e o poder público para o seu cumprimento (LIMA, 2017).

Mas, em que pese a importância dos dispositivos legais, o envelhecimento é, sobretudo, um processo de protagonismo pessoal. A conquista culminante da velhice é um sentimento de integridade do ego, assentado na reflexão da pessoa idosa sobre sua trajetória. Se bem sucedida nessa tarefa, a pessoa desenvolverá um senso de inteireza que se traduz em “sabedoria”, como estofo psíquico para a aceitação da própria finitude, mesmo com os lamentos decorrentes da vulnerabilidade e transitoriedade da condição humana. O sentimento de desespero se instala quando, ao avaliar sua trajetória, a pessoa não consegue reunir evidências valorativas sobre sua própria trajetória para elaborar o sentimento de integridade, entregando-se à desventura. Aqui, ressaltamos a importância de um envelhecimento engajado, tendo a educação permanente e a psicoterapia como instâncias mediadoras na reversão ou alívio desse quadro de desespero, pois os sentimentos de integridade e desventura não se detêm apenas nas experiências pregressas, mas também na capacidade e na resiliência para lidar com os desafios e limites que a própria velhice impõe (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2010).

Os recursos disponibilizados pela ciência, que possibilitam a ampliação desse estágio derradeiro da vida humana, permitem, à pessoa idosa, não apenas permanecer viva, mas desfrutar da liberdade, da experiência e da maturidade conquistadas, para, a partir do envolvimento vital com o meio, fazer novas escolhas, curar feridas emocionais, refazer e ampliar vínculos familiares e sociais, desfrutar oportunidades de prazer e realização. Nos países que não alcançaram a distribuição equânime das riquezas nem a democratização do bem-estar social, como é o caso do Brasil, cabe ao Estado prover as condições para a vivência de um envelhecimento digno à população. Em nossa realidade, a questão do envelhecimento impõe a necessidade de uma abordagem complexa, que assegure envelhecimento digno não como privilégio de poucos, mas como direito de todos.

Com a Constituição Cidadã de 1988, o Brasil passou a ser um dos mais avançados países em termos de garantias legais não só aos trabalhadores, mas a todos os que necessitem, com empenho do Estado na inclusão social dos cidadãos (MEIRELLES, 2019). Mas as primeiras regressões não tardariam a aparecer. Construído desde os anos 1990, o discurso do “déficit da previdência” deu lugar a uma reforma gradual do Sistema de Seguridade Social, iniciada no governo de Fernan-

do Henrique Cardoso, com seguimento nos governos ulteriores, que desincumbem gradualmente o Estado das obrigações consagradas nos artigos de 194 a 204 da Constituição. Se há resultados, em termos de economia, para o tesouro nacional em consequência das reformas que há três décadas saqueiam os direitos sociais da população brasileira, não se constata retorno para a população. O fato concreto é que o governo sustenta o mesmo discurso do déficit para continuar o desmonte dos direitos sociais constitucionalmente garantidos à população.

APOSENTADORIA: CONCEITO E REPERCUSSÕES NA VIDA DA PESSOA IDOSA

A aposentadoria é um estágio da vida do trabalhador marcado pela desvinculação das atividades laborais às quais esteve obrigado durante um período legalmente determinado, mediante o cumprimento rotineiro de horários, atribuições e responsabilidades. Por esse compromisso, o trabalhador faz jus a um numerário regular para a sua sobrevivência e para o sustento dos seus dependentes – durante os anos de atividade e após o desligamento da sua atividade laboral, até a morte.

Dado que não há possibilidade de incorporação do trabalhador ao mundo do trabalho de maneira estritamente objetiva e imparcial, entremeiam-se ao objeto de trabalho, além da energia física, a energia psíquica, a carga de sentimentos do trabalhador, de modo a estabelecer um vínculo entre este, o produto do seu trabalho e os arranjos humanos, materiais, sociais e culturais envolvidos no processo laboral, dando sentidos à existência e esculpindo a identidade profissional. Nos casos em que se faz necessária a construção de uma carreira, em etapas sucessivas de aprimoramento do perfil do trabalhador, que é, precisamente, a realidade do docente de nível superior, a vinculação entre trabalho e vida é ainda mais estreita: extrapola o espaço institucional e requer elevado grau de investimento físico, psíquico, mental e emocional, convertendo-se em uma espécie de estigma identitário.

O vocábulo aposentadoria resume, pois, toda a carga semântica do ser, do fazer, do sentir, do saber-fazer e do saber-poder do(da) trabalhador(a), suas relações, seus vínculos, seu nível de satisfação, seu grau de valorização no meio profissional, seu sentimento de utilidade, sua noção de pertencimento à instituição a que está vinculado(a), o destaque que o trabalho e a profissão exercem em sua vida e o prazer advindo da atividade que executa. Como toda transição, o desligamento da dinâmica produtiva não é simples, e, por isso mesmo, a valoração subjetiva da aposentadoria encontra diferentes formas de expressão, dependendo, em grande medida, das representações do sujeito sobre si mesmo, sobre o seu contexto de vida, de gênero e de classe social e sobre o lugar que o trabalho ocupa em sua vida. Foi por meio da categoria trabalho que os estudos de mulheres adentraram a academia, trazidos pela professora Heleieth Saffioti, pioneira dos estudos feministas no Brasil. Suportada na teoria marxista, sua obra “A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, publicada em 1969, articula gênero, classe e etnia para explicar a desigualdade de gênero no campo do trabalho, que persiste como tema obrigatório das pautas feministas.

Dada a importância que o trabalho ocupa em nossas vidas, é impossível dele desvincularmo-nos sem ranhuras identitárias. A aposentadoria pode, pois, constituir a decisão de estilo de vida mais penosa que as pessoas têm de tomar, porque afeta importantes aspectos, tais como situação financeira, autovalorização, identidade, autonomia e liberdade. Pode ser acolhida como jubramento, conquista, recompensa, alegria, descanso, retomada de vínculos, oportunidade para a

realização de antigos ou novos projetos, autonomia para fruir a própria vida ou para dedicar tempo ao próximo. Opostamente, pode ser sentida como morte social, perda de referência, recolhimento, inatividade, incerteza, imprevisibilidade, finitude, gerando sentimentos de improdutividade, desvalorização, medo, angústia, sofrimento, representando uma das perdas mais significativas na vida do indivíduo (MACHADO; LUCAS, 2017).

Conquanto seja uma exigência legal que se impõe à pessoa idosa, independentemente do seu estado físico e funcional, a aposentadoria provoca impactos e alterações no seu cotidiano, à medida que altera seu modo de inserção na sociedade, afeta sua valoração social e suscita alterações psicológicas. A atividade laboral tem grande importância na constituição da identidade da pessoa, como um todo e na construção do seu ser social. Mesmo em uma sociedade como a nossa, fundamentada na lógica capitalista do lucro e da produtividade, o trabalho, mais que uma fonte de renda, “é também uma atividade essencialmente humana onde o sujeito organiza seus horários e sua rotina, estabelece planos, metas e aspirações, constrói seus laços afetivos, desenvolve sua criatividade, garante sua independência e expressa sua produtividade” (ALVARENGA et al., 2008, p.4).

Na construção da identidade profissional estão envolvidos os processos de autorreconhecimento e o de alterreconhecimento, que remetem à forma pela qual o próprio sujeito se reconhece e ao modo como é reconhecido pelo outro. Esses processos se dão permeados por valores subjetivos e valores socialmente compartilhados, nos quais o trabalho e o meio social se encontram em uma relação dialética. Assim sendo, ao mesmo tempo em que o trabalho contribui para a formação do ser social, o social contribui para a formação do ser profissional. Portanto, a percepção do outro e os valores sociais atribuídos à aposentadoria, em nossa sociedade, influenciam de forma marcante o modo como as pessoas vivenciam a iminente chegada da velhice e a experiência de se sentirem economicamente improdutivas.

Aos valores sociais implicados na constituição da identidade social e profissional, somam-se os valores intrínsecos ao próprio sujeito, que estão interrelacionados à sua história de vida, às suas relações com a sociedade, ao seu papel profissional e com sua capacidade de enfrentar perdas e de adaptar-se às novas situações. Desse modo, a pessoa que, ao longo de sua vida, conseguiu construir fontes de satisfação que vão além do trabalho, vivenciará mais satisfatoriamente este processo, alcançando uma reestruturação satisfatória da sua identidade como aposentada.

Opostamente, em uma vivência negativa do processo de aposentadoria, a pessoa pode experimentar ansiedade, depressão, irritabilidade e insatisfação generalizada, que incidem negativamente em sua qualidade de vida. A aposentadoria pode também repercutir indiretamente no funcionamento cognitivo da pessoa idosa, uma vez que é muito frequente, nesse período, ocorrer um empobrecimento das suas redes sociais, dos vínculos afetivos e das atividades intelectuais. Sabe-se que esses “fatores são importantes na postergação do declínio cognitivo, pois quanto maior engajamento social, estimulação intelectual e atividades físicas, menor risco para a incidência de demência” (ALVARENGA et al., 2008, p.5).

A depressão, como um dos transtornos passíveis de ocorrência na pessoa idosa aposentada, apresenta-se também como um risco à sua integridade cognitiva. Vários estudos revelam que a depressão em idosos vem acompanhada de um desempenho rebaixado da memória e de um comprometimento ainda maior nas funções executivas, seguido de déficits na atenção. A aposentadoria gera também repercussões no âmbito subjetivo e emocional que podem interferir

nos padrões alimentares.

A solidão familiar e social da população idosa acarreta perda de interesse pela alimentação, que pode ser ocasionada pelas mudanças no contexto em que esta ocorre. No período anterior à aposentadoria, os momentos destinados à alimentação eram, muitas vezes, compartilhados com os colegas de trabalho. Também a redução da renda é identificada como fator que interfere na qualidade da alimentação entre pessoas aposentadas. Observa-se significativa diminuição no nível de calorias e nutrientes e consumo de alimentos de menor custo, como, por exemplo, produtos industrializados, (doces, massas de fácil preparo, chás e torradas), o que acarreta a alimentação inadequada.

Em face das repercussões físicas, sociais, psicológicas e econômicas negativas que estão associadas à aposentadoria, muitos idosos aposentados retornam ao mundo do trabalho buscando retomar os espaços de interação, valoração social e de reafirmação do EU que a atividade laboral propicia — além de garantir um aumento na renda familiar, para recuperar a sua qualidade de vida. A aposentadoria é, assim, uma experiência permeada por uma série de situações críticas interligadas entre si, que interferem na qualidade de vida do sujeito. Evidencia-se, portanto, a necessidade de preparar o(a) trabalhador(a) para vivenciar esse processo e de subsidiar a atuação dos profissionais de saúde que trabalham na promoção da qualidade de vida desse universo populacional (ALVARENGA, et al. 2008).

No espectro de fatores intervenientes no processo de envelhecimento, seis domínios propostos pelo grupo World Health Organization Quality of Life (WHOQOL) são considerados relevantes: o físico, o psicológico, o nível de independência, as relações sociais, o meio ambiente e a espiritualidade. Frente aos diferentes aspectos envolvidos na questão da qualidade de vida, urge a necessidade de melhorar as condições socioeconômicas e as políticas de assistência nos países emergentes para que a pessoa idosa possa vir a desfrutar de uma existência digna ao longo do seu tempo de vida pós-aposentadoria (WHOQOL, 1998; DEL VECCHIA et al, 2005).

Situado o conceito e explanadas as repercussões da aposentadoria na vida da pessoa idosa, cabe pontuar aspectos da atual conjuntura política, que acarretam inseguranças e perdas para os servidores (as) público(as)s das universidades federais, de forma geral, e aos(às) aposentados(as), em particular, porquanto afetam suas condições de trabalho, seu salário, sua estabilidade, suas formas de vinculação ao *locus* profissional. Tomaremos como marco a desconsideração do atual governo federal ao princípio constitucional da autonomia universitária e a negação da ciência produzida nas instituições públicas de ensino superior.

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da Reforma Previdenciária, instituiu novas idades para a aposentadoria de homens e mulheres; ampliou o tempo mínimo de contribuição à Previdência, independentemente do sexo; aumentou o valor da alíquota da contribuição previdenciária; reduziu o valor da pensão por morte em 50%, acrescida de 10% por dependente, até o limite máximo de cinco dependentes; definiu novo cálculo para a concessão do benefício, tomando como valor máximo o teto dos aposentados pelo INSS, acrescido de 2% para cada ano contribuído que extrapole 15 anos de contribuição por docente do sexo feminino e 20 anos de contribuição por docente do sexo masculino; e criou regras transitórias de acesso à aposentadoria para os docentes que já são segurados. Como fruto desta reforma, o trabalhador contribui mais e recebe menos, tendo pela frente uma velhice menos digna.

A Lei Complementar nº173 de 27 de março de 2020, que estabeleceu o Programa de Enfrentamento ao SARS CoV-2, para liberação de recursos e isenções fiscais a estados e municípios durante a crise sanitária provocada pelo covid-19, traz em seu teor uma dupla intencionalidade: à provisão de socorro orçamentário para o combate à pandemia, o governo federal impõe um contingenciamento que inviabiliza o pleno funcionamento das universidades, com a drástica redução de verbas, o corte dos recursos para pesquisa, o veto ao reajuste salarial dos servidores públicos federais em 2020 e 2021. A Constituição (art. 202-204) determina assistência social aos grupos hipossuficientes mediante auxílio financeiro nas calamidades, infortúnios e situações emergenciais, mas o governo preferiu golpear a educação, quando os docentes trabalham remotamente em jornadas ampliadas, com condições logísticas autocusteadas, que lhes rendem elevado grau de desgaste psíquico.

O Decreto Presidencial nº 10.620, de 05 de fevereiro de 2021, que trata da realocação da força de trabalho, desvincula o servidor federal aposentado do seu órgão de origem, transferindo-o para o Ministério da Economia e concentrando-o no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. A categoria aposentada sob o regime Jurídico Único, por força deste decreto, migra para o Regime Próprio de Previdência Social da União. Ao desligar-se da sua instituição de origem, sofre um corte simbólico, pois se distancia do seu *ethos*, do seu lugar de origem, dos locais institucionais que lhe são familiares. Sofre, também, um corte real, ao se desvincular da sua classe, da força do seu sindicato, do seu plano de carreira tão laboriosamente construído, passando a enfrentar a incerteza sobre como será a concessão do seu reajuste anual.

Essas três observações pontuais evidenciam claramente o pacto entre governo e a maioria do Congresso para desmontar a política de seguridade social consagrada na Constituição Cidadã de 1988. Em que pese a relevância do aparato legal enquanto ponto de partida para a realização das políticas de estado, a classe trabalhadora brasileira está à mercê dos poderes constituídos, que sonham seus direitos para beneficiar interesses de mercado. É nesse clima de insegurança, que sobrevivem os servidores federais ativos e aposentados. Coloca-se urgente a tarefa de mobilizar os docentes em atividade para a luta, pois eles serão os herdeiros do saldo das reformas já consumadas e dos projetos que ameaçam nossos direitos positivados na letra da Carta Maior. Os assuntos de Seguridade Social e Aposentadoria devem interessar, com a mesma intensidade, aos docentes ativos e aposentados. Aposentadoria e longevidade só podem ser consideradas conquistas plenas se agregarem condições econômicas para uma vivência digna; se agregarem saúde, educação permanente, qualidade de vida, inserção social e resiliência da pessoa para lidar com os desafios que lhe são inerentes.

IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA VIDA DOS(DAS) DOCENTES APOSENTADOS(AS) DA UFPB EM TEMPOS DE PANDEMIA

Este tópico tem fundamento em literatura científica conceitual, interventiva e revisional, que reúne reflexões sobre envelhecimento, qualidade de vida, isolamento social e vivência da aposentadoria, a partir de cujas contribuições nos foi possível refletir sobre os impactos do isolamento social compulsório provocado pela disseminação da covid19 na vida de docentes aposentados(as) da UFPB, à luz da perspectiva humanista de Carl Rogers.

O ponto de partida da abordagem humanista é a consideração à pessoa como centro de qualquer processo, a sua aceitação incondicional e a valorização de suas potencialidades. Portanto, a presente reflexão sobre os impactos do isolamento social na vida do(a) docente aposentado(a) da UFPB assenta-se na preocupação em evitar reduzir a pessoa e sua experiência a dados generalistas sobre os quais se ancora a ciência positivista, com suas conclusões universalistas e rótulos classificatórios acerca dos fenômenos que investiga. A tentativa de esboço de um perfil uniformizante da categoria docente aposentada é incongruente com a perspectiva aqui adotada. Cada docente, em especial o segmento mais longo, adota estilo de vida, princípios e valores fortemente arraigados, e vive a experiência do isolamento social de maneira subjetiva, portanto, única. O aprisionamento em rótulos polarizados é descartado neste estudo, pois, embora essas terminologias possam nos situar acerca dos fenômenos vivenciados pelo sujeito no processo de envelhecimento, é a sua experiência singular que mais importa. Nos estudos sobre envelhecimento, a dimensão subjetiva é fator determinante das alterações físicas, sociais e psicológicas decorrentes deste estágio da vida. Mesmo reconhecendo o peso destes fatores, é de modo particular e subjetivo que o sujeito organiza e reorganiza sua experiência, antecipando ou retardando a instalação do adoecimento.

Conforme demonstramos, os agravos manifestos na pessoa idosa pela condição de isolamento têm como ponto de partida a aposentadoria, que marca o fechamento de um ciclo ativo. Neste estágio da vida, também é comum que a pessoa idosa enfrente a viuvez, a perda de familiares e de amigos, e passe a depender da companhia de outros, com redução da sua autonomia. O distanciamento etário e de interesses ocasiona também uma redução nas interações e comunicações dentro do grupo familiar, constituindo um fator gerador de solidão. A televisão e o aparelho celular, acionados para compensar esta lacuna comunicacional, veiculam mensagens impactantes e, por vezes, tóxicas, que potencializam a sensação de medo nas pessoas confinadas.

Ao se aposentar de um ofício que lhe permitia alto grau de interação em sala de aula, grupos de pesquisa, reuniões de colegiados acadêmicos, bancas examinadoras, cursos de pós-graduação, congressos, atividades administrativas, ações de extensão universitária, entre muitas outras, o(a) docente sofre, inevitavelmente, uma importante restrição nas suas relações. Conquanto se dedique a projetos domésticos e sociais, dificilmente alcançará o nível das interações que a atividade docente lhe propiciara. É natural que procure desenvolver atividades para compensar a lacuna provocada pelo desligamento de tão rico universo interativo, como é o mundo acadêmico.

Porém, a vivência do envelhecimento ativo tem sido limitada pelo isolamento imposto durante o ano 2020, que prossegue em 2021, no turvo horizonte da saúde no Brasil. O isolamento não é uma contingência que se esgota em si mesma. É uma estratégia adotada em situações extremas e tem consequências, cujos impactos podem ser manifestos imediatamente, mas também retardados. No caso da pandemia, se por um lado, o isolamento detém a transmissão do vírus, por outro, acarreta comprometimentos à saúde psíquica de pessoas idosas já consideradas imunocomprometidas. As razões que situam a população idosa como grupo de risco têm comprovação estatística, vez que 70% das vítimas fatais por covid-19 situam-se na faixa etária acima de 60 anos (SILVA et al., 2020). A expressão “Fique em casa”, adotada no primeiro ano de pandemia, deveria ter sido concomitante à expressão “vacina já”, desde a sua oferta pelo mercado internacional, em meados do ano 2020.

Nos quadros da Educação, o (a) docente aposentado(a) das instituições federais de ensino

superior detém padrão econômico que lhe permite frequentar shoppings, restaurantes, cinemas, salão de beleza, supermercados; celebrar eventos, visitar colegas, realizar *checkup*, viajar... e também visitar seu sindicato, que, situado nas dependências da própria universidade, “perpetua” sua vinculação ao local de trabalho, mesmo depois da aposentadoria. Ali aporta, com frequência, um grupo considerável de docentes que trazem suas demandas à diretoria, frequentam a sala de leitura, o cafezinho, o setor jurídico, os ensaios do coral, os cursos de idiomas, os eventos políticos, culturais e festivos promovidos pela ADUFPB. As mulheres, somos maioria entre os(as) filiados(as) da ADUFPB que estão aposentados(as). A condição econômica, somada à condição de gênero, demanda expectativas, desejos, ocupações e representações sociais diferentes para homens e mulheres, que repercutem positiva ou negativamente, produzindo implicações distintas nas suas relações sociais, na vivência da afetividade e da sexualidade, no núcleo familiar nos processos do ciclo de vida, especialmente em momentos de crise, influenciando na sua qualidade de vida.

Para toda a população, o isolamento social como medida preventiva e protetiva à saúde evidencia uma crise de saúde e uma crise social. Mas para a população idosa, na qual está incluída a categoria docente aposentada, instala-se uma crise que é também pessoal, na medida em que, enquanto grupo de risco, é confrontada de modo mais iminente com a ameaça de morte. Sentimentos de insegurança afloram — provocando um desequilíbrio psíquico que exige acolhimento e escuta sensível —, permeada pela autenticidade, aceitação incondicional e compreensão empática para com a pessoa idosa aposentada. Com base nos fundamentos de KINGET e ROGERS (1977) e ROGERS (2014), frente a essa situação geradora de medo, insegurança e angústia, o sujeito reage de duas maneiras: negando e deformando a realidade ou tomando consciência dela, encarando os seus riscos e também as suas possibilidades.

Na postura de negação, o sujeito tende a resistir às orientações protetivas e às regras definidas pela comunidade científica, recorrendo a mecanismos de defesa do ego, tais como: a negação, a racionalização, a projeção, postulando um otimismo irreal e imprudente que subestima ou transfere as consequências da pandemia para a OMS, a China, a ciência, a esquerda, a mídia, por disseminarem informações, protocolos e dados supostamente infundados, ou ancorados em interesses políticos e econômicos “suspeitos”. Encontra-se, assim, justificado para circular livremente, participar de aglomerações, transgredir regras, em um processo de fuga da realidade que aumenta os riscos de morte para si e para os demais, vivenciando inconscientemente um estado de desconforto psíquico que a abordagem humanista denomina incongruência ou desacordo entre o EU e a experiência.

Todavia, essa e outras posturas de negacionismo da realidade se desenvolvem a partir de contextos sociais e experiências específicas, vivenciadas pelos sujeitos. No caso específico aqui abordado, o negacionismo se instaura em um contexto político em que o próprio presidente da nação dissemina e reforça, em conjunto com seus apoiadores, orientações sem base científica, na contramão do enfrentamento eficaz à pandemia e da proteção à saúde do povo brasileiro. A gravidade da pandemia é minimizada como uma “gripezinha”, o distanciamento e o uso de equipamentos de proteção individual são descartados, a aquisição de vacinas para a imunização da população é postergada, o comportamento leniente do presidente é aplaudido por seguidores — inclusive, aposentados, dependendo das suas cosmovisões e dos seus mecanismos pessoais de fuga, frente a realidades muito dolorosas.

Na postura da tomada de consciência e do enfrentamento da realidade, o sujeito isolado não nega a situação de crise e de riscos. Entretanto, sua reação pode, ainda, ser de apatia, passividade e inércia diante da realidade. Nessa situação, o isolamento, a angústia e a solidão estão potencializados, imobilizando o sujeito e impossibilitando uma manifestação da sua tendência à atualização, no sentido de emergir dessa condição. As mulheres apresentam maior propensão à solidão, em muitos casos, latente, antes mesmo da instalação da pandemia, e que, cumulada pelo isolamento social, pode afetar também a saúde mental e a imunidade com risco de morte nas faixas etárias mais avançadas, pois a solidão é capaz de gerar, no organismo, uma reação de “lutar ou fugir”, que é característica de situações de alto estresse (PREVIVA, 2020).

Na postura de reorganização do EU, o medo, a insegurança e a angústia podem mobilizar, no sujeito respostas criativas em que novas possibilidades de atualização do EU sejam manifestas. Assumindo a experiência de crise sem deformá-la ou negá-la, o sujeito expressa congruência, que é o acordo entre o EU e a experiência. Na experiência congruente, o sujeito vivencia de modo integral a dor gerada pela crise, da qual poderá emergir fortalecido e enriquecido pela atualização e eficácia da tendência atualizante, energia motivacional imanente, que impulsiona as pessoas para a vida e para o crescimento (ROGERS, 2014).

Nesta direção, o(a) docente aposentado(a) tem condições de atualizar-se, aprendendo a realizar novas atividades no contexto doméstico, a curtir sua própria companhia, meditar, cultivar sua espiritualidade, cuidar da sua alimentação, ler e produzir artigos, ajudar pessoas em situação precária, inserir-se em grupos de oração, desenvolver pesquisas, comunicar-se *online* com as pessoas que lhe são significativas, inserir-se em comunidades virtuais, produzir e participar de *lives* sobre temas do seu interesse, praticar atividade física por meio de aulas ou orientações *online*, desenvolver dotes culinários, artísticos e literários... Ao responder de modo criativo à pandemia e aos impactos dela decorrentes, o(a) docente aposentado(a) está atualizando as potencialidades de seu organismo, de sua totalidade biopsíquica.

Em qualquer dos processos (negação ou tomada de consciência da realidade) o EU exerce um papel fundamental. É importante reforçar, com Kinget e Rogers (1977), que o Eu é uma percepção, um constructo, uma ideia que o sujeito desenvolve acerca de si, a partir de suas experiências de vida e refere-se aos atributos com os quais o sujeito se descreve e se reconhece como sendo ele mesmo. Na situação do(da) docente aposentado(a) da UFPB, as experiências relativas ao EU irão exercer influência em direção à negação ou à tomada de consciência da realidade. A possibilidade de reorganização do EU se estabelecerá conforme as experiências acumuladas ao longo da sua vida pessoal e acadêmica, sob a influência do contexto sociocultural em que se encontra inserido(a).

Portanto, é preciso enfatizar que, em momentos de crise, o Eu pode se revelar como instância de limitação ou de favorecimento do processo de atualização das potencialidades do sujeito. Um autoconceito rígido e associado à falta de abertura à experiência poderá dificultar o aprendizado e a realização de novas descobertas e tornar a crise gerada pela pandemia um momento estéril, de negação, inércia, apatia e adoecimento.

Felizmente, a negação não é o que se evidencia em relação à categoria docente aposentada, pois, desde o início da pandemia, não cessaram manifestações de resiliência e participação criativa surgidas no meio acadêmico, de forma geral, e na categoria aposentada, em particular, para a superação das dificuldades neste cenário de crise. São ricas as expressões de reorganização do

EU, em produções pessoais e coletivas por via remota, que transitam da confecção de equipamentos de proteção individual até as manifestações artísticas mais variadas. Entretanto, é necessário destacar a necessidade da oferta de condições facilitadoras para que docentes aposentados(as) possam ressignificar a experiência de crise no sentido de crescimento e autossuperação. De acordo com Rogers, essas condições devem ser permeadas por aceitação incondicional, compreensão empática e congruência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos encetados para a construção deste trabalho demonstram que, no Brasil, a questão do envelhecimento somente se consolida na pós-modernidade. A gerontologia e a psicogerontologia, que abrangem um envelhecer saudável, atuando na promoção da saúde integral da pessoa, em profilaxia, tratamento, controle, reabilitação, reinserção e adaptação da pessoa no contexto familiar, ambiental e social, com cuidados paliativos para além dos processos orgânicos, só ganhou projeção no último quartel do século XX. O dado positivo é que, embora tardia, a abordagem sobre o envelhecimento tem caráter fortemente transversal, tanto em sua dimensão conceitual quanto na dimensão interventiva.

Presentemente, a atenção à categoria aposentada no Brasil não corresponde aos postulados constitucionais voltados para esse segmento da população, abrindo um descompasso entre os ditames legais e o seu efetivo cumprimento. Ao contrário, as intervenções do governo para a contenção de gastos se fazem pela construção de um discurso de “déficit na previdência”, recaindo sobre a categoria aposentada, os cortes mais pesados, por meio de reformas iniciadas na década de 1990 — e que têm seu ápice no atual governo.

A crise sanitária vivenciada pela população em geral e pelo segmento docente aposentado da UFPB, privilegiado neste estudo, apresenta-se como um momento de riscos, em que o sujeito pode negar e deformar a realidade, mas também como um momento de possibilidades, em que o sujeito encara a crise e atualiza suas potencialidades em direção ao crescimento e à afirmação da vida.

O envelhecimento, associado à aposentadoria — e em um contexto de pandemia —, traz ao sujeito a oportunidade de revelar potencialidades, até então não afloradas. Em um espaço privilegiado, como a UFPB, dotada de um curso de Psicologia de elevado cacife, recomenda-se a promoção de intervenções terapêuticas que ofereçam acolhimento, escuta sensível e compartilhamento, pautados pela aceitação incondicional, congruência e compreensão empática. Recomenda-se, outrossim, uma atenção especial à questão de gênero, pela ubiquidade da mulher em todos os espaços sociais, e, destacadamente, na educação.

A categoria gênero agrega noções e entendimentos do que significa ser homem e ser mulher no interior dos contextos e das relações sociais. Em situações de crise, de quebra de rotina e de enfrentamento que põem em xeque a estabilidade, o gênero é sempre um referencial de análise, articulado a outras categorias, como família, trabalho, classe social, etnia, política, religião. São expressivos os depoimentos de docentes que exacerbam sua já ampliada jornada de trabalho, assumindo, ao longo da pandemia, o cuidado com a parentela, engajando-se em ações solidárias e assumindo, além da sua atividade no ensino superior, o acompanhamento escolar remoto dos filhos e netos. A violência doméstica, embora subnotificada, cresceu em todo o país, assim como o feminicídio, que, no parlamento paraibano,

provocou a instalação de uma Comissão de Inquérito. Cresceu o extermínio de pessoas negras, pobres e das populações nativas. Relações sociais polarizadas em função do fundamentalismo religioso também se fazem notar. O número de mulheres desempregadas ao longo da pandemia é duas vezes maior que o número de homens. Essas e outras temáticas descortinam um campo de pesquisa a ser explorado, quer respaldado nas teorizações patriarcal, marxista e psicanalítica, que foram as âncoras iniciais das elaborações de gênero (MACHADO, 1992), quer no diálogo com vertentes clássicas da psicologia, historiografia, filosofia, sociologia... O gênero é uma categoria plástica, sempre aberta a novas possibilidades; é contingente; e constantemente renegociado no interior dos contextos em que se instituem as relações humanas, atributos que lhe garantem um lugar privilegiado nas pautas científicas.

De acordo com os dados de julho/2021, dos(das) 1993 docentes aposentados(as) da UFPB, 537 são mulheres e 456, homens. As mulheres acadêmicas estão concentradas nas ciências da vida e do comportamento e nas ciências sociais. E, no cenário contemporâneo, homens se dão melhor em campos tradicionalmente femininos do que mulheres em campos tradicionalmente masculinos (SCHIEBINGER, 2001). Investimentos precisam ser encetados para a superação da territorialidade histórica também na academia, à luz dos determinantes políticos e culturais que nada têm a ver com os determinismos biológicos. Lembremos, neste sentido, que os países em que mulheres estão em posição de liderança, como Dinamarca, Nova Zelândia e Finlândia, não apenas o cuidado, mas, principalmente, o acatamento à ciência, a rapidez das decisões, a articulação entre os poderes e entre as instituições públicas e privadas, as campanhas educativas em todos os níveis etários, a começar pelas crianças, foram armas femininas de contenção e combate à pandemia causada pelo vírus SarsCOV-2, que, no Brasil, segue se modificando e contagiando principalmente a população carente, pela leniência das autoridades.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, K.S. et al. Repercussões da Aposentadoria na Qualidade de Vida do Idoso. **Revista da Escola Paulista de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 796-802, Dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000400009>.
- BARROS, M. M. L. de. Trajetória dos Estudos de Velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 52, 2006, pp. 109-132.
- BEZERRA, F.C.; ALMEIDA, M.I.; THERRIEN, S.M.N. **Estudos sobre Envelhecimento no Brasil**: revisão bibliográfica. Centro de Ciências da Saúde Fortaleza, UECE, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**: caderno de atenção básica nº 19. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2006.
- CHENA, D.N.C.; ORTOLANI, F.P.B.; MAGALHÃES, F.G.; WITTER, C.; RODRIGUES, G.M. **Envelhecimento e Interdisciplinaridade**: análise da produção científica da Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Porto Alegre, v.20, n3, p. 883-901, 2015. <https://doi.org/10.22456/2316-2171.54423>.
- ERIKSON, E. M. **Infância e Sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- GRIFFA, M. C.; MORENO, J. E. **Chaves para a Psicologia do Desenvolvimento**. Tomo2. São Paulo: Paulinas, 2001.
- JACOB.L. Envelhecimento da população in JACOB et al.(orgs.). Envelhecimento e Economia Social: perspectivas atuais. **Viseu: Psicossoma**, 43-49, 2013.
- KINGET, G. M. ROGERS, C. R. **Psicoterapia e relações humanas**. Belo horizonte: Interlivros, 1977.
- LIMA, M.S. **Bem-Estar e Qualidade de Vida na Aposentadoria**: percepções de servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado - Centro de Educação, João Pessoa/PB, 2017.
- MACHADO, C. N.C.; LUCAS, M. G. Aposentadoria: como os professores vivenciam este momento? **Revista Carreiras e Pessoas (RECAPE)**, 7 (2) 576-588. 2017./<https://revistas.pusp.br/recape/article/view/32753>. Acesso em 21 fev.2021.
- MACHADO, Lia Zanota. Feminismo Academia e Interdisciplinaridade. IN COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992:24-38.
- MEIRELLES, M.A. **A Evolução Histórica da Seguridade Social**: aspectos históricos da previdência social no Brasil. OAB/PA, 2019. oabpa.org.br/index.php/2_uncategorised/1574. Acesso em fevereiro/2021.
- Organização Mundial de Saúde. **Envelhecimento Ativo**: uma política de saúde. Brasília (DF): Organização Pan-Americana de Saúde, 2015.
- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi [et al]. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- PREVIVA, **O Impacto do Isolamento Social durante a Quarentena**. [Previva.com.br](http://previva.com.br).2020. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9577>. Acesso em fev.2021.

- ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCHIEBINGER, L. **O Feminismo mudou a Ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001 (Coleção Mulher).
- SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2) Jul/Dez., 1990:05-22.
- SEQUEIRA, C. **Cuidar de idosos com Dependência Física e Mental**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Ltda, 2010.
- SILVA, M. V. S.; RODRIGUES, J de A.; RIBAS, M. S.; SOUSA, J. C. S.; CASTRO, T. R. O.; SANTOS, B.A. dos; SAMPAIO, J. M. C.; PEGORARO, V.A. O Impacto do Isolamento Social na Qualidade de Vida dos Idosos durante a Pandemia por COVID-19. **/Enfermagem Brasil**, Vol.19, n.4, 2020. <https://doi.org/1033233/eb.v19i4.4337>. Acesso em fev.2021.
- SQUIRE, A. (2002). **Saúde e Bem-Estar para Pessoas Idosas: fundamentos básicos**.
- VALER et al. O significado de envelhecimento saudável para pessoas idosas vinculadas a grupos educativos. **Revista Brasileira de Gerontologia** (on line). Rio de Janeiro, 2015; 18(4) 809. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14042>
- VECCHIA, R. D. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 8(3), 246-52, 2005. <https://scielosp.org/article/rbepid/2005, v8n3/246-252/pt/>. Acesso em 19fev.2021.

VIOLÊNCIA E DESAMPARO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL, NA LONGA DURAÇÃO

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues *

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a violência do Estado e da sociedade brasileira praticada contra os movimentos sociais, na perspectiva de desvelar a construção do Estado de direito, e a História dos Direitos Humanos, temas que demandam ser revisitados no campo das Ciências Humanas e Sociais para que, pela via da memória, apropriemo-nos da nossa história e protagonizemos mudanças na política e na sociedade brasileira. Trabalhamos os conceitos de *memória*, *Estado de direito* e *Direitos Humanos* sem nos mantermos fechados nessas conceituações *de per se*. Mais que os conceitos teóricos, valorizamos fatos e conjunturas que dialogam com esses conceitos, por entendermos que a História do Tempo Presente pode, em diálogo com outros referenciais teóricos, como o materialismo histórico dialético, bem como teorias da linguagem, possibilitar a interpretação de teias de relações, fatos e circunstâncias capazes de fundamentarem a construção de um Estado de Direito perpassado por uma ordem internacional, vigente, sintonizada com a promoção dos Direitos Humanos: direitos fundamentais, coletivos e difusos. Em nossa abordagem, consideramos a terra de trabalho como um direito humano, o que somente se concretiza se respeitarmos a sua função social, entendida como “garantia do direito de propriedade”, e protegida no âmbito do Direito Constitucional, cuja base de argumentação é a supremacia do interesse público sobre o privado, conforme já argumentamos em outros escritos autorais. A concentração da terra e a problemática agrária estão no centro dos nossos debates, por constituírem a raiz das mazelas sociais do Brasil, no campo e na cidade.

Palavras-Chaves: Movimentos sociais; Longa duração; Estado brasileiro; Memória camponesa.

* Professora Titular do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPB. Doutora e Mestra em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP, 1995, 2001), Pós-Doutora pela Université Paris IV - Sorbonne. E-mail: fatimarodrigues.ufpb@gmail.com

ABSTRACT

This paper aims to discuss the violence practiced by the Brazilian State and society against social movements with the intention of unveiling the construction of the Rule of law, and the building of the Human Rights. Such themes demand a revisit in the field of Human and Social Sciences so that, through memory, we appropriate our history and lead changes in politics and in Brazilian society. We work concepts of *memory*, *Rule of law* and *Human Rights*, but avoiding remaining closed to those concepts *de per si*. More than the theoretical concepts, we value facts and circumstances that dialogue with those concepts. Therefore, we understand that the History of the Present Times can — through exchanges with other theoretical references, such as the dialectical materialism in history, as well as language theories — enable the interpretation of links of relations, of facts and of circumstances that are capable of grounding the construction of a Rule of Law permeated by an international order attuned to the promotion of Human Rights: fundamental, collective and diffuse rights. In our approach, we consider the working land as a human right, which can only be achieved if we respect its social function, understood as a “guarantee of the right to property”, protected by Constitutional Law, which is based on the supremacy of the public interest over the private interest, as argued before in other papers. The land concentration and the agrarian question are at the center of our debates since they are also the root of Brazil’s social problems, both in the country and in the city.

Keywords: Social movements; Long lastings; Brazilian state; Peasant memory.

INTRODUÇÃO – DO CHÃO DE OUTRAS HISTÓRIAS AO CHÃO DA NOSSA PSEUDO IDENTIDADE

E quando eu cheguei que João Pedro estava morto que eu peguei na mão de João Pedro e disse: João Pedro todos os dias você me perguntava a mim... que iam tirar a sua vida, se eu dava continuidade à sua luta. Eu nunca dei uma resposta a João Pedro que continuava a luta, mas quando eu cheguei lá que ele estava morto eu peguei na mão dele e disse: João Pedro, a partir de hoje eu continuo a tua luta! Porque acontece que as mulheres do campo se sentiram tão feliz, vieram tudo me abraçar e dizia, as companheiras mulheres, e os homens do campo... me abraçaram as mulheres, e diziam: Elizabeth você vai continuar a luta do seu marido? E eu disse: vou! Aí fui abraçada por todas as mulheres do campo. As companheiras mulheres são personalidades muito boas! Me abraçaram... Estamos com você Elizabeth, estamos com você! (Depoimento de Elizabeth Teixeira¹ feito em Sessão Especial, na Câmara Municipal de João Pessoa, em 2015).

1. Elizabeth Altino Teixeira é uma trabalhadora rural e ativista brasileira, defensora dos direitos humanos, sobretudo do direito à terra; ela enfrentou o arbítrio na Ditadura Militar de 1964. Atualmente tem 96 anos e se mantém lúcida e contribuindo com a sua sabedoria com os movimentos sociais. Ela é viúva de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé-PB, Brasil.

O fragmento dessa narrativa é recorrente em entrevistas concedidas por Elizabeth Teixeira, e revela a sua coragem e dignidade na perspectiva do seu protagonismo e o exercício da cidadania, além de evidenciar sua postura militante diante do marido assassinado por setores da elite agrária paraibana. A despeito dos anos transcorridos, desde o assassinato do marido, parece que o tempo parou para essa mulher, naquele momento de dor, e o que resta consigo é tão-somente o firme compromisso de continuação da luta camponesa assumida em nome de João Pedro Teixeira. O ato inaugural da mulher trabalhadora do campo, no momento trágico de uma perda tão significativa, faz lembrar os trabalhadores Sem-Terra, pois, ao serem indagados sobre o pioneirismo de sua luta, dão-nos como resposta: “Somos herdeiros das Ligas Camponesas!”

Cabe-nos, então, indagar, para melhor contar, se o MST é herdeiro das Ligas Camponesas, as Ligas são herdeiras de quem? Poderíamos evocar lutas políticas que marcaram as Províncias do Norte no final do século XIX, a exemplo do Movimento Quebra-quilos e do Ronco da Abelha, e relacioná-las a Canudos na Bahia, Contestado em Santa Catariana, Trombas e Formoso em Goiás, Caldeirão no Ceará, Guerra dos Bárbaros, Palmares e tantos outros levantes, guerras, movimentos; não estaremos errados se fizermos essa vinculação. Numa retrospectiva desses confrontos, eles se configuram como peças da longa história da luta camponesa no Brasil. Os eventos mencionados entre outros que, embora sejam importantes, não citamos neste artigo, reforçaram os embriões da vida associativa e tiveram início no período colonial, mas cresceram durante a Monarquia e se consolidaram durante a República Velha, ganhando estatuto de movimentos sociais. Esses acontecimentos políticos compuseram a vida social no Brasil desde os primeiros contatos com os europeus, ocasião em que foi iniciada a usurpação das terras, dos minerais, do pau-brasil, do patrimônio ambiental em geral, pois amparados por uma visão de mundo que os colocavam em situação de superioridade, calcada no jusnaturalismo, os europeus justificavam as práticas de opressão e a violência em relação aos povos originários, que deles se distanciavam e diferiam em relação ao domínio da técnica e o modo de vida.

Na raiz do projeto econômico que deu origem ao processo de colonização, em nível mundial, no século XVI, estava a busca de novos mercados, ancorada numa visão mercantilista, o que deu asas ao capitalismo em fases posteriores, embora o trabalho que produziu a acumulação capitalista tenha se concretizado a partir de relações servis.

Na Carta de Pero Vaz de Caminha, documento considerado a certidão de nascimento do Brasil, tem-se, na visão de contato do europeu com os povos originários, os primeiros traços da nossa identidade nacional, que irá se repetir e ser por nós repetida numa construção social contínua, em representações identitárias que se revigoram até o presente. Naquele momento, a nossa “inocência” foi enaltecida, e o nosso “exotismo” foi tão aclamado que circulou pelas ruas de Lisboa... Esse foi o nosso primeiro construto identitário, de fora para dentro. Posteriormente, diante das reações à usurpação das terras e ao rol de violências praticadas contra os grupos étnicos nativos fomos denominados de atozes, selvagens, bárbaros e canibais. Essas nomações sempre se fizeram presentes nos eventos em que os processos de resistência se estabeleciam em oposição à dominação e à usurpação dos bens materiais e simbólicos. Agressões de ordem semelhante foram praticadas contra os negros e negras durante mais de três séculos, e muitas foram as reações adotadas por essa etnia, que resultaram em impingir-lhes falsas caracterizações.

Ao registrar essa trajetória de exclusão, usurpação e resistência do povo brasileiro, verifi-

ca-se a existência de tantas lutas que, para conhecê-las em sua extensão e profundidade, precisaríamos compor uma enciclopédia ou dicionário de modo semelhante ao que fazem os ingleses com o *Oxford English Dictionary* (OED).

Num exercício dessa natureza caberia anotar as circunstâncias, as armas utilizadas, a participação do Estado por meio de instrumentos jurídicos e o aparato bélico utilizado nas lutas dos povos do campo; caberia, também, caracterizar a violência, considerando os homicídios cometidos por faixa etária, etnia, gênero e em massa (genocídios), o apagamento da memória e o etnocídio, com a imposição da língua e da religião do colonizador, além da negação de práticas consuetudinárias dos nativos; caberia, por fim, catalogar quantas etnias existiam no Brasil na situação de contato e quais eram suas manifestações culturais, dieta alimentar, práticas e organização social, a partir de documentos oficiais, eclesiásticos e civis. Isso feito nos proporcionaria uma boa visão de quem fomos e somos. Somente num trabalho dessa natureza poderíamos traçar um panorama mais próximo ao que realmente ocorreu no Brasil, em relação às lutas por direito, sob a liderança dos movimentos sociais. Enquanto algo assim não é feito, cabe recorrermos às pesquisas individuais que abordam os movimentos sociais em suas várias dimensões e longa cronologia, e esses estudos são muitos.

A despeito de tanta violência, genocídio e etnocídio, é recorrente, no Brasil, um discurso que busca nos convencer de que somos uma sociedade pacata e ordeira, promotora da ordem e do progresso, mesmo diante do arbítrio. Essa falácia teve seu ato inaugural na Carta de Pero Vaz de Caminha, mas foi ratificada com a instalação da República e com a proposição dos seus símbolos: Bandeira Nacional, Hino Nacional etc. Esses símbolos e visões costumam ser atualizados recorrentemente de forma mítica, como bem afirma Chauí (2000). O discurso da bipolarização acerca da ideologia nas escolas, com o projeto Escola Sem Partido, é um bom exemplo dessa reatualização mítica.

Contrapomo-nos ao discurso que nos põe nesse enquadre de povo ordeiro e satisfeito com os desmandos do Estado brasileiro e seguimos na contramão dessa visão que tem como propósito nos paralisar, nos adestrar, nos tornar dóceis frente à violência que nos acomete, cotidianamente, e, historicamente no Brasil. No contexto em que nos encontramos, basta que olhemos os dados oficiais divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do Estado, em seu Atlas da Violência 2020 (IPEA, 2020). Nesses dados estatísticos tem-se, no seu ápice, a violência contra negros, negras, indígenas, mulheres e pobres.

O tema é extenso e denso, e, para não nos repetirmos, colocamos como balizas abordar, resumidamente, os pontos a seguir:

- A estruturação do Estado brasileiro no que tange aos aparatos legais garantidores do Estado de Direito;
- As guerras, guerrilhas, movimentos sociais e processos de resistência frente aos poderes estabelecidos;
- O estádio do pleito de reparação da cidadã Elizabeth Teixeira, no que concerne à desapropriação da Fazenda Barra de Antas e sobre o assassinato de João Pedro Teixeira.

Por meio de fontes bibliográficas e documentais, retrocedemos no tempo para buscarmos compreender, nos fragmentos de memória, as lutas políticas que se revelam como testemunho da construção social de um Brasil “entre muros” (Dunker, 2015) e, “entre cercas”, conforme assim o

vemos – questão para a qual já chamava atenção Lula, na condição de deputado federal, em 1988. Possivelmente, viver entre cercas no campo e entre muros na cidade seja a mais cruel e visível das nossas identidades.

TRILHAS QUE NORTEARAM A PERSPECTIVA METODOLÓGICA

O caminho escolhido para realizar o roteiro proposto ancora-se na revisão bibliográfica sobre a luta pela terra no Brasil, sobre os movimentos sociais, de modo especial, em fatos narrados via história oral sobre as lutas pela terra na várzea Paraibana e em entrevistas com trabalhadores dessa região, além de depoimentos e documentos compilados a partir dos trabalhos divulgados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Evocamos a contribuição da *école des annales* na interpretação do documento. Não nos reportamos apenas ao documento no sentido oficial, documento cartorial, eclesial, institucional, mas também a outros documentos que tiveram origem nos embates políticos e nas manifestações culturais, depoimentos, fotos, entrevistas, atas de reuniões, registros de celebrações etc, por entendermos que

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994, p. 545)

Em consonância com o autor em pauta foi que buscamos interpretar os documentos, perscrutando as suas finalidades, propósitos e consequências, o que se desvela nesta narrativa, desde as escolhas teóricas até a organização sequencial do texto.

O processo de resistência camponesa e suas estratégias diante da opressão patronal e capitalista são analisados à luz de conceitos como criação e recriação do campesinato a partir de Martins (1986), e de um diálogo da Geografia com esse autor, por intermédio de geógrafos como Oliveira (1994), Fernandes (2001) e Rodrigues (2011,2017).

As lutas camponesas no Brasil marcam a nossa história de forma irrefutável, ocupando lugar de destaque no âmbito dos movimentos sociais. Estudos produzidos por Martins (1986), Gohn (2011), Scherer-Warren (1987), Oliveira (1994), Fernandes (2001), além de estudos produzidos no Grupo de pesquisa Gestar², fundamentam essa assertiva. Quanto à memória das Ligas Camponesas na várzea Paraibana há estudos relevantes, como os de Pereira (2009), Novaes (2002) e Souza (1996), Alves (2014), Oliveira (2012), dentre outros, que servem de aporte à compreensão do tema.

1. Parafraseando Braudel (2005), é imprescindível reconhecer que os camponeses são herdeiros de uma “história de longa duração”, embora as elites brasileiras esforcem-se em ocultar esse fato, o que, na prática, esbarra na impossibilidade e no confronto de interesses de classe, desvendados em episódios sangrentos, que marcaram a nossa história com massacres ocorridos em: Eldorado dos Carajás, em Corumbiara e em Pau D’Arco, entre outros.

2. Gestar: território, trabalho e cidadania – Grupo de pesquisa credenciado pelo CNPq/UFPB.

Pesquisadores da América Latina têm se pronunciado sobre a urgente necessidade de construirmos aportes teóricos a partir de uma visão do Sul, à luz de uma abordagem teórico-crítica que dê visibilidade ao conjunto das nossas problemáticas. No sentido posto, constata-se a existência de estudos nos quais, nas últimas décadas,

Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo (FERREIRA, 2000, p. 08).

No Brasil, diversos núcleos de pesquisa consolidados nas Instituições de Ensino Superior (IES) trabalham o referencial teórico da História Oral, o que tem contribuído também para fundamentar pesquisas no campo dos Direitos Humanos, especialmente os estudos sobre camponeses e povos tradicionais. Essa forma de abordagem das Ciências Humanas e Sociais tem se fortalecido, dando origem a diversos estudos nas pós-graduações no Brasil, apontando, inclusive, desafios à construção das Ciências Humanas e Sociais na América Latina. Há evidências de avanços em estudos que procuram elucidar o processo de colonização e descolonização, do mesmo modo como são recorrentes proposições que se ancoram nos estudos decoloniais, seguindo a tradição de pesquisadores da América Latina, como: Anibal Quijano, Ramón Grosfoguel, Arturo Escobar, Edgardo Lander, e Enrique Dussel, entre outros.

LUTAS POR TERRA E SUA PERMANENTE REEDIÇÃO: A REVELAÇÃO DE UM BRASIL EM BUSCA DE SI MESMO

No princípio da nossa formação social, no período colonial, as lutas políticas ocorreram impulsionadas por situações de injustiças que puseram em risco a vida de indivíduos e de coletividades a que pertenciam. Contudo, essas manifestações, confrontos, revoltas não se traduziam em formas organizativas, segundo Gohn (2011) e Pereira de Queiroz (1965).

É possível especular acerca das dificuldades que marcaram os movimentos sociais no Brasil, para que se viabilizassem em organicidade, desde a fase Colonial, e até mesmo em períodos mais recentes. Entretanto, a ideia de movimento não deve estar relacionada a uma escala geográfica específica, nem à participação associada ao quantitativo populacional, mas à força das ideias que possibilitavam os ajuntamentos e as reações das diferentes etnias e grupos sociais às opressões postas.

Se, do ponto de vista da organização social dos movimentos sociais, registramos alguns avanços, o mesmo não podemos dizer quanto ao usufruto dos direitos, uma vez que direito e cidadania são palavras que não compuseram o vernáculo político da sociedade brasileira por longo tempo. Fomos colônia de Portugal durante aproximadamente quatro séculos, e a nossa primeira Constituição, de 25 de março de 1824, foi outorgada, resultou de um ato do Imperador D. Pedro I. Acrescente-se a essa condição política de subordinação do Brasil ao Estado português a violência por ele perpetrada, ao dizimar grande parte da população nativa, além de ter devastado o nosso patrimônio ambiental.

A caracterização do Estado e, por conseguinte, da sociedade brasileira, com ênfase no processo de construção da nação, da cidadania e da democracia, temas longamente debatidos na academia e pelos movimentos sociais, ajudam-nos, no contexto atual, a pontuar o tema da exclusão social, que se apresenta como o mais grave da sociedade brasileira e sobre o qual precisamos avançar no sentido da sua superação, visto que ele perpassa outras problemáticas, como a étnico racial, a de gênero e a agrária etc.

Vale destacar que a complexidade dos problemas que se apresentam para a sociedade brasileira, no contexto atual, exige da universidade uma postura crítica e renovada. É visível que não temos conseguido propor teorias capazes de atender o conjunto das nossas demandas sociais, as quais derivam, em grande parte, da nossa herança histórica, sobretudo do nosso passado colonial. As mazelas desse passado não ocorrem, no presente, por conta das práticas predatórias e do saque das nossas riquezas, isso poderia ter sido superado, se a gestão dos recursos públicos fosse conduzida com ética pelos políticos brasileiros. Reportamo-nos a uma mentalidade escravocrata, coronelista e paroquial que permeia as relações sociais e, por conseguinte, todo o processo de constituição do Estado republicano – uma herança política que se reproduz continuamente. Contudo, não podemos negar que a *intelligentsia* brasileira, no exercício de pensar a sociedade, tem avançado desde os séculos XVIII e XIX, e, sobretudo, no tempo presente, no sentido da compreensão do processo de constituição social da nação, essa entendida em sua pluralidade cultural e social. Podemos citar uma gama de autores, tendências e movimentos que contribuíram para o avanço da compreensão dessa temática, desde autores estrangeiros – especialmente os viajantes naturalistas, a exemplo de Saint-Hilaire, Spix e Martius, e, brasilianistas como Warren Dean e Thomas Skidmore –, que refletiram sobre temas relevantes do Brasil, até autores brasileiros como José de Alencar, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, no século XIX. No século XX destacaram-se, na busca da construção do caráter nacional brasileiro, além de literatos como Monteiro Lobato e Mário de Andrade, precursores do Movimento Modernista, estudiosos de temas sociais do território, da sociedade e da identidade nacional³ como: Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Manoel Correia de Andrade, Milton Santos, Antonio Candido, Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, Jessé Souza e Christian Dunker. Esses, entre tantos outros autores, marcaram a produção acadêmica dos anos 1950 até os tempos atuais, discutindo profundamente “o caráter nacional brasileiro” por meio das mais diferentes áreas do conhecimento.

Sobre os fatores que conformaram a identidade nacional do Brasil destaca-se, no início do Brasil colonial, o modelo predatório de colonização, caracterizado pelo monopólio do comércio externo praticado pela metrópole, além da religião e da língua como fatores de imposição à construção de uma unidade cultural. Por isso, muitos são os autores que, para compreender o Brasil contemporâneo, empreenderam longos percursos de estudos que comportam recortes de longa duração, a exemplo de Prado Júnior (2000), de modo especial quando se refere à formação econômica do Brasil, tema que também mobilizou Furtado (2000), e Moraes (2002), ao abordar a temática numa perspectiva geográfica. Esses autores formulam seus argumentos nas trilhas do que também fizeram os autores anteriormente mencionados.

3. Ao citar esses autores, não temos a intenção de esgotar o conjunto da produção acadêmica que aborda o tema. Seria impossível, em apenas um artigo, fazer um levantamento minucioso que dê conta da totalidade da produção bibliográfica relativa ao tema.

Se, no início do processo de colonização, as práticas predatórias e a exploração mercantil engendraram, pela força da violência, a subjugação indígena, os séculos XVII, XVIII e XIX impuseram o trabalho escravo de forma absoluta e abominável, fato retratado por uma vasta literatura e obras de arte. Nos séculos XVIII e XIX, o Brasil vivenciou uma ampliação da divisão internacional do trabalho, com a exploração do ouro e o crescimento das cidades, mas as poucas instituições que foram criadas visavam atender as demandas de uma burguesia ascendente. A classe dominante foi ampliada, mas a massa dos excluídos cresceu proporcionalmente à concentração de riquezas, paradoxo que marca a história do Brasil em diferentes recortes e contextos históricos, sobretudo no presente, onde predomina uma enorme concentração de terras e da renda.

Antecedendo à república, no século XIX, foi promulgada a Lei de Terras, de 1850⁴, regulamentada pelo Decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854, que evidencia uma posição verdadeiramente clara do Estado brasileiro frente à propriedade da terra, ao mesmo tempo em que essa se configura num divisor de águas da história agrária do Brasil.

A proposta da Lei de Terras de 1850 teve como meta preparar as elites para enfrentar a Abolição da Escravidão, fato que se deu em 1888, com a Lei Áurea, mas as tensões que antecederam esse ato podem ser entendidas na seguinte perspectiva:

A busca do equilíbrio entre as forças conservadoras favoráveis à manutenção do trabalho escravo e as forças liberais que defendiam a Abolição da Escravidão resultou numa legislação dúbia, que se por um lado procurava introduzir outras formas de relações de trabalho, a exemplo do colonato, por outro buscava ampliar as formas já existentes, que resultavam na exploração do sobre trabalho dos homens pobres livres (RODRIGUES, 2007, p 8.).

Sem terra e sem direitos, os negros e negras tiveram que se submeter às relações de trabalho servis, semiescravas, amargando longas jornadas de trabalho, além da negação dos direitos fundamentais, inclusive o direito à escola, negado por lei até o final do século XIX. No que concerne a outros direitos como o acesso à terra de trabalho, o desrespeito permanece até o tempo presente, pois embora conste o direito às terras tradicionais na Constituição de 1988, no Código Civil, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e em legislações complementares, essas legislações, tratados e normas constitucionais nem sempre são respeitados pelo Estado brasileiro⁵. Cabe aqui mencionar a demora na demarcação das terras quilombolas, cotidianamente proteladas, apesar da legitimidade desse tipo de pleito ter sido julgada improcedente em fevereiro de 2018, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 3239), que tramitou na Suprema Corte Brasileira por aproximadamente 15 anos. Acrescemos ainda a essa pauta o genocídio negro, problema que demanda atenção especial no presente.

Ficaram célebres, por sua resistência, a Guerra dos Bárbaros e a Guerra dos Palmares. Esses dois enfrentamentos que marcaram a história do Brasil são exemplos das primeiras longas

4. O ano de promulgação da Lei de Terras é o mesmo da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que propugnava o fim do tráfico negreiro em território nacional.

5. De início em seu artigo 1º, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) define a República Federativa do Brasil como Estado democrático de direito ao destacar: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa; V - o pluralismo político.

manifestações de resistência do povo brasileiro.

A Guerra dos Bárbaros, segundo Dias (2011), foi um conflito entre indígenas do grupo linguístico Macro-jê, unidos naquela que ficou conhecida como Confederação do Cariri, contra as forças colonizadoras portuguesas na América. Palmares foi protagonizada por negros e negras sob a liderança de Zumbi que, cientes da exploração a que estavam submetidos, aquilombaram-se, formando um enorme contingente populacional, que também pôs em risco o domínio português.

Somente em 1891 tivemos a primeira Constituição promulgada, ou seja, 66 anos após a independência. Durante o império, os enfrentamentos, revoltas e manifestações persistiram, sob a égide de figuras religiosas, exceto as lutas provinciais, que tiveram como principais bandeiras a busca por independência do Reino de Portugal e na liderança, quase sempre, estiveram políticos e homens de negócio, embora esses movimentos contassem com uma forte participação popular. Já as lutas camponesas, lideradas por religiosos, receberam a denominação de movimentos messiânicos, conforme destaca Queiroz (1965) e Martins (1981, 1986), e foram esmagadas por milícias contratadas pelo patronato rural ou pelo Estado.

Não podemos deixar de reafirmar os passos dados na perspectiva da construção de um Estado democrático, no século XX, que garantiu o protagonismo **de sujeitos de direito**, mulheres, populações tradicionais, população LGBTQIa+ a partir da promulgação da Constituição de 1988, e também da assinatura de Tratados Internacionais. Esses marcos regulatórios foram instalados em combate à Ditadura Militar de 1964, e como desdobramento das lutas sociais pela Constituinte, e possibilitaram a implantação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos durante o recente Governo Popular.

PRISÕES, ASSASSINATOS E NEGAÇÃO DE DIREITO À TERRA DE TRABALHO NA VÁRZEA PARAIBANA

Mas eu hoje penso assim, ainda, na luta no campo que eu tive que enfrentar, depois do assassinato dele [João Pedro Teixeira], muitas prisões a minha pessoa, né? Depois, com a Ditadura Militar, depois de 8 meses eu fui liberada, mas tive que fugir da Paraíba. Fugi para o Rio Grande do Norte para uma cidade chamada São Rafael. Um amigo de João Pedro tinha uma casinha lá. Eu fui morar lá com o nome de Marta Maria da Costa, né? Sem os filhos, os filhos abandonados, e lá eu passei quantos anos de Ditadura? Todos os anos de Ditadura lá. (Depoimento de Elizabeth Teixeira na Comissão Nacional da Verdade)

No que concerne à memória camponesa da Várzea Paraibana, cabe destacar a luta pela terra dos acampados da Fazenda Antas, situada no município de Sobrado-PB, visto que trazer essa memória **significa registrar um passado que se faz presente**, seja na inoperância do Estado brasileiro no atendimento aos direitos constitucionais assegurados aos trabalhadores na Carta Magna de 1988, de modo especial no que concerne ao acesso à propriedade da terra, seja na reedição, recorrência e resistência de uma memória que não se deixa calar e se reatualiza no Memorial das Lutas e das Ligas Camponesas.

A Fazenda Antas é objeto de disputas por parte dos camponeses desde a época das Ligas Camponesas. Ela é contígua à fazenda Melancia, que é citada por Elizabeth Teixeira e outros de-

poentes na CNV, ao narrarem a opressão aos trabalhadores em Sapé, e foi desapropriada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Decreto de 4 de dezembro de 2006, publicado no DOU de 05.12.2006 (fl. 16). O proprietário da terra, Sebastião Figueiredo Coutinho, conhecido por Bastos Ramos, obteve, em 2007, liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria da ministra Ellen Gracie, suspendendo os efeitos do decreto de desapropriação expedido pelo então presidente Lula. A ministra Ellen Gracie pautou-se em argumentações, presentes em documentos anexados ao processo do dono da Fazenda Antas, no qual argumentava que “o processo que subsidiou o ato impetrado – INCRA/SR18/nº 54320.001865/2005-12 – violou o art. 2º, § 6º, da Lei 8.629/1993, uma vez que o imóvel em questão foi alvo de sucessivas invasões provocadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST), com fixação de acampamento em área de 30 hectares do imóvel e consecutiva destruição de plantações e ameaças aos funcionários da fazenda”. Segundo o proprietário, a “invasão” provocou enorme redução da produtividade da fazenda.

O Incra recorreu à decisão do STF, e o recurso foi julgado em fevereiro de 2014, favorável aos camponeses, contra os votos dos quatro ministros: Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes e Celso de Mello, ou seja a liminar concedida pelo STF foi cassada.

Na relatoria do ministro Joaquim Barbosa ficaram claras as divergências entre as informações da Presidência da República e as do dono do imóvel, a exemplo da denúncia de invasão das terras em 2005, posterior à edição da medida provisória (MP 2.183-56/2001). Foram contrapostas a denúncia de invasão de terras feita pelo proprietário, e a confirmação da presença dos trabalhadores na terra em disputa, em período anterior à Medida Provisória (MP 2.183-56/2001), conforme registra o laudo agrônômico anexado ao processo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse mesmo documento constam informações que comprovam ter o impetrante devastado, em sua propriedade, remanescentes da Mata Atlântica, quando a legislação, art.9º, da Lei 8.629/1993⁶ recomenda preservá-los. Portanto, **o imóvel não cumpria com a sua função social.**

O que fundamentou os argumentos dos ministros do STF contrários à desapropriação foi a acusação por meio de documentos anexados ao processo pelo proprietário da Fazenda Antas, de que a área havia sido invadida, desrespeitando a medida provisória (a MP 2.183-56/2001). Os ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes e Ellen Gracie entenderam que existiam elementos no processo que comprovam ter o Incra realizado a vistoria do imóvel rural após ele ter sido invadido por integrantes do Movimento dos Sem-Terra. Se a vistoria foi feita posteriormente, deve-se às burocracias e à morosidade do órgão; quanto a presença dos trabalhadores, no local, antecede em longo tempo essa vistoria, conforme testemunham as comunidades localizadas no seu entorno além dos movimentos sociais.

Os documentos que constam no processo não têm força para contestar a realidade narrada pelos trabalhadores, que resistem até o presente, além dos testemunhos das instituições, movimentos sociais e sociedade civil, pois existem amplos registros sobre as violências cotidianas vividas por esses trabalhadores durante esse período. Várias foram as tentativas de retirá-los do local via força policial, inclusive, com reincidências de prisões e de retorno dos trabalhadores à luta pela terra.

Do conjunto dos documentos analisados pode-se afirmar que se forja uma justiça construída com documentos e provas abomináveis, as quais se repetem não somente nesse processo,

6. <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25342606/mandado-de-seguranca-ms-26336-df-stf/inteiro-teor-159438197>

mas em muitos outros, numa incessante judicialização e criminalização de inocentes; a exemplo do processo de criminalização dos trabalhadores de Mogeiro-PB, inocentados em julgamento público em 2015, após sofrerem perseguições, prisões e assassinatos de familiares durante 15 anos.

A narrativa abreviada dessa ocupação nos dá a dimensão dos desrespeitos aos Direitos Humanos praticados contra os trabalhadores do campo na Paraíba, pelos latifundiários e seus apoiadores.

No conjunto das questões debatidas ao longo deste ensaio, não há uma conclusão a ser posta, visto que o Estado, seja no exercício de suas funções administrativas, seja por meio do Poder Judiciário, não concluiu os trabalhos no que tange à devolução da terra aos trabalhadores, não fez valer o texto constitucional de 1988, no que concerne à função social da terra. A despeito dessas dificuldades, ainda cabe registrar uma memória povoada por episódios sangrentos, famílias separadas, vidas ceifadas, em consequência da Ditadura Militar. Desses escombros se refez o processo organizativo que deu lugar ao Acampamento Antas, onde estão presentes camponeses que resistiram à opressão patronal na Transição Democrática, em luta por terra de trabalho. Fazem-se presentes, no Memorial, jovens filhos de assentados da Reforma Agrária e acampados que participam da construção do Memorial das Lutas e das Ligas Camponesas. Entre eles, há um cuidado permanente com a sua história e a dos seus ancestrais, a exemplo destacamos a voz de Alane Silva de Lima, por meio de sua atuação como militante na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na coordenação do Memorial, ao reafirmar sua inspiração na história de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, e, ao conclamar os trabalhadores e os movimentos sociais a fazerem o mesmo:

(.....) dizer que João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira foi um marco e que é um exemplo de vida e de luta que a gente tem com... a gente guarda e até hoje a gente faz tudo para guardar, para mostrar e para dizer que, não é todo mundo não, viu, companheira Elizabeth Teixeira? Não é todo mundo não, que tem a coragem de assumir a luta, que tem a coragem... que na hora mais forte... de dizer... “continuarei na tua luta”, né? Na hora mais triste também! E aí dizer que é um peso muito grande eu, enquanto jovem, dizer que, eu também vou continuar, nós enquanto movimentos sociais, devemos continuar a luta! E dizer que o movimento, que a Pastoral da Terra, a gente tá sempre fazendo isso e aí eu trago presente o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, né? Que tá se reunindo mensalmente, trago presente o futuro Assentamento Elizabeth Teixeira, que hoje atualmente é o Acampamento Antas, que tá com 18 anos de luta! E a gente hoje ainda tá nos entraves... com a Justiça Federal... e aí tá só faltando a emissão de posse, mas ainda tá com os entraves total, pra gente não entrar na terra, e aí dizer que hoje os latifundiários, eles estão se organizando cada vez mais pra que não dê certo, mas a gente não desiste, a gente vai continuar na luta! E dizer mais, que nós agricultores devemos ter a responsabilidade de manter essa história viva, né? Agricultores, jovens... e ocupando espaços como esse, uns espaços como a Câmara, uns espaços como todos os setores públicos. E dizer que a gente também tem a capacidade de assumir, e junto com Elisabeth, tendo força e se inspirando nela para dar continuidade a essa luta!”

(Depoimento de Alane Silva Lima em Sessão Solene da Câmara de Vereadores de João Pessoa-PB).

Os registros documentais, as narrativas e as vivências relatadas pelo conjunto dos entrevis-

tados possibilitam visualizar uma terra fértil em Sapé, talvez possamos dizer que há uma terra em pousio onde, quiçá, flores e sementes bem cuidadas ensejarão um novo porvir.

Contudo, o Poder Judiciário, ao expor e julgar camponeses inocentes, em luta pela terra de trabalho, com o mesmo rigor que julga indivíduos que promovem a violência social, acresceu à vida desses sujeitos perdas irreparáveis. Fatos dessa natureza foram relatados a CNV, no rastro da Ditadura Militar de 1964. No que diz respeito à Lei da Anistia e a Justiça de Transição no Brasil há, sobretudo, decepções, visto que não foram asseguradas as reparações esperadas pelas famílias violentadas pela Ditadura Militar. Essas famílias não almejam a uma mera indenização material, nem a exposição de suas dores no espaço público. Referindo-se à Lei de Anistia, Neide Araújo, filha de Pedro Fazendeiro, declarou que

não a reconhecia [a anistia], porque seu sofrimento não foi só na época da repressão militar, período em que passou fome e durante o qual morou numa casa de palha. Para ela, que viu a mãe perder a visão por ter de costurar no escuro para sustentar os filhos “a ferida não fecha” e a amargura continua, pois, com a Anistia, o seu pai não foi encontrado, e, ao falar sobre uma espera que se arrasta por cinquenta anos, desabafa: “a minha vida é uma eterna tortura” (ALVES, 2014, P. 42).

A partir de experiências vividas, a memória individual e familiar se consolida como um tecido forjado num diálogo entre gerações, que reverbera no espaço social, contribuindo para a construção da memória coletiva. Como afirma Bosi (1994, p. 407):

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente.

As palavras de Neide Araújo encontram ressonância em Reis (2010, p. 173) em resposta ao silêncio que perdurou após o Golpe Militar de 1964. O encontro desses pensares dialogam sobre questões centrais que estão no âmago de sustentação à Lei da Anistia. O autor ratifica o pensamento da Neide Araújo, ao descrever a ineficácia dessa lei, a partir de três formas de silenciamento, assim explicado: **“o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973”**. (Grifos da autora)

Embora esses silêncios tenham sido rompidos, em parte, com a instalação da CNV – e com a conclusão dos trabalhos divulgados em audiências públicas e em publicações acadêmicas –, ainda há muito a caminhar na perspectiva de se fazer justiça aos crimes da Ditadura Militar de 1964.

Concordamos com a deputada Luíza Erundina ao afirmar, na audiência pública de Sapé:

Se os torturadores não forem julgados ou não disserem quem mataram, tor-

turaram e onde ocultaram seus cadáveres em depoimentos públicos, de nada adiantará esta luta, de nada terá adiantado todo esse esforço da comissão da verdade. Vamos para a rua pedir por justiça!

(Depoimento de Luíza Erundina, deputada Federal e Membro da CNV na audiência em Sapé, PB).

Entendemos, portanto, que a primeira das injustiças a ser reparada diz respeito à revisão da Lei nº 6.683, promulgada no dia 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, que deixou impunes os torturadores, colocando-os no mesmo nível dos cidadãos por eles torturados, inocentes de diferentes etnias, profissões e gênero. Essa é uma das mais vis injustiças a serem reparadas, visto que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, e assinada inicialmente por 26 países, inclusive pelo Brasil, a tortura e a escravidão são tidas como práticas abomináveis.

A despeito dos silêncios relacionados aos crimes da Ditadura Militar, que perdurou durante anos, deveria o Estado brasileiro rever o seu percurso e a omissão praticada, e assumir como tarefa prioritária acatar e garantir a efetivação das recomendações feitas pela CNV, no papel que lhe coube, uma vez que a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, também preceitua a dignidade da pessoa humana entre os seus princípios fundamentais e no que diz respeito a direitos e deveres individuais e coletivos, no seu art.5º, III XLIII, XLVII, XLIX, entre outros.

Ao referir-se a João Pedro Teixeira, a CNV registrou a seguinte conclusão:

Conclui-se que João Pedro Teixeira foi morto por pistoleiros contratados por latifundiários da região de Sapé-PB, em ação que contou com a conivência e omissão do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos contra os trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

Esse parecer conflui com as demandas dos movimentos sociais, uma vez que responsabiliza o Estado quanto aos crimes praticados e recomenda a continuidade das investigações.

CONSIDERAÇÕES

Sendo este um ensaio que pretende somar-se às atividades do dia 8 de março de 2021, Dia Internacional da Mulher, promovido pela Associação dos Docentes da UFPB, consideramos pertinente destacar alguns aspectos relativos à sua problemática, tais como:

- a luta pela terra é um desafio e, apesar de ter atravessado séculos no Brasil, ainda é uma pauta urgente;

- o abandono da agricultura familiar de base camponesa, e o desmonte, em 2016, da maioria das políticas públicas direcionadas a esse setor, via Golpe Midiático e Parlamentar impedido contra a Presidenta Dilma Roussef, atenta não somente contra o movimento camponês, mas contra a soberania e a segurança alimentar no país, pois a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção dos alimentos que chega à mesa da sociedade brasileira;

- a transição democrática não completou o seu ciclo, mantém-se inconclusa, à espera de um conjunto de ações, especialmente na várzea Paraibana, onde os processos iniciados no período denominado de Transição Democrática continuam a demandar por justiça;

- a terra é um Direito Humano; produzir alimentos é a sua função social. Do mesmo modo ela demanda cuidados, visto tratar-se de patrimônio ambiental e direito difuso;

- as lutas dos Movimentos Feministas, em suas várias bandeiras e matizes, cujo cerne é a dignidade da pessoa humana, ao incluir os direitos fundamentais coletivos e difusos necessários às mulheres e aos homens, independentemente de seu credo, gênero, etnia e orientação sexual, contribuem para a construção de uma pauta revolucionária, pois respeita as diferenças sem distinção;

- ao nos mobilizarmos em marchas, em atos presenciais e virtuais e ocuparmos funções públicas de gestoras no Estado, ou de sindicalistas, de trabalhadoras comprometidas na perspectiva da construção de uma sociedade com justiça social, sem desigualdades e opressão, produzimos utopias que alimentam as gerações - isso é alvissareiro em nosso esperar sem temor.

Finalmente, sobre a Reforma Agrária, pode-se falar de um processo em curso, que se concretiza a ferro, fogo e fé, e que assim continua em construção com trabalhadores acampados, vivendo em situações precárias, enquanto terras improdutivas alimentam o latifúndio e o agronegócio e aumentam o endividamento interno do Brasil.

Destacamos a relevância de pautar o processo organizativo dos camponeses em Barra de Antas, onde se encontra situada a antiga residência de João Pedro Teixeira e família, transformada no Memorial das Lutas Camponesas. Lá no Memorial, um grupo de militantes dos movimentos sociais, e de profissionais das mais diferentes áreas desenvolvem atividades diversas que possibilitam manter viva e pulsante a memória camponesa.

Por fim, temos clareza que promover a justiça social e a reparação às injustiças é tarefa das instituições de direito, que devem agir para atender as demandas de organizações e movimentos sociais. Mas, como pesquisadores e pesquisadoras, é nosso dever impulsioná-las, pois se assim ocorrer conquistaremos o que propôs Saramago (1997): “um direito que respeite, uma justiça que cumpra”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. João Pessoa: PPGDH/UFPB, 2014.

ARAÚJO, Neide. **Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em conjunto com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba** (CEV-PB). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H2asPJE0ngA>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 3239/DF**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Distrito Federal: Supremo Tribunal Federal, 2008. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2227157>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Agrário**. Desapropriação e fundamentos. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF: Supremo Tribunal Federal (STF), 2011. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=6.32562&seo=1%3E>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 1.318**, de 30 de janeiro de 1854. Lei de Terras de 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.318%2C%20DE%2030,18%20de%20Setembro%20de%201850.&text=Pal%C3%A1cio%20do%20Rio%20de%20Janeiro,de%20Sua%20Magestade%20o%20Imperador. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 6.683**, 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Mandado de segurança MS26336**. Brasília: STF, 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=26336&classe=MS&origem=AP&recorso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. *In*: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. [1948].

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A guerra dos bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa. **Rev. Eletr. de Hist. do Brasil**, Juiz de Fora, UFJF, v. 5, n. 1, jan-jun. 2001.

DUNKER, Christian Ingo Laenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, Editora, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n. 3, p.111-124, maio/jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2014.

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PAAtAxDbznSAJ:www.ambito-juridico.com.br/site/index.php%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D8888+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 nov. 2015.

INCRA. **Decisão do STF pode por fim a um dos conflitos de terra mais antigos do Brasil**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/paraiba-decisao-do-stf-pode-por-fim-a-um-dos-conflitos-de-terra-mais->

-antigos-do-brasil. Acesso em: 3 fev. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência**. Brasília, Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 3 fev. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, Jose de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1981.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. *In*: STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Mariana Borba de. **Certificação Participativa e Agroecologia: Processos De Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós Graduação em Geografia, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, Mauro Roberto Alves de. **O Artigo 5º Da Declaração Universal Dos Direitos Do Homem**. 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-artigo-5-da-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem/613/#ixzz46vXKiZv>. Acesso em: 13 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 169**. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm#textoimpressao. Acesso em: 3 fev. 2021

PARAIBA. **Decreto nº 2.212/2010**, de 15 de junho de 2010. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, a área que indica e dá outras providências. Disponível em: <http://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-47309.html>

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos Assentamentos Rurais**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2009.

PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. *In*: VEIGA, José Eli da (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 15-85.

RÁDIOTUBE. **Depoimento**. Disponível em: <http://www.radiotube.org.br/audio-3381UiSeE3iJk>. Acesso em: 04 dez. 2015.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jun. 2010.

RODRIGUES, M. de F. F. Um Olhar Dirigido ao Campo e ao Campus: narrativa e caminhos de uma investigação sobre políticas públicas no Estado da Paraíba, Brasil. *In*: RODRIGUES, M. de F. F. (Org.). **Do Campus ao Campo**. João Pessoa: UFPB, 2011.

RODRIGUES, M. de F. F.; MUNIZ, Iranice. Função social da terra e agroecologia: democracia, cidadania e direitos humanos *In*: RODRIGUES, M. de F. F. **Da terra que assegura a vida aos alimentos sem agrotóxicos** (Org.). 1. ed.- Curitiba: Appris, 2017.

RODRIGUES, M. F. F. Trajetórias de Exclusão, Territorialidades em Construção: processo de resistência de negros, índios e camponeses no Estado da Paraíba-Brasil. *In*: ANPEGE. 2007. **Anais [...]**. Niterói, 2007.

SARAMAGO, José de. Prefácio. *In*. SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais *In*: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (org.). **Uma Revolução no cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SOUZA, F. de A. L. Nordeste: **O Vietnã que não houve** - Ligas Camponesas e o Golpe de 64. Londrina: Ed. UEL e Ed. Universitária/UFPB, 1996.

ANEXOS



ADUF PB
Seção Sindical do ANDES-SN

com a participação do SINTESP, DCE e movimentos de mulheres da PB

9 a 12 de março de 2020



Auditório do CE e centro de vivência do campus I,
e nos campi areia (II), Bananeiras (III) e Litoral norte (IV)

ADUFPB REALIZA EM 2020 A 1ª SEMANA MULHERES EM RESISTÊNCIA

Cerca de 40 professoras, pesquisadoras, representantes dos movimentos feministas, sociais, sindicais e políticos da Paraíba integram a programação da I Semana Mulheres em Resistência, realizada pela ADUFPB, de 9 a 12 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento compõe a agenda de atividades da Jornada 8 de Março, idealizada pelo Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, que congregou, em 2020, cerca de 75 entidades representativas da pluralidade e diversidade dos movimentos de mulheres em nosso estado. Juntas, essas representações promoveram, no próprio dia 8 de março, um grande festival político-cultural, que levou cerca de 1.500 participantes ao Busto de Tamandaré, em João Pessoa. Além do festival, as diversas entidades que compõem o Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba também realizaram suas próprias agendas de atividades, construindo a Jornada 8 de Março, que se prolongou ao longo do mês.

Com esse espírito de integração no Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, a I Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB representa a contribuição do sindicato para o fortalecimento das lutas feministas em nosso estado, ao tempo em que insere na própria agenda da entidade o compromisso com os movimentos de mulheres, um compromisso de campanha assumido pela atual diretoria. A participação ativa da ADUFPB na construção da Jornada 8 de Março e a realização de uma semana de palestras e debates foi um dos primeiros passos nesse caminho.

Para definir o formato da Semana Mulheres em Resistência, as diretoras da ADUFPB que integram a organização do evento avaliaram a importância de destacar aquilo que une todas elas: o fato de serem educadoras. Nesse sentido, a programação possui um certo caráter acadêmico, com mesas redondas e palestras, segundo explica Sandra Luna, Diretora de Cultura do sindicato e uma das coordenadoras do evento.

“Mas temos consciência de estarmos atuando em um sindicato, daí a iniciativa de congregar professoras pesquisadoras dos temas em destaque, mas também militantes dos movimentos de mulheres, dos movimentos sociais e sindicais, além de representações da política”, explica.

Importante destacar, finalmente, que as palestras e mesas-redondas que compõem a programação da I Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB não foram centralizadas no *Campus I* em João Pessoa, mas ocorreram nos três *campi* do interior (Areia, Bananeiras e Litoral Norte). O evento, portanto, foi organizado de forma a contemplar temas relevantes para os espaços nos quais seriam debatidos, respeitando-se os perfis e peculiaridades de cada local. No Litoral Norte, os debates recaíram sobre questões étnico-raciais. Areia e Bananeiras focalizaram, em perspectivas distintas, os movimentos de mulheres do campo.

A I Semana Mulheres em Resistência foi encerrada no dia 12 de março com uma expressiva roda de conversa entre as participantes na sede do *Campus I* da ADUFPB, no Centro de Vivência da UFPB, em João Pessoa. Ao fim de uma intensa e produtiva semana de atividades, diante do êxito do evento, as diretoras do sindicato criaram um comitê “Mulheres em Resistência”, com o compromisso de dar continuidade às lutas feministas na entidade e promover, em 2021, a segunda edição da Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB.

PROGRAMAÇÃO

1ª Semana Mulheres em Resistência
De 9 a 12 de março de 2020
Campi João Pessoa, Areia, Bananeiras e Litoral Norte

Dia 09/03/2020 – Segunda-Feira

Campus I – Auditório do Centro de Educação (CE)

MANHÃ

8h30 – ABERTURA

9h00 – PALESTRA: Memória dos Movimentos de Mulheres

Palestrante: Iranice Gonçalves Muniz (Professora do DCSA/CCHSA/UFPB – Bananeiras, Ativista de Direitos Humanos e Diretora da Secretaria-Adjunta da ADUFPB Bananeiras)

10h00 – MESA-REDONDA: Mulheres, Diversidade e Direitos Humanos

Debatedoras:

- Maísa Félix Ribeiro de Araújo (Coordenadora das Delegacias da Mulher do Estado da Paraíba)
- Glória de Lourdes Freire Rabay (Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFPB)
- Socorro Pimentel (Doutoranda em Educação/UFC e Ativista da luta antirracista e gênero)
- Maria Medeiros (Mestranda em Letras-UFPB/ Militante Transfeminista)

Mediadora: Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa (Professora do Centro de Ciências Jurídicas e Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFPB)

TARDE

14h30 – MESA-REDONDA: Mulheres em Luta contra a Violência e o Femicídio

Debatedoras:

- Rosane Maria Araújo e Oliveira (Promotora de Justiça de Defesa da Mulher em João Pessoa – MPPB)
- Francly Silva (Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFPB/Ativista do Movimento Negro)
- Jade Mariam Vaccari (Coordenadora do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e Transfeminista)
- Lis Carolinne Lemos (Vice-Coodenadora do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da UFPB – CoMu)

Mediadora: Anita Leocádia Pereira dos Santos (Professora do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais – CCA/UFPB, Membro do NIPAM/CE/UFPB)

16h30 – MESA-REDONDA: Mulheres, Educação e Políticas Públicas

Debatedoras:

- Maria Eulina Pessoa de Carvalho (Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFPB)
- Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Professora do Departamento de Serviço Social/CCHLA e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFPB)
- Áurea Augusta Rodrigues da Mata (Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas-CE-UFPB/ Setorial Estadual de Mulheres do PSOL/PB)

Mediadora: Rita Porto (Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Diretora de Políticas Educacionais e Científicas da ADUFPB)

Dia 10/03/2020 – Terça-Feira

Campus III (manhã) / Campus II (tarde) / Campus IV (noite)

MANHÃ – CAMPUS III – BANANEIRAS

10h00 – PALESTRA: Memória dos Movimentos de Mulheres do Campo (Campus III – Bananeiras – Auditório do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN)

Palestrante: Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo (Professora do Departamento de Educação do CCHSA da UFPB/Bananeiras e Ativista da Educação do Campo).

TARDE – CAMPUS II – AREIA

14h30 – MESA-REDONDA: Movimentos de Mulheres do Campo: ontem e hoje
(Campus II – Areia) – Auditório do Prédio Central do CCA)

Debatedoras:

- Maria de Lourdes Meira (União Brasileira de Mulheres/UBM PB)
- Maria de Lourdes de Souza (Dona Quinca – Fórum dos Assentados dos Municípios de Areia, Serraria, Pilões e Remígio)
- Francisca Paulina da Conceição Gonçalves (Movimento do Pequeno Agricultor – MPA)

Mediadora: Rociane Trajano da Fonseca (Assistente Social CCA/UFPB, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher)

NOITE – CAMPUS IV – LITORAL NORTE

19h00 – MESA-REDONDA: Mulheres e Relações Étnico-Raciais
(Campus IV – Litoral Norte – Auditório da Unidade Mamanguape)

Debatedoras:

- Laura Berquó (Professora da UFPB-Campus IV/Advogada/Ex-Conselheira Estadual de Direitos Humanos)
- Sanderline Ribeiro dos Santos (Mestranda em Ciências das Religiões/UFPB, AMIP – Articulação de Mulheres Indígenas da Paraíba)

Mediadora: Maria da Penha Caetano (Professora do Departamento de Educação – Campus IV/UFPB e Diretora da Subsecretaria da ADUFPB/Litoral Norte)

Dia 11/03/2020 – Quarta-feira

Campus I – Centro de Vivência

TARDE

14h30 – MESA-REDONDA: Mulheres e Qualidade de Vida

Debatedoras:

- Maria Lucia Abaurre (Professora do Departamento de Ciências das Religiões da UFPB e Professora de Yoga)
- Joana d’Arc da Silva (Psicóloga, Educadora Física e Popular, Coordenadora da Cunha- Coletivo Feminista e Ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras – PB)
- Alice Teresinha Maciel (Professora/Palestrante de Terapias Holísticas e Acupuntura. Ativista do MUDE – Movimento de Mulheres com Deficiência, e do MML (Movimento de Mulheres em Luta).

Mediadora: Francieleide de Araújo Rodrigues (Professora do Departamento de Enfermagem Clínica/ CCS/UFPB e Vice-Presidente da ADUFPB)

16h30 – MESA-REDONDA: Mulheres, Arte e Cultura

Debatedoras:

- Juliana de Luna Freire (Professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPB e Pesquisadora da área de Estudos Culturais)
- Sandra Raquew Azevedo (Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da UFPB)
- Ana Cristina Marinho Lúcio (Professora do DLCV/Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras – UFPB/Atriz do Grupo de Teatro Osfodidário)
- Carine Fiúza (Cineasta e Mestranda em Comunicação – PPGC/UFPB)

Mediadora: Sandra Luna (Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB/ Diretora Cultural da ADUFPB)

Dia 12/03/2020 – Quinta-Feira

Campus I – Centro de Vivência

MANHÃ

8h30 – MESA-REDONDA: Feminismo, Política e Sindicalismo

Debatedoras:

- Cida Ramos (Deputada Estadual do PSB e Professora do Departamento de Serviço Social/CCHLA/UFPB)
- Sandra Marrocos (Vereadora do município de João Pessoa-PB)
- Zezé Béchade (Secretária Estadual de Mulheres do PT)
- Geralda Vitor dos Santos (Presidente do SINTESPB)

Mediadora: Maria do Socorro Xavier (Conselho de Representantes da ADUFPB – Departamento de Educação do Campo/CE/UFPB)

10h30 – MESA-REDONDA: Mulheres e Movimentos Sociais

Debatedoras:

- Fátima Rodrigues (Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UFPB. Militante dos Movimentos Sociais do Campo pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/UFPB)
- Wilma Martins (Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas/CCHLA e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UFPB. Militante dos Direitos Humanos)
- Eva Vilma (MST/PB)
- Jacyara Tabajara (Antropóloga, Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres em Conde-PB)

Mediadora: Ana Paula Romão (Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas-CE/UFPB)

TARDE

14h30 – Roda de Conversa com representantes de Movimentos de Mulheres da Paraíba

18h00 – Lançamento da Carta das Mulheres em Resistência da Paraíba





8, 9, 10 E 11
DE MARÇO

MESA-REDONDA, PALESTRA, VIGÍLIA E MOBILIZAÇÃO

MOVIMENTOS DE MULHERES DO CAMPI

Diversidade e

Direitos Humanos

Memória dos movimentos de mulheres

Luta contra a

violência e o feminicídio

Mulheres, Arte

e cultura

Mulheres,

qualidade de vida

e trabalho digno

Educação

feminismo, política e sindicalismo

Mulheres e movimentos sociais

E MUITO MAIS!!!

Educação e Políticas Públicas

MULHERES EM RESISTÊNCIA

2ª Semana



Seção Sindical do ANBRS-SN
QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SOZ

esta atividade faz parte da
jornada 8 de março de 2021



NO CANAL DO
YOUTUBE DA ADUFPB



Seção Sindical do ANBRS-SN
QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SOZ

8, 9, 10 E 11
DE MARÇO

MESA-REDONDA, PALESTRA,
VIGÍLIA E MOBILIZAÇÃO

esta atividade faz parte da
jornada 8 de março de 2021

FOTO: Nathalia Wiliany (Levante)
@nathaliawiliany



ADUFPB REALIZA EM 2021 A 2ª SEMANA MULHERES EM RESISTÊNCIA

No 8 de março, o mundo lembra a história de luta das mulheres por igualdade, direitos e dignidade. O Dia Internacional da Mulher está longe de ser um momento de pura celebração. Ele é, antes disso, a reafirmação de que ainda há um longo caminho a percorrer até a extinção do modelo patriarcal que oprime e subjugam mulheres de todas as idades, etnias, crenças e classes sociais.

Inspirada nesse espírito de luta, a ADUFPB realizou a **II Semana Mulheres em Resistência**, evento que contou com uma programação ampla, incluindo debate, palestra, mesa-redonda e uma vigília virtual. Em pauta, temas como educação, trabalho digno e os efeitos da pandemia sobre a saúde da mulher.

“Cada dia da semana tivemos atividades diferentes, com o intuito de promover reflexões e debates que nos permitam ampliar e aprofundar temas complexos relativos às lutas feministas na atual conjuntura”, explica a diretora de Cultura da ADUFPB, Sandra Luna. Segundo ela, a Semana Mulheres em Resistência está inserida na Jornada 8 de Março, realizada anualmente pelo conjunto das entidades que compõem o Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, do qual a ADUFPB participa ativamente.

Em 2020, a Semana Mulheres em Resistência ocorreu pouco antes do início das medidas de distanciamento social decorrentes da pandemia de covid-19, portanto as atividades foram todas presenciais. “Havia sido um compromisso nosso de campanha fortalecer a pauta das lutas das mulheres na ADUFPB, que já tem uma história consolidada dentro das lutas feministas”, afirma Sandra Luna.

Este ano, com a continuidade da pandemia, os encontros foram virtuais, com transmissão pelo Youtube da ADUFPB (www.youtube.com/ADUFPB). “Nem por isso o evento foi menos expressivo, inclusive quantitativamente. Conseguimos congregamos quase o mesmo número de mulheres que foi possível reunir no ano passado”, explica Sandra Luna.

RESISTÊNCIA

A abertura do evento se deu com a mesa-redonda “Mulheres em Resistência”. Participaram da mesa a Promotora de Justiça do Ministério Público da Paraíba, Rosane Araújo, e as professoras da UFPB Cida Ramos (docente do Departamento de Serviço Social e também deputada estadual), Glória Rabay (Departamento de Comunicação) e Anita Leocádia dos Santos (Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais).

“As professoras Cida Ramos, Glória Rabay e Anita Leocádia são três expoentes das lutas feministas tanto no âmbito da academia, como fora da universidade. Tivemos a participação, também, da promotora Rosana Araújo, que sempre nos orienta e nos acompanha nos movimentos de mulheres”, acrescenta a diretora Cultural da ADUFPB.

SAÚDE MENTAL

Na terça-feira, dia 9, ocorreu a palestra “Os impactos da pandemia na vida e na saúde mental das mulheres”, ministrada pela psicanalista, mestre em planejamento e políticas sociais pela London School of Economics, Ivanisa Teitelrojt Martins. “Nós sabemos que, com o isolamento, uma série de fatores tem contribuído para o esgotamento, a instabilidade emocional e as alterações no campo psíquico e físico das mulheres. Por isso entendíamos ser fundamental e urgente realizar

um debate com foco nesse tema da saúde mental”, explica Sandra Luna.

Segundo ela, já tradicionalmente sobrecarregadas com as tarefas domésticas, as mulheres sofreram mais com as mudanças do chamado “novo normal”, como o aumento dos cuidados com a higienização da casa e dos objetos. A “tripla jornada” de trabalhadora, mãe e dona de casa se transformou numa jornada única, mas com tarefas múltiplas e simultâneas que não têm hora para acabar. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Paraíba é o estado do país com maior diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico. Elas chegam a passar 13 horas a mais que eles por semana cuidando da casa.

“A sobrecarga de coisas a fazer, a preocupação, a ansiedade, a angústia com o isolamento em si, o sofrimento, a dor, a expectativa com a vacina e a falta de um planejamento claro para lidar com a pandemia: tudo isso tem contribuído de maneira muito negativa para a saúde mental das mulheres”, avalia Sandra Luna.

A psicanalista Ivanisa Teitelroit Martins, convidada para falar sobre o tema dos impactos da pandemia na saúde mental, é mestre em Psicologia Clínica e especialista em teoria psicanalítica. “Ivanisa Martins é uma mulher de vasta experiência, representa muito bem os movimentos de mulheres, e é especialista em gestão pública. Além disso, atende na clínica, acumulou nesse último ano experiência e informações que enriquecem o debate sobre a saúde mental na vida das mulheres”, acrescenta a diretora Cultural da ADUFPB.

VIGÍLIA

No terceiro dia do evento (quarta-feira, 10/3), foi realizada a vigília virtual com o tema “Pela vida das mulheres”. Segundo Sandra Luna, o modelo desse terceiro evento foi pensado para atender ao desejo da ADUFPB de promover um debate rico e diversificado, que contemplasse o amplo espectro de temas e problemas de interesse do Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba.

Cerca de 30 participantes fizeram uso da palavra na vigília, mulheres que militam dentro e fora da comunidade universitária, tratando de pautas assumidas pelas diversas entidades que representam e que hoje compõem o movimento feminista no estado. “A vigília tem justamente esse objetivo de congregar um número expressivo de participantes e de dar uma amostra da representatividade dessa luta, uma luta coletiva, articulada e bem organizada”, acrescenta Sandra Luna. Segundo ela, é um orgulho para a ADUFPB reunir tantas mulheres experientes, combativas em várias instâncias da vida social e política.

EDUCAÇÃO E TRABALHO DIGNO

O último dia da programação (quinta-feira, 11/3) foi construído e realizado em articulação direta com o Movimento de Mulheres e Feministas. Tendo sido um dia de mobilização voltada à educação, a II Semana Mulheres em Resistência promoveu o encerramento do evento com uma mesa-redonda sobre o tema “Mulheres, educação e trabalho digno”, definido em plenária pelas próprias lideranças da Jornada 8 de Março na Paraíba.

“É urgente aprofundar o debate sobre a questão da educação. Muitas vezes existe a tendência de se criar uma dicotomia muito simplista entre aula presencial e aula remota. Mas as coisas não são bem assim. Entre as escolhas possíveis e os ideais desejáveis no atual momento, há a ameaça real e mortal da covid-19. Então essa é uma questão que precisa ser debatida com muito cuidado”, argumenta Sandra Luna.

Ela acrescenta: “Nós conseguimos compor uma mesa de especialistas. A mediação ficou a cargo da professora Rita Porto, diretora de Políticas Educacionais da ADUFPB, docente do Centro

de Educação da UFPB e reconhecida pesquisadora no campo dos estudos freireanos. Como co-mediadora, a atividade contou com a participação de Marina Blank, feminista, idealizadora e diretora do Projeto Liberdade, Igualdade, Sororidade – LIS (@rojeto.lis), doutoranda em Sociologia (PPGS/UFPB), pesquisadora de Gênero e Cultura Pop. Participou da mesa, como debatedora, a professora Rama Dantas, da rede municipal de ensino de João Pessoa, que tem uma expressiva atuação nos movimentos feministas e no cenário político, e tratou de temas voltados à educação básica. A mesa contou ainda com a contribuição da debatedora Sam Lima, secretária de Gênero e Diversidade Sexual do DCE da UFCG e representante do Levante Popular da Juventude, que trouxe questões de interesse da população estudantil jovem. Participou, também, na condição de debatedora, Samantha Guedes, representante da Executiva Nacional do MML (Movimento Mulheres em Luta) e que tem se destacado no cenário das discussões sobre a atual crise sanitária por suas reflexões acerca da covid-19 em suas articulações com o mundo do trabalho. Foi um momento bastante enriquecedor, os temas em foco renderam um excelente debate sobre educação em tempos de pandemia e não temos dúvida de que essa discussão é fundamental no presente momento”, conclui.

PROGRAMAÇÃO

2ª Semana Mulheres em Resistência - De 08 a 11/03 **Transmissão pelo canal da ADUFPB no Youtube**

8 de março (segunda-feira)

MESA-REDONDA

Tema: Mulheres em Resistência

Das 15 às 17 horas

Debatedoras:

- Profa. Dra. Cida Ramos – Deputada Estadual do PSB e Professora do Departamento de Serviço Social/CCHLA/UFPB
- Dra. Rosane Maria Araújo e Oliveira – Promotora de Justiça de Defesa da Mulher em João Pessoa – Ministério Público da Paraíba (MPPB)
- Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay – Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFPB.
- Profa. Dra. Anita Leocádia Pereira dos Santos – Professora do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais da UFPB e membro do NIPAM/CE/UFPB.

Mediadora:

- Profa. Dra. Iranice Gonçalves Muniz – Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB em Bananeiras, ativista de Direitos Humanos e diretora da Secretaria-Adjunta da ADUFPB Bananeiras

9 de março (terça-feira)

PALESTRA

Tema: Os impactos da pandemia na vida e na saúde mental das mulheres

A partir das 15 horas

Palestrante:

● Profa. Dra. Ivanisa Teitelroit Martins – Psicanalista, cientista social e gestora de políticas públicas. Mestre em Planejamento Social pela London School of Economics. Trabalha no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e na Sociedade de Psicanálise e Escola Letra Freudiana

Mediadora:

● Profa. Dra. Sandra Luna – Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB e Diretora Cultural da ADUFPB

10 de março (quarta-feira)

VIGÍLIA

Das 15 às 18 horas

Tema: Pela vida das mulheres

Participantes: Várias representantes dos Movimentos de Mulheres e Feministas da Paraíba

11 de março (quinta-feira)

ATO VIRTUAL*

Mulheres, educação e trabalho digno

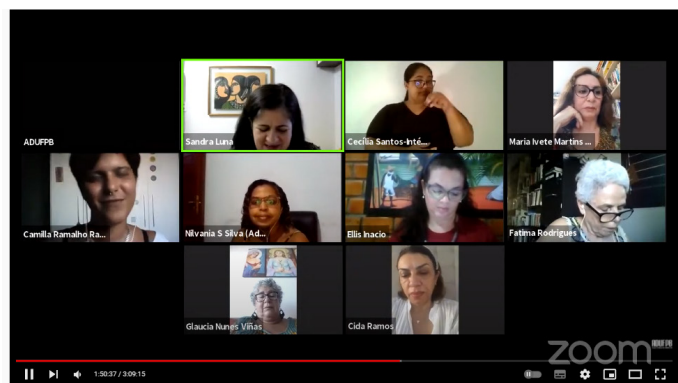
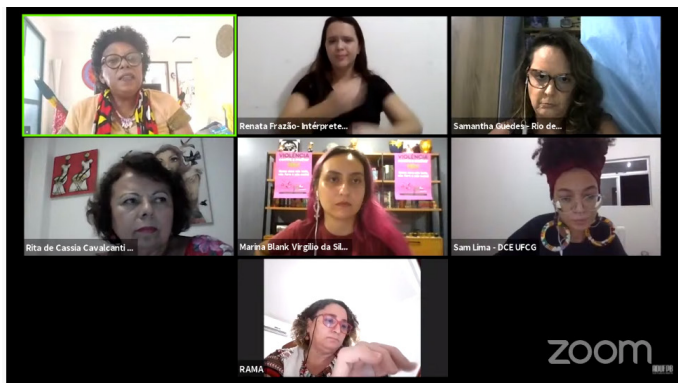
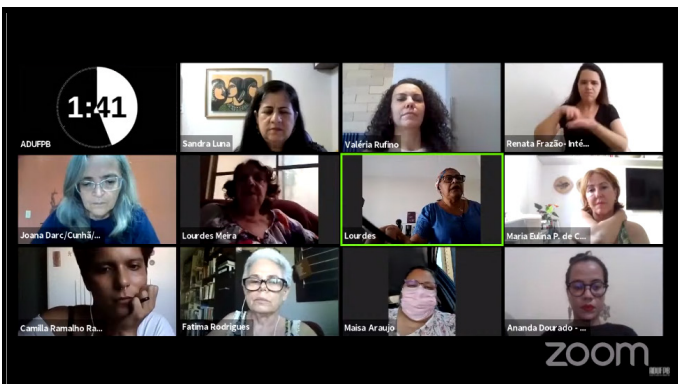
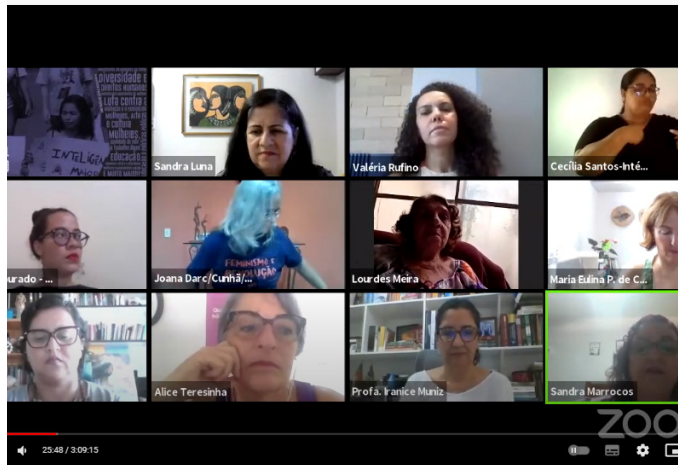
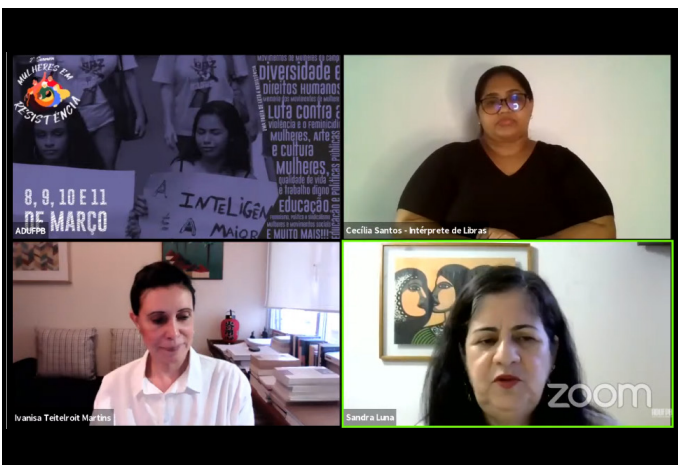
(*) Construído junto com os Movimentos de Mulheres e Feministas da Paraíba

MESA-REDONDA

Das 19 às 21 horas

Mediadora: Profa. Dra. Rita Porto – Diretora de Políticas Educacionais da ADUFPB

Co-mediadora: Marina Blank – LIS (Liberdade, Igualdade e Sororidade)

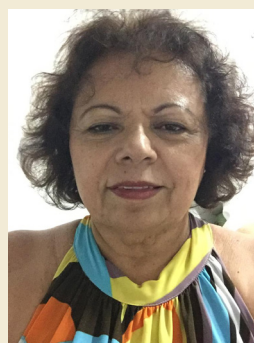


ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ



SANDRA LUNA

Sandra Luna é Professora Titular, aposentada, do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba, onde permanece em atuação como Professora Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Letras. Integra, como pesquisadora, o Centro de Pesquisa Margens, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-UNICAMP). Tem Doutorado e Pós-Doutorado em Teoria e História Literária (UNICAMP); Mestrado em Literatura Anglo-Americana (UFPB), sendo Licenciada em Letras – Inglês, Francês e Português (UFPB). Sandra Luna é Diretora de Cultura da ADUFPB, membro do Comitê Mulheres em Resistência e representa a atual gestão do sindicato no Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba.



RITA PORTO

Rita Porto é Professora, aposentada, da área de Políticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem Doutorado em Educação (UNICAMP) e Mestrado em Educação (PUC/SP). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa da Pedagogia Paulo Freire (GEPPF) e Pesquisadora da Rede Freireana de Pesquisadores, integra a Diretoria da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e é membro do Fórum Estadual de Educação da Paraíba. Rita Porto é Diretora de Políticas Educacionais e Científicas da ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN e membro do Comitê Mulheres em Resistência do sindicato.



viva o
SUS

ADUF PB

Seção Sindical do ANDES-SN

QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SÓ!